

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPGS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

CYNDIANE ESCARLETE DIAS VASCONCELOS

**DISCURSO E PATRIMÔNIO CULTURAL: A MEMÓRIA DO EXÉRCITO
BRASILEIRO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

SÃO CRISTOVÃO

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPGS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Cyndiane Escarlete Dias Vasconcelos

**DISCURSO E PATRIMÔNIO CULTURAL: A MEMÓRIA DO EXÉRCITO
BRASILEIRO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariana Selister Gomes.

SÃO CRISTÓVÃO

2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

V331d Vasconcelos, Cyndiane Escarlete Dias
Discurso e patrimônio cultural : a memória do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial / Cyndiane Escarlete Dias Vasconcelos ; orientador Mariana Selister Gomes. – São Cristóvão, SE, 2018.
132 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Sociologia. 2. Cultura – Brasil. 3. Patrimônio cultural. 4. Memória coletiva. 5. Guerra Mundial, 1939-1945. 6. Turismo. I. Gomes, Mariana Selister, orient. II. Título.

CDU 316.7(81)

CYNDIANE ESCARLETE DIAS VASCONCELOS

**DISCURSO E PATRIMÔNIO CULTURAL: A MEMÓRIA DO EXÉRCITO
BRASILEIRO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mariana Selister Gomes

PPGS - Universidade Federal de Sergipe

PRESIDENTE

Prof. Dr. Rogério Proença Leite

PPGS – Universidade Federal de Sergipe

MEMBRO INTERNO

Prof. Dr. DENIO SANTOS AZEVEDO

NTU – Universidade Federal de Sergipe

MEMBRO EXTERNO

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste período no Mestrado, contei com ajuda de muitas pessoas as quais devo minha profunda gratidão.

A Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais, minha mãe Ana e meu pai Geraldo, pelo incentivo e apoio aos meus estudos. Com o mesmo carinho, agradeço a minha irmã Geise, minha sogra Fátima e meu companheiro Bruno por me ajudarem a cuidar da minha filha Sabrina, nos momentos que mais precisei.

Agradeço a minha orientadora, professora Mariana Selister, pelas reflexões, por me ajudar a superar os desafios, e pelo tempo que dedicou para corrigir este estudo. Sou grata aos professores da banca, Rogério Proença, Denio Azevedo e Érica Winand, pelas valiosas contribuições ao trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós - Graduação em Sociologia, aos professores e secretários, por todo o apoio neste percurso acadêmico. E a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa de estudos.

Ao tem Cel Robson, ao Sargento Santos, e a Museóloga Raquel, pelas entrevistas concedidas que permitiram construir parte deste trabalho.

RESUMO

Essa dissertação se insere, teoricamente, nos debates sobre discursos, poder, patrimônio cultural, memória coletiva, e turismo; tendo como foco empírico espaços de memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O objetivo geral é analisar como essa memória é (re)construída através do patrimônio cultural e do turismo na sociedade brasileira contemporânea. Os objetivos específicos são: compreender a importância dos estudos sobre a memória e sobre o patrimônio cultural; refletir sobre o papel do turismo na seleção de memórias e sua relação com o patrimônio cultural; refletir sobre o papel do Exército Brasileiro na sociedade contemporânea; contextualizar os aspectos sociais e históricos da Segunda Guerra Mundial; contribuir para os debates sobre o Turismo na Sociologia; mapear os patrimônios culturais que trabalham a memória da II Guerra Mundial no Brasil; e, compreender os diferentes discursos sobre a memória da II Guerra Mundial no Brasil, que emergem no Monumento Nacional aos Mortos da II Guerra e no Museu da Associação Nacional dos Veteranos da FEB. As principais referências teóricas são Foucault (2012), Foucault (1999), Bardin (2010), Pollack (1989), Gomes (2014), Moesh (2000) Gastal; Moesch (2007), Aguiar (2007), Anderson (2008), Hobsbawm (2012), Castells (1999), Hall (2012), entre outras que apontam que o turismo e o patrimônio cultural são seletores de memórias, influenciados por relações de poder. A metodologia utilizada foi Análise de Discurso combinada com a Análise de Conteúdo. As técnicas foram: Pesquisa Bibliográfica, Observação Direta e Entrevistas. A pesquisa de campo foi realizada no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, e no Museu da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, ambos localizados no Rio de Janeiro-RJ. Os principais resultados apontam que a (re)construção dessa memória através do Monumento, quer incluir outros sujeitos além dos ex-combatentes. Porém, reforça o mito do soldado guerreiro e silencia o significado que a guerra teve para esses sujeitos. Na Associação, percebeu-se que essa (re)construção quer incluir outros sujeitos, e quer destacar o sofrimento que a guerra provocou para esses sujeitos. Ainda, percebeu-se que o turismo contribui para o fluxo de visitantes em ambos os locais, mas, por vezes, o turista é visto como um consumidor, e essa memória é vista como um produto comercializável.

Palavras - Chave: Memória Coletiva; Patrimônio Cultural; Turismo; II Guerra Mundial; Exército Brasileiro.

ABSTRACT

This dissertation is theoretically embedded in debates on discourses, power, cultural heritage, collective memory, and tourism; having as an empirical focus spaces of memory of Brazil's participation in World War II. The general objective is to analyze how this memory is (re) constructed through cultural heritage and tourism in contemporary Brazilian society. The specific objectives are: to understand the importance of studies on memory and cultural heritage; reflect on the role of tourism in the selection of memories and their relation to cultural heritage; reflect on the role of the Brazilian Army in contemporary society; to contextualize the social and historical aspects of World War II; to contribute to the debates on Tourism in Sociology; map the cultural heritage that works the memory of World War II in Brazil; and to understand the different discourses about the memory of World War II in Brazil that emerge in the National Monument to the Dead of the Second War and in the Museum of the National Veterans Association of FEB. The main theoretical references are Foucault (2012), Foucault (1999), Bardin (2010), Pollack (1989), Gomes (2014), Moesch (2000) Gastal; Moesch (2007), Aguiar (2007), Anderson (2008), Hobsbawm (2012), Castells (1999), Hall (2012), among others that point out that tourism and cultural heritage are selectors of memories, influenced by power. The methodology used was Discourse Analysis and Content Analysis, Bibliographic Research, Direct Observation and Interviews. With field research at the National Monument to the Dead of World War II, and at the Museum of the National Association of Veterans of the Brazilian Expeditionary Force, both located in Rio de Janeiro-RJ. The main results indicate that the (re) construction of this memory through the Monument, wants to include other subjects besides ex-combatants. However, it reinforces the myth of the soldier warrior and silences the meaning that war had for these subjects. In the Association, it was perceived that this (re) construction wants to include other subjects, and wants to highlight the suffering that the war provoked for these subjects. Still, it has been realized that tourism contributes to the flow of visitors in both locations, but sometimes the tourist is seen as a consumer, and this memory is seen as a marketable product.

Keywords: Collective Memory; Cultural heritage; Tourism; World War II; Brazilian army.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
------------------------	----------

CAPÍTULO I

Referencial Teórico e Metodológico

1.1 Perspectivas Teóricas sobre Representações e Discursos.....	14
1.1.1 Análise de Conteúdo: Uma Abordagem Operacional.....	21
1.2 Reflexões sobre a Memória Coletiva.....	25
1.3 Abordagens sobre o Patrimônio Cultural e o Turismo.....	29
1.4 Reflexões sobre o Estado-Nação e a Identidade Nacional.....	38
1.5 O Papel das Forças Armadas - Exército Brasileiro.....	49

CAPÍTULO II

A Segunda Guerra Mundial e o Exército Brasileiro entre Histórias e Memórias

2.1 Breve História da II Guerra Mundial.....	54
2.2 Breve História da Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.....	58
2.3 Memórias do Exército Brasileiro.....	61
2.4 A memória da Segunda Guerra Mundial no Cinema, na Literatura no Patrimônio Cultural e no Turismo.....	72

CAPÍTULO III

Memórias da Segunda Guerra Mundial no Brasil nas Trilhas do Patrimônio e do Turismo Cultural

3.1 Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial – MNMSGM.....	84
3.2 Museu da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – ANVFEB.....	108
3.3 Síntese da Análise de Conteúdo.....	116

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129
--	------------

APÊNDICE

Apêndice A – Roteiro de Entrevistas.....	133
--	-----

INTRODUÇÃO

Essa dissertação está situada nos debates sociológicos sobre: os Discursos como componentes da estrutura social; o Patrimônio Cultural e a Memória; a Sociologia do Turismo; e, o papel do Estado e das Forças Armadas para a sociedade. O objeto da pesquisa é analisar a memória da Segunda Guerra Mundial no Brasil, através do Patrimônio Cultural e do Turismo.

A reflexão que dá origem a esta Dissertação se inicia no Trabalho de Conclusão de Curso¹, o qual refletiu sobre a memória da participação de Sergipe na Segunda Guerra Mundial, diante da perspectiva do Turismo Cultural e da Educação Patrimonial. O trabalho também buscou o mapeamento dos espaços de memória que abordavam essa memória de guerra em Sergipe, aproveitando-a como uma fonte de educação histórica cultural e um atrativo turístico. Assim como, buscou apontar possibilidades de desenvolvimento turístico a partir da memória do ocorrido. Ao refletir sobre a atuação do Exército Brasileiro, a pesquisa buscou ressaltar a atuação exterior da instituição, na defesa do Estado das ameaças externas, como feito na Segunda Guerra Mundial, e criticou sua atuação interna durante a Ditadura Militar, destacando também, a necessidade de reconstrução e atualização da memória do Exército Brasileiro. Perante estas observações, esta dissertação buscou aprofundar tais reflexões a partir do olhar sociológico crítico e reflexivo.

O objetivo geral consiste em analisar como a memória da Segunda Guerra Mundial é (re)construída através do patrimônio cultural e do turismo na sociedade brasileira contemporânea. Os objetivos específicos são: (a) compreender a importância dos estudos sobre a memória e sobre o patrimônio cultural, para entender as relações sociais nas sociedades contemporâneas; (b) refletir sobre o papel do turismo na seleção de memórias e sua relação com o patrimônio cultural; (c) refletir sobre o papel do Exército Brasileiro na sociedade contemporânea; (d) contextualizar os aspectos sociais e históricos da Segunda Guerra Mundial, para perceber como a memória deste fato é (re)construída no presente; (e) contribuir para os debates sobre o Turismo na Sociologia; (f) mapear os

¹ Trabalho de Conclusão de Curso da autora, intitulado “Memória, Turismo Cultural e Educação Patrimonial: Reflexões a partir da Participação de Sergipe na II Guerra Mundial”. Orientado pela prof. Dr^a Mariana Selister Gomes, aprovado em 10 de fevereiro de 2015.

patrimônios culturais que trabalham a memória da II Guerra Mundial no Brasil; e, (g) compreender os diferentes discursos sobre a memória da II Guerra Mundial no Brasil, que emergem no Monumento Nacional aos Mortos da II Guerra e no Museu da Associação Nacional dos Veteranos da FEB.

A problemática desta dissertação parte das reflexões teóricas sobre o turismo e o patrimônio cultural como seletores de memórias, possibilitando o destaque de umas e a invisibilidade de outras, por meio das suas práticas e ações. Neste sentido, entende-se que as relações de poder no campo do memorável influenciam diretamente e indiretamente sobre aquilo que deverá ser lembrado e como será lembrado. Assim sendo, a lembrança e o esquecimento se aproximam e fazem parte de uma mesma dimensão, por vezes marcada pelo conflito. Neste sentido, entende-se que os estudos sobre a memória coletiva como refletiu Schmidt; Mahfoud (1993), são fundamentais para compreender o presente dos grupos sociais, sendo o turismo e o patrimônio cultural, agentes dessa memória.

Ressalta-se, ainda, a partir das discussões teóricas de Hobsbawm (2012), Anderson (2008), Hall (2011), Martins (2007), Castells (1999) que a memória coletiva está bastante associada a memória nacional e ao Estado, que, por sua vez, relacionam-se às Forças Armadas, cujo papel está em disputa na sociedade. Assim, percebe-se que existem na sociedade brasileira patrimônios culturais que abordam a memória do Exército brasileiro. Nestes espaços, circulam diversos enunciados que constituem um discurso político, social e histórico sobre o papel das Forças Armadas. Dentre estes, recortou-se a II Guerra Mundial para esta análise. Diante destas reflexões, este estudo parte dos seguintes questionamentos que compõem seu problema de pesquisa:

1. Como a memória da II Guerra Mundial no Brasil está sendo narrada pelo patrimônio cultural e pelo turismo?
2. Estes espaços de memória estão fomentando uma educação e reflexões sobre o papel do Exército e as relações civis-militares? Diante disto, destacam-se os pressupostos teóricos Chagas (2003), Pollack (1989), Simioni (2016) que entendem que, a construção da memória perpassa pelas relações de poder, que influenciarão naquilo que deverá ser lembrado e naquilo que será esquecido. Desta forma, a memória também pode ser compreendida como um espaço de disputas, com um discurso no sentido foucaultiano.

Neste contexto, ainda se acrescenta as reflexões teóricas que apontam para o Patrimônio Cultural e para o Turismo Cultural, como fenômenos seletores de memórias. Assim, o turismo cultural através da sua relação com as disputas discursivas, o patrimônio

e a memória, atua no processo de valorização ou invisibilidade dos grupos sociais. Também, parte-se dos pressupostos teóricos que entendem o Turismo Cultural, através do seu sentido histórico e educativo, como uma proposta contrária ao Turismo Dark, que tem interesse mercadológico. Não se restringe a compreensão do turismo pelos seus aspectos econômicos e buscou-se aprofundar este debate sobre Turismo na Sociologia.

Ainda, para a proposta desta pesquisa, refletiu-se sobre o papel do Estado, e sua relação com a Identidade Nacional. Neste sentido, pode-se compreender que a visão tradicional do Estado Moderno acredita que o mesmo necessita do monopólio organizado da força, onde se destaca as Forças Armadas, para garantir a soberania e a integridade do seu território. Ainda, segundo os debates teóricos clássico, o Estado também corresponde a um povo e a uma identidade nacional construída para um território. No entanto, contemporaneamente, autores como Castells (1999) demonstram a crise da ideia de Nação, tendo em vista a pluralidade de identidades, bem como, a crise do Estado, tendo em vista o capitalismo informacional globalizado. A partir das contribuições teóricas de diferentes autores, refletiu-se sobre qual visão de Estado e de Nação aparece nos discursos dos espaços de memória analisados.

Referente a metodologia, a pesquisa foi do tipo qualitativa, uma vez que, este tipo de investigação permite análises em profundidade, bem como, possibilita agregar a subjetividade do pesquisador sobre o seu objeto de pesquisa. Conforme Flick (2009) a pesquisa qualitativa propõe um conjunto de possibilidades que contribuem para a produção do conhecimento. Ainda, o autor permite o entendimento acerca das reflexões do pesquisador sobre suas pesquisas como parte constituinte dessa produção, assim como a amplitude de abordagens e métodos a serem utilizados.

Com relação ao método, utilizou-se a Análise do Discurso, inspirada em Michel Foucault. Pensar o discurso na perspectiva foucaultiana, permitiu analisar como a memória é construída junto às relações de saber-poder, possibilitando-se reflexões sobre o presente. Segundo Foucault (2012) o discurso não é uma unidade, não é um livro ou o conjunto de uma obra, não é palavras ou frases, é, sim, uma mensagem transmitida. O discurso não é alegórico e nem subliminar, não se reduz ao oculto ou ao mistério, se refere ao “dito”, bem como, busca compreender “como é dito”. O discurso não está nem dentro e nem fora dos signos; o mesmo surge dadas as condições enunciativas regularizadoras dos acontecimentos discursivos. Desta forma, o discurso pode ser compreendido como o conjunto analítico das significações historicamente dispostas na sociedade. Para Lee;

Petersen (2015, p. 193) “O trabalho de Foucault sobre o discurso visou entender como as práticas contemporâneas que orientam as pessoas se tornaram possíveis e poderosas”. Assim sendo, a Análise de Discurso de inspiração foucaultiana pode ser compreendida como um método importante para entender como as mensagens são construídas na sociedade e como elas se articulam com as estruturas de poder.

Em sentido semelhante, para Squire (2014, p. 273) narrativas são “[...] uma cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e/ou históricos particulares”. Conforme o pensamento da autora, as narrativas envolvem um conjunto de signos, ligados aos sentidos socioculturais e/ou históricos, considerando a particularidade de como foram construídas.

Para operacionalizar essa pesquisa, considerou-se também, as contribuições metodológicas da Análise de Conteúdo. Assim sendo, coletou-se os dados (narrativas) na pesquisa de campo, para serem analisados de forma mais operacional, e posteriormente, serem interpretados pela Análise de Discurso. Neste sentido, considerou-se a obra “Análise de Conteúdo” construída pela autora Laurence Bardin, como um manual prático sobre este método de investigação científica.

No que tange as técnicas de pesquisa, foram utilizadas Pesquisa Bibliográfica, Observação Direta e Entrevistas. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da literatura especializada visando à compreensão e o aprofundamento dos conceitos que enfatizam esta pesquisa. Quanto à observação, essa foi realizada no Monumento Nacional aos Mortos da II Guerra Mundial-RJ e no Museu da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira-RJ. Com relação as entrevistas, essas foram realizadas com o Diretor do Monumento, e também com um Sargento que conduziu a visita na instituição. E, com a Museóloga responsável pelo Museu da Associação.

A dissertação segue estruturada a partir de três capítulos. No Capítulo I, refletiu-se, a partir da literatura especializada, sobre o conjunto de conceitos e abordagens teóricas e metodológicas, que embasam os debates nos quais a dissertação buscou participar. Abordou-se: Perspectivas Teóricas sobre Representações e Discursos; Análise de Conteúdo: Uma Abordagem Operacional; Reflexões sobre a Memória Coletiva; Abordagens sobre o Patrimônio Cultural e o Turismo; Reflexões sobre o Estado-Nação e a Identidade Nacional e; O Papel das Forças Armadas – Exército Brasileiro. No Capítulo II, contextualizou-se sobre os aspectos sociais e históricos da II Guerra Mundial, com

destaque para a participação do Brasil; bem como, a contextualização sobre as disputas de Memórias do Exército Brasileiro, nas quais se encontra a memória da II Guerra Mundial. Ainda, refletiu-se sobre a memória da Segunda Guerra Mundial no Cinema, na Literatura, no Patrimônio Cultural e no Turismo. O capítulo III corresponde ao capítulo empírico do trabalho, realizado através da análise no Monumento Nacional aos Mortos da II Guerra Mundial-RJ, onde estão localizados os restos mortais dos ex-combatentes brasileiros, e, no Museu da Associação Nacional de Veteranos da FEB-RJ. Por último, têm-se as Considerações Finais, com a apresentação geral das reflexões que construíram o trabalho.

CAPÍTULO I

Referencial Teórico e Metodológico

1.1 Perspectivas Teóricas sobre Representações e Discursos

Desde sua fundação, no século XIX, a Sociologia preocupa-se em compreender as dimensões simbólicas da sociedade. O sociólogo francês, um dos fundadores da área, Émile Durkheim foi o criador do conceito de representações coletivas, que enfatizava a característica simbólica da vida social. Conforme explica Nascimento (2013), Durkheim criou o conceito no século XIX, diante da necessidade de fortalecer a sociologia enquanto ciência; para isto, refinou sociologicamente o conceito, distanciando-o ao máximo da psicologia que existia na época. Este pensador social entende que as representações coletivas são uma forma de “consciência coletiva”, imposta aos indivíduos por meio de coerção, ademais como eram impostas as normas sociais, abertas como deveres e obrigações. Tais normas são tomadas como importantes para o alcance da coesão social. Estas representações coletivas, opõem-se as representações individuais, como algo maior a ser absorvido pelo grupo social. Neste sentido, ao criar o conceito de representações coletivas, Durkheim contribuiu para o entendimento do aspecto simbólico representativo da vida social, e isso influenciou outros pesquisadores a refletir sobre tais questões, como fez o psicólogo social romeno, Serge Moscovici ao elaborar a Teoria das Representações Sociais, que será brevemente refletida nas próximas linhas.

Segundo Farr (1995), a Teoria das Representações Sociais surgiu na Europa a partir da publicação do estudo *La Psychanalyse: Son image et son public*, de Serge Moscovici (1961). Nesta perspectiva, a teoria das representações sociais se constitui como um campo da Psicologia Social, o qual é pensado a partir da Sociologia. Esta abordagem, portanto, diferencia-se da tradição norte-americana na qual a Psicologia Social é pensada a partir da Psicologia. Conforme Farr (1995), a influência de Durkheim foi fundamental para Moscovici expandir a Psicologia Social por meio de um olhar sociológico, no sentido de continuidade reflexiva a partir do estudo sobre as representações coletivas de Durkheim. Assim sendo, pode-se compreender que as representações sociais buscam compreender o fenômeno no sentido coletivo, fundamentado a partir dos processos sociais e cognitivos dos indivíduos na sociedade. Nesta perspectiva moscovicianiana, a Teoria das Representações Sociais é uma forma sociológica da psicologia social.

Para Jodelet (2001), as representações sociais são criadas pelos indivíduos, através das necessidades de se informar e compreender o mundo à sua volta, bem como, para saber se comportar, confrontar, se identificar, e mesmo resolver os problemas aparentes. A partir das representações sociais, é possível observar como os fenômenos construídos, direta ou indiretamente pelo trabalho científico e entrelaçados nos discursos por meio das palavras, mensagens e imagens midiáticas, resultam em condutas e organização material e espacial.

Dito isto, pode-se compreender que as representações sociais se associam as construções simbólicas que caracterizam a coletividade e estão totalmente envolvidas com o conjunto de ações presentes na vida social. Conforme Jodelet (2001), as representações sociais são enriquecidas como fenômenos complexos e podem apresentar diversos elementos: informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, etc. Entretanto, estes elementos são organizados sob a forma de um saber para explicar a realidade. Isto, relacionado com a ação, é o interesse da investigação científica que se propõe a estudá-la em todas às suas dimensões possíveis para compreender as formas, processos e funcionamento das sociedades. Assim sendo, pode-se compreender que, representações sociais:

[...] é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais (JODELET, 2001, p. 22).

Segundo a autora, as representações sociais posteriormente elaboradas são partilhadas para, assim, explicar uma realidade para certo conjunto social. Neste sentido, as representações sociais também podem se constituir como um meio interpretativo sobre as relações sociais, as condutas e formas de comunicação com o mundo e com os outros conjuntos sociais. Também, podem influenciar os diversos processos sociais, bem como, a construção das identidades coletivas.

Para Jodelet (2011, p.34), “Partilhar uma idéia ou uma linguagem é também afirmar um vínculo social e uma identidade [...]. A partilha serve à afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença [...]”. Assim sendo, é importante enfatizar a noção

de partilha através do caráter simbólico, resultante no sentimento de pertencimento de um sujeito a um conjunto social, que pode afirmar sua identidade.

Ainda de acordo com Jodelet (2001), as representações também podem surgir como fenômenos cognitivos, ao compreender a pertença social dos indivíduos com os encadeamentos afetivos e normativos, com a interiorização de experiências, práticas, formas de condutas e de pensamentos, que são socialmente elaborados e transmitidos através da comunicação social, onde as representações sociais estão associadas. E neste sentido, o estudo das representações sociais, contribui para entender as dimensões da vida mental individual e coletiva. As representações sociais são tomadas como um produto gerado de um processo baseado na apropriação da realidade exterior ao pensamento, psicologicamente e socialmente ligados à essa realidade.

Para tanto, Jodelet (2001) explica que representar ou ser representado diz respeito a um ato de pensamento onde um sujeito se volta a um objeto. Este último pode ser uma pessoa ou uma coisa, um acontecimento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria, entre outras formas reais ou míticas. Porém, é fundamental que se tenha o objeto, pois, sem ele não há representação.

Com base no pensamento da autora, pode-se compreender que a importância do objeto para a representação social, implica em sua própria existência e interpretação. Neste sentido, o ato do pensamento e a relação entre sujeito e objeto, é peculiar entre as demais atividades mentais, pois é uma relação simbólica baseada em significações, sendo ainda, uma construção expressiva do sujeito. Jodelet (2001) salienta que a articulação dos elementos afetivos, mentais/cognitivos e sociais com a cognição, a linguagem e a comunicação no desenvolver das relações sociais, atingem as representações e a realidade material, social e ideativa na qual podem interagir. Desta forma, pode-se dizer que o estudo das representações se caracteriza na observação mútua dos processos psicológicos e sociais que envolvem o sujeito em sua relação aos objetos

Tendo em vista tais observações, buscar-se-á no sentido de complementariedade desta reflexão acerca das construções simbólicas, as contribuições da Analítica do Discurso, conforme o pensador social Michel Foucault. Segundo menciona Xavier, *et al* (2009), inspirado em Nietzsche, Foucault considerou suas produções teóricas – metodológicas como uma “caixa de ferramentas”; permitindo um outro olhar para as

teorias científicas e os seus usos. Deste modo, para este pensador social, existem várias formas de se utilizar uma teoria, e isto é o que a torna importante.

Alexander (1986) demonstrou que após o comando do funcionalismo no pós-guerra, a sociologia foi feita através dos estudos com base na microteorização (ação-indivíduo) e na macroteorização (estrutura), até se declinarem teoricamente. Assim sendo, o autor enfatizou que a sociologia seguia para um “Novo Movimento Teórico”, que consistia em uma outra formação discursiva, na qual buscava romper com a dicotomia ação-indivíduo/sujeito, em prol de uma junção dessas teorias (ação-indivíduo e estrutura). Para o autor, a chave para os avanços teóricos se concentra nos estudos culturais, desde que se evite o idealismo e objetivismo. Na sua visão, a partir desta perspectiva é que a Sociologia poderá desenvolver uma teoria multidimensional.

Tendo em vista esta observação, pode-se compreender que a Teoria das Representações Sociais está de certa forma relacionada à diferenciação sujeito-objeto, enquanto que o Novo Movimento Teórico busca esta superação. Para ela, as representações são fundamentais para a compreensão da vida em sociedade, mas são originadas dos objetos. Já para Foucault, que foi um dos pensadores sociais que buscou romper com a dicotomia sujeito-estrutura nas Ciências Sociais, os discursos também criam objetos, além de serem criados, em uma relação mais fluída entre sujeito e estrutura.

Isto pode ser observado por meio da sua Analítica do Discurso e das problematizações que a caracterizam, como será brevemente demonstrado a partir da obra “A Arqueologia do Saber” lançada pelo pensador em 1964 e, que tem como intuito apresentar o método por ele utilizado em suas obras anteriores, mas que, vai além e também traz importantes discussões sobre a sua analítica.

Neste sentido, Foucault (2012) salienta uma crítica a história das ideias, e ao modo como os historiadores operaram suas análises históricas. Para o autor, a história e a sua dinâmica, produzem camadas de acontecimentos possíveis de serem analisados e questionados. A uniformidade histórica é desconsiderada uma vez que, existem fraturas que podem continuar ou descontinuar um percurso. Desta forma, entre o fim de uma história e o surgimento de outra, a análise investigativa deve ser flexível na tentativa de questionar as estruturas que as limitaram ou prosseguiram... quais as hierarquias, dominâncias e causalidades entre uma e outra? Ou seja, é preciso interrogar às respostas, desconstruí-las.

Assim sendo, analogamente a profissão dos arqueólogos, Foucault propõe uma arqueologia através da escavação em busca de vestígios sedimentados nas camadas históricas, buscando entender como o saber foi construído, significado, refletido em verdade. E, de acordo com a perspectiva foucaultiana, o discurso é o elemento essencial para a compreensão da formação e assimilação prática dos “saberes”. Porém, uma unidade de um discurso não quer dizer a sua essência propriamente dita, ou seja, não é o objeto o discurso em si. Trata-se das formulações que constituíram o objeto tal como ele foi difundido e fixado historicamente; logo, o conjunto dessas formulações enunciativas é que direciona um discurso.

Segundo Foucault (2012), o discurso não é uma unidade, não é um livro ou o conjunto de uma obra; não é palavras ou frases. Assim, não se trata de uma unidade material e nem abstrata, como o pensamento do autor. O discurso não é alegórico e nem subliminar, não se reduz ao oculto ou ao mistério. Ainda, não surge dentro de padrões temáticos, manifestos, relacionados ou mesmo enquadrados. O discurso em questão se refere ao “dito”, bem como, busca compreender “como é dito”. A proposta arqueológica de Foucault, não se esgota na língua e vai além das palavras e das coisas. Conforme reforça Deleuze,

Foucault reivindica o direito de um projeto muito diferente: chegar a esta simples inscrição daquilo que é dito como positividade do *dictum*, ao enunciado. A arqueologia “não tenta contornar as performances verbais para descobrir por detrás delas e por debaixo da sua superfície aparente um elemento oculto, um sentido secreto que está enterrado nelas ou é trazido à luz através delas sem o dizer [...]” (DELLEUZE, 1998, p. 35-36).

Assim sendo, a arqueologia do saber proposta por Foucault, surge como um método interrogativo, onde a chave para a compreensão dos problemas elucidados, não se encontram nas respostas imediatas, mas sim, na problematização das perguntas. Como salienta o arqueólogo e historiador francês, Paul Veyne (2008, p.252) “Foucault não revela um discurso misterioso, diferente daquele que todos nós temos ouvido: unicamente, ele nos convida a observar, com exatidão, o que assim é dito”. O discurso não está nem dentro e nem fora dos signos; o mesmo surge dadas as condições enunciativas regularizadoras dos acontecimentos discursivos. Desta forma, o discurso pode ser compreendido como o conjunto analítico das significações dispostas na sociedade em determinado contexto.

Dito isto, é importante salientar que na análise, as unidades discursivas não devem ser isoladas, ao contrário devem ser conectadas para a análise. Nas palavras do autor,

como “nó em uma rede”, pois podem apresentar relações complexas entre si, fundamentais para a compreensão discursiva. Ainda, Foucault chama a atenção para alguns cuidados com o método, entre eles, que os agrupamentos discursivos não devem ser tratados como familiaridade ou naturalidade, e sim como acontecimentos discursivos dispersos. Outro ponto requer um olhar duvidoso para as unidades que conduzem a continuidade do discurso. O autor salienta que as unidades devem ser problematizadas.

Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas (FOUCAULT, 2012, p. 31).

Neste sentido, pode-se compreender que Foucault almeja o questionamento do óbvio e das suas definições. Nesta arqueologia dos discursos, importa-nos compreender como o saber foi construído, quais as dinâmicas do seu surgimento que fizeram com que ele em si fosse apresentado e não um outro. É neste sentido que se enquadra a problemática desta dissertação, a qual busca compreender os discursos sobre o Exército Brasileiro e a II Guerra Mundial, que são acionados pelo patrimônio cultural e pelo turismo cultural.

Foucault (2012), também chama atenção para as dispersões encontradas na análise. Assim, pode-se compreender que há ligações entre o discurso único e o discurso disperso em determinado momento, podendo relacionar isto as práticas. Assim, estes sistemas de dispersão se associam as formações discursivas, e compreender estas dispersões – as práticas discursivas e as não discursivas – é fundamental para entender as relações de poder; bem como, identificar quais as conexões entre ambas e quais às regularidades que as dão continuidade, mesmo sendo autônomas.

Conforme explica Foucault (1999), em todas as sociedades a produção dos discursos é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam construir uma ordem do discurso, assim garantindo o exercício do poder a quem o conferiu. Em outras palavras, o discurso está relacionado ao desejo-poder, que influenciam os modos de pensar dos sujeitos sobre várias questões sociais. Ainda, na perspectiva foucaultiana, os discursos são apropriados e institucionalizados por práticas, como, por exemplo, a pedagogia, os livros, as edições, as bibliotecas, entre outras, que configuram o saber-poder. É neste sentido que esta dissertação buscou analisar como e

por que os discursos sobre a II Guerra Mundial estão presentes ou ausentes em instituições de memória do exército no Brasil.

Sobre a relação saber-poder, Deleuze (1998) aponta para uma dimensão única, onde o saber está associado ao visível e ao dizível, e o poder surge como causa desse pressuposto. Logo, não existe relações de poder dissociadas do campo do saber, nem inversamente, relações de saber isentas de relações de poder. Neste sentido, baseando-se no pensamento do autor, compreender as relações do saber-poder nas sociedades contemporâneas, podem explicar toda uma realidade presente, partindo do pressuposto de que este saber foi construído estrategicamente, por um discurso dominante de quem detinha o poder de contá-lo conforme o seu desejo. Isto implica escavar vestígios sedimentados, a fim de se investigar exclusões na tentativa de fazer emergir outras verdades, outros discursos e mesmo outros sujeitos. Para Lee e Petersen (2015, p. 193) “O trabalho de Foucault sobre o discurso visou entender como as práticas contemporâneas que orientam as pessoas se tornaram possíveis e poderosas”. Assim sendo, a abordagem teórica-metodológica foucaultiana é de suma importância, para entender as estruturas do saber-poder e a sua dinâmica na sociedade.

Diante destas observações, é possível verificar as aproximações e as diferenças teóricas entre a Teoria das Representações Sociais e a Analítica do Discurso. Pode-se entender que, a principal diferença diz respeito a existência do sujeito. Para a Psicologia Social, o sujeito existe enquanto um ser psicológico, afetivo e cognitivo presente no meio social. Já para Foucault, o sujeito pessoa/indivíduo, é uma construção social, uma invenção, paralela a uma construção moral. Conforme reforça Nascimento (2013), para Moscovici a cognição se apresenta como uma necessidade “natural” que busca por referências do passado para explicar o presente, como sendo uma repetição que levará um grupo ao (re)encontro da sua identidade. Já Foucault questiona a essa repetição e, com isso, a reprodução de certos saberes e verdades que surgem em função de outros. Deste modo, Foucault aponta para a necessidade de problematizar, de analisar o jogo do saber-poder diante da produção das subjetividades.

Assim sendo, seria possível afirmar que a Teoria das Representações Sociais coloca um pouco mais de ênfase no sujeito, com relação a perspectiva foucaultiana. No entanto, é importante destacar as aproximações entre ambas, no sentido de que as duas abordagens demonstram que os valores subjetivos são influenciados pelas relações

sociais. Ainda, é possível compreender que as duas abordagens, analisam os fenômenos construídos pelos discursos e, explicam determinada realidade através de ações na vida social. Neste sentido, é que a teoria das Representações Sociais e a Analítica do Discurso se aproximam teoricamente na Sociologia.

É segundo este entendimento que essa dissertação foi elaborada, ao se utilizar de ambas as abordagens teóricas para compor um estudo que buscou olhar para a memória da Segunda Guerra Mundial no Brasil. Buscou-se problematizar essa memória, entendida como um discurso que compõe também, a memória do Exército brasileiro.

1.1.1 Análise de Conteúdo: Uma Abordagem Operacional

Com o objetivo de operacionalizar esta pesquisa, seguiremos apoiados nas contribuições metodológicas da Análise de Conteúdo. Este método foi utilizado para coletar os dados (narrativas) na pesquisa de campo, e analisá-los de forma mais operacional, para serem, posteriormente, interpretados pela Análise de Discurso. Neste sentido, considerou-se a obra “Análise de Conteúdo” construída pela autora Laurence Bardin, como um manual prático sobre este método de investigação científica.

Segundo Bardin (2010), a Análise de Conteúdo surgiu em meados do século XX, inspirada nas já existentes práticas de análise de comunicações como a hermenêutica, a retórica e a lógica, que predominavam nas ciências humanas. Contudo, a análise de conteúdo surgiu nas ciências sociais sendo desenvolvida nos Estados Unidos. A princípio seu material de análise foi basicamente os estudos jornalísticos. Posteriormente, as ciências políticas contribuíram significativamente para o desenvolvimento do método, a partir dos estudos empíricos sobre a Segunda Guerra Mundial que despertavam as investigações políticas. Tempos depois, a análise de conteúdo foi ampliada pelas contribuições da França, que a conectou com outras práticas e teorias, a exemplo da linguística, da semântica, da documentação, entre outras.

Conforme explica Bardin (2010), a Análise de Conteúdo consiste em uma prática empírica, interessada em compreender, analisar e sintetizar as comunicações que surgem através das palavras, imagens, textos e discursos que circundam as questões individuais e sociais.

Segundo P. Henry e S. Moscovici (1968) *apud* Bardin (2010, p.34), “ tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo”. Assim sendo, em termos metodológicos, pode-se compreender que a análise de conteúdo se aplica a um campo vasto das ciências humanas em que a comunicação esteja presente, como no caso da sociologia, psicologia, história, etc.

Nas palavras de Bauer e Gaskell (2011, p. 189) “[...] os textos, do mesmo modo que as falas, referem-se a pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões das pessoas, e algumas vezes nos dizem mais do que seus autores imaginam”. Desta forma, segundo o entendimento dos autores, as comunicações (textos e falas) vão além da subjetividade dos sujeitos e podem revelar mais da realidade social.

Entre a Perspectiva Conteudista/Análise de Conteúdo e a Perspectiva Discursiva/Análise de Discurso, existem determinados encontros e desencontros metodológicos. Com o intuito de apontá-los resumidamente, contaremos com as contribuições teóricas de Rocha; Deusdará (2005). Para os autores, os Objetivos de Pesquisa em Análise de Conteúdo devem buscar um saber que está encoberto pela superfície textual; já na Análise de Discurso, os mesmos devem analisar a relação social de poder, e como a mesma se constrói no campo discursivo.

Outro ponto de divergência a ser mencionado, é sobre o Eu Pesquisador, que para a Análise de Conteúdo atua como um agente secreto a descobrir o que está escondido no texto e para esta função, ele conta com técnicas que o permitem fazer este trabalho com garantia. Já na perspectiva discursiva, o Eu é um agente participante que auxilia na articulação da linguagem com a sociedade (Rocha; Deusdará, 2005).

Há também uma diferenciação no olhar de ambas as perspectivas para o entendimento da Concepção de Texto. Para a Análise de Conteúdo, trata-se de uma cortina que disfarça o sentido e o interesse do autor. Para a Análise de Discurso, o texto é entendido como a materialidade do discurso (Rocha; Deusdará, 2005).

A Concepção de Linguagem para a Análise de Conteúdo, está associada a uma realidade reproduzida e distribuída. Enquanto que, para a Análise do Discurso, a linguagem é compreendida como um ato no mundo (Rocha; Deusdará, 2005). Pode-se entender que, neste quesito, o sentido atribuído por ambas as perspectivas se encontra, ao abordarem a linguagem como uma realidade reproduzida e uma ação sobre esta realidade.

O último ponto destacado pelos autores, é relacionado a Concepção de Ciência, que para a Análise de Conteúdo, refere-se a uma ferramenta neutra de observação de uma realidade. E, para a Análise de Discurso, a ciência é considerada como um espaço construtor de diferentes visões sobre o real (Rocha; Deusdará, 2005). Deste modo, é possível compreender que a perspectiva conteudista diverge da perspectiva discursiva sobre ciência, uma vez que, a primeira aborda a neutralidade sobre o real e a segunda afirma ser esse real um produto concebido por diferentes percepções.

Assim sendo, é possível entender que esses encontros e desencontros metodológicos sobre as perspectivas conteudista e discursiva, não as tornam nem mais nem menos rigorosa do ponto de vista científico. Cada método apresenta vantagens e desvantagens a serem consideradas pelo pesquisador para a elaboração e o tratamento do seu trabalho. Logo, observou-se que para esta dissertação e o seu enquadramento como uma proposta de um trabalho em diálogo com diferentes perspectivas no sentido interdisciplinar, a Análise de Conteúdo propiciou uma melhor operacionalização da pesquisa, e a Análise de Discurso, uma melhor interpretação dos dados e problematização das questões.

Buscar-se-á nas próximas linhas sintetizar, de acordo com Bardin (2010), a organização da Análise de Conteúdo, que ocorre em três etapas:

a) Pré-análise: Corresponde a organização das ideias iniciais visando uma sistematização e operacionalização da análise. Trata-se primeiramente, da elaboração de um plano de análise, onde serão traçados os passos da investigação. Nesta dissertação, após a definição do campo de pesquisa (Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial- MNMSGM e Associação Nacional dos Veteranos da FEB-ANVFEB) foram elaboradas as Unidades de Registro e o Roteiro de Entrevista e, após, partiu-se para os agendamentos dos dias e horários de pesquisa com as instituições.

b) Exploração do Material: Após a conclusão das operações realizadas na pré-análise, é necessária a sistematização das técnicas que serão abordadas na análise, por meio da decodificação e decomposição. Este procedimento pode ser aplicado manualmente ou mecanicamente, como, por exemplo, através de um programa de computador. Neste caso foi feita a decodificação manualmente. Também é nesta etapa que são definidas as “unidades de registro”. As mesmas podem ser entendidas como

elementos chaves na investigação, um recorte textual que serve para orientar a análise e auxiliar na sua interpretação.

Para esta pesquisa, foram definidas e organizadas por meio de quadros de observação, as seguintes unidades de registro:

Palavras: Nação, Pátria, Estado, Governo, Herói/Heroísmo, Defesa, Luta/Batalha, Sofrimento, Modernização, Autoridade, Civil, Militar, Interesse Nacional, Identidade Nacional, Política;

Temas: A Participação do Brasil na II Guerra Mundial, Dificuldades;

Personagens: Generais, Praças/Expedicionários, Presidente, Políticos, Diplomatas;

Acontecimentos: A II Guerra Mundial no Brasil; As Campanhas da FEB, Retorno dos Soldados.

c) Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação: Nesta etapa é realizado o tratamento dos dados brutos, que pode ser feito com o auxílio das operações estatísticas simples ou mesmo complexas que permitam validar as informações disponibilizadas pela análise. Após a obtenção válida dos resultados, o analista poderá adiantar inferências e interpretações que pode ocasionar até em novas análises.

No caso desta pesquisa, os resultados serão interpretados utilizando-se, também, as reflexões da Análise de Discurso, e estarão expostos e refletidos no Capítulo 3 – Memórias da II Guerra Mundial no Brasil. Pensar o discurso na perspectiva foucaultiana, permitirá analisar como a memória é construída junto às relações de saber-poder, possibilitando reflexões sobre o presente.

Partindo desse pressuposto, esta dissertação se apoiou, também, nas contribuições teóricas do sociólogo Maurice Halbwachs e de outros autores, conforme será desenvolvido a seguir.

1.2 Reflexões sobre a Memória Coletiva

Maurice Halbwachs, sociólogo francês, discípulo de Émile Durkheim, foi um dos primeiros estudiosos da memória como construção social. Até então, os estudos sobre a memória interessavam mais a psicologia e a área médica.

Conforme explicam Schmidt e Mahfoud (1993), partindo da abordagem halbwachiana, o processo de construção da memória diz respeito a uma coletividade conectada com um passado através das lembranças. Isto ocorre por meio de um grupo de referência, no qual os indivíduos firmam vínculos de pensamentos em comum, que permitem configurar o seu passado. Este grupo está presente para os indivíduos não necessariamente, de forma tangível ou física, mas sim, através da possibilidade destes indivíduos retomarem os modos de pensamentos e experiências do grupo. As relações sociais presentes no grupo dão vida às imagens, que por sua vez, constituem a lembrança. Desta forma, a lembrança é o resultado de um processo coletivo, inserido em um contexto social definido.

Assim sendo, pode-se compreender com base na perspectiva halbwachiana, que a lembrança não está somente associada a interpretação individual e ao processo cognitivo dos indivíduos, mas também pode ser compartilhada por um conjunto social, graças as relações sociais deste. Segundo Schmidt e Mahfoud, a lembrança é reconhecimento e reconstrução.

[...] É reconhecimento, na medida em que porta o “sentimento do já visto”. É reconstrução, principalmente em dois sentidos: por um lado, porque não é uma repetição linear de acontecimentos e vivências do passado, mas sim um resgate destes acontecimentos e vivência no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais; por outro, porque é diferenciada, destacada da massa de acontecimentos e vivências evocáveis e localizada num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais. (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289)

Conforme esta observação, pode-se entender a importância de se lembrar acontecimentos passados, sendo que estes podem ser (re)configurados de acordo com os acontecimentos e experiências do contexto presente de relações sociais.

Para Schmidt e Mahfoud (1993, p. 289), “A memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os “quadros sociais” nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si”. Assim sendo, pode-se compreender que a memória é articulação das lembranças – reconhecidas e reconstruídas – que atualizam os quadros sociais.

Dito isto, torna-se necessário enfatizar a diferenciação da memória entre individual e coletiva, onde Schmidt; Mahfoud, baseado em Halbwachs mencionam:

A memória individual pode ser entendida, então, como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação das mesmas. Analogamente, a memória coletiva, propriamente dita, é um trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva. (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291).

Tendo em vista as diferenciações, entende-se que ambas as memórias são fundamentais para o indivíduo, uma vez que agregam um conjunto de valores relacionados a sua identificação individual e coletiva. Porém, esta última está associada ao grupo de referências, ou seja, a convergência de pensamentos em comum, que dizem respeito à uma pluralidade, enfim, à uma memória maior. Neste contexto, a memória coletiva compreende uma dimensão ampliada, tornando-se essencial para entender os processos históricos atuais. Segundo Schmidt; Mahfoud (1993), para Halbwachs, esta memória maior pode contribuir para o grupo social uma vez que, dá vitalidade aos objetos culturais, destacando momentos históricos e o passado dos grupos sociais, que também poderão se tornar fontes para a pesquisa histórica.

Neste sentido, o passado é também uma reconstrução, através da sua ressignificação conforme as necessidades dos grupos sociais no presente. Porém, com base em Halbwachs, de acordo com os autores (idem, p. 293), “Nem a memória coletiva e nem a memória histórica, podem, contudo, legitimamente, reivindicar para si a verdade sobre o passado.” Parte-se desta mesma premissa sobre a legitimação da verdade sobre o passado, a partir da analítica foucaultiana. Para ambas as perspectivas, a verdade é uma construção. Assim, o processo de construção da memória, também perpassa por relações de poder, como veremos adiante.

Para Chagas (2003, p. 141), “O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento da sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável”. Baseando-se no pensamento do autor, pode-se compreender que a memória é uma ação política, que tanto exclui quanto inclui. Os fragmentos memoráveis são incorporados conforme o interesse de quem detém o poder.

Em uma abordagem crítica, Michael Pollack (1989), ressalta o caráter silenciador da memória coletiva, entendendo que por vezes, esta memória é influenciada e construída por elementos da memória oficial. Ainda, a memória coletiva não é totalmente inclusiva, e condiciona as minorias e grupos marginalizados a uma memória subterrânea. A tradição metodológica durkheimiana considera tratar fatos sociais como coisas, tornando possível compreender diferentes pontos de referências da memória coletiva de um grupo. Neste sentido, a memória é estruturada conforme as hierarquias e classificações, ao mesmo tempo em que define o que é comum para um grupo, diretamente o diferencia de outro, contribuindo para reforçar as relações de pertencimento e as fronteiras socioculturais.

Pollack (1989) entende que numa perspectiva construtivista, vale uma interpretação mais aprofundada sobre a metodologia durkheimiana, na tentativa de analisar como os fatos sociais se tornam coisas. Assim, questiona-se como e por quem, certos fatos foram concretizados na duração e estabilidade histórica, visando compreender os processos e atores envolvidos na construção e formalização da memória coletiva. Olhando para uma análise sobre os excluídos, os marginalizados e as minorias, o sociólogo enfatiza que a história oral veio a “dar voz” e importância às memórias subterrâneas, que se encontram sedimentadas pela memória oficial. Neste trabalho, será questionada a própria memória oficial (a memória do Exército Brasileiro) e seus esquecimentos.

Diante destas considerações, pode-se entender que a memória também é um espaço de batalhas, onde as relações de poder no campo memorável irão possibilitar o que deverá ser lembrado e evocado na posteridade. Nesta mesma dimensão, as relações de poder, determinarão o que será esquecido, e deste modo, percebe-se que memória e esquecimento estão imbricados entre si.

Partindo desse pressuposto, por meio da ótica sociológica, pode-se compreender que as relações de poder são desencadeadas através de relações entre estrutura/sujeito onde se fluirão os interesses e os conflitos diversos. Neste sentido, refletir sobre a memória social depende de refletir sobre as questões de poder que estão ligadas à lembrança e ao esquecimento, ou seja, deve-se considerar uma análise macro e micro histórica-contextual. Ainda, para complementar tais reflexões, lançaremos o olhar a partir das conceituações de arbitrariedade cultural e violência simbólica, propostas por um dos sociólogos mais influentes do século XX, Pierre Bourdieu (2011).

Para Bourdieu (2007) as diferentes relações de poder e as hierarquias sociais podem selecionar significados culturais à serem assimilados entre os diversos grupos sociais, o que é denominada arbitrariedade cultural, e desencadeia a violência simbólica. A imposição e legitimação do poder não é só material, mas é também simbólica, contribuindo para a dominação de uma classe sobre outra – o que é considerado violência simbólica. Esta ação, reforça a própria força e as relações de força que fundamentam as classes.

Desta forma, a arbitrariedade cultural e a violência simbólica, estão presentes no processo de seleção e exclusão da memória coletiva, na representatividade e na falta desta, sobre os aspectos socioculturais que significam e identificam os grupos sociais. Entretanto, ao se referir ao processo simbólico da construção da memória, pode-se voltar as reflexões foucaultianas sobre a dobra; e assim, compreender que os sujeitos também resistem ao reinventar e reconstruir a memória. E assim, a complexidade da memória pode ser entendida da seguinte forma: a lembrança implica o esquecimento que, por sua vez, implica a resistência.

Simioni (2016) buscou compreender aproximações teóricas do pensamento dialético de Foucault e Luhmann sobre a História e a Memória. O autor concluiu que ambos os pensadores sociais consideram que a história e a memória estão vinculadas ao poder, pois se tratam de seleções previamente escolhidas por aqueles que direcionam a discursividade e comunicação. Ainda, pode-se entender que a história e a memória devido as relações de poder, enfatizam um discurso vitorioso e dominante do ponto de vista de quem tinha o poder para dizê-lo, da forma que melhor lhes fosse conveniente. Automaticamente, outra história e outra memória seriam condicionadas ao esquecimento, logo, não há memória sem esquecimento; não há história e sim “histórias” que dizem respeito ao momento presente em que são contadas.

Assim sendo, entende-se que a memória deve ser constantemente questionada e atualizada, tendo em vista seu caráter seletivo, bem como ao fato de representar determinados grupos detentores de poder. Neste sentido, buscar-se-á compreender a memória da II Guerra Mundial perante o cenário de disputas na Memória do Exército brasileiro. Há disputas de poder em jogo nesse lembrar ou esquecer a II Guerra Mundial no Brasil, as quais pretende-se compreender através de instituições de memória, do patrimônio cultural e do turismo cultural.

Cabe destacar as particularidades sobre memórias de momentos trágicos da humanidade, como a II Guerra Mundial. Ao mencionar as lembranças silenciadas, no caso de determinadas vítimas do holocausto judeu, Pollak (1989) enfatiza o sentido doloroso como razão do silêncio, ao lado de outras razões como o próprio medo de perseguições, entre outras. Contudo, o autor coloca que, ao lado deste silêncio, têm-se a aflição de não haver uma escuta, e de sofrer punições daquilo que se vai dizer. Neste sentido, lembrar tais acontecimentos fortaleceria o grupo, uma vez que, esquecê-los fortaleceria o nazismo. Deste modo, percebe-se que para o autor, a memória também integra as disputas que giram em torno da lembrança e do esquecimento, do dizer e do não-dizer.

Em sentido semelhante, para Rossi (2010) *apud* Tedesco (2013) a história e a vida pessoal também compreendem um jogo de disputas diretamente associados a lembrança e ao esquecimento. Neste sentido, para o autor, há diversas maneiras de produzir e/ou induzir ao esquecimento (idem, p.346). Assim sendo, pode-se compreender que esquecer certas lembranças, parte-se de um interesse estratégico, diretamente selecionado.

Nesta discussão sobre a memória destacam-se dois fenômenos contemporâneos relacionados dedicados a esta construção social do lembrar e esquecer, são eles: o patrimônio cultural e o turismo cultural, que serão abordados a seguir.

1.3 Abordagens sobre o Patrimônio Cultural e o Turismo

No decorrer da história, os indivíduos e os grupos sociais fomentaram em seu cotidiano, possíveis integrações entre o passado e o presente, dando a noção de continuidade e de mudanças históricas e culturais (Ribeiro; Santos 2008). Neste sentido, o patrimônio cultural legado por determinado povo, constitui-se como uma possibilidade reflexiva acerca do presente, através de uma (re)leitura crítica sobre o passado. Deste modo, refletir sobre o patrimônio cultural também é refletir sobre a sociedade contemporânea, no sentido de buscar compreender as disputas sociais e os jogos de poder que envolvem o patrimônio e sua relação com os grupos sociais. A patrimonialização de um bem cultural não serve apenas para sua salvaguarda, mas age também como uma seleção daquilo que deve ser lembrado no presente.

De acordo com Canclini (1994), o patrimônio cultural, aparentemente, representa uma solidariedade ao se referir a um conjunto de bens e práticas compartilhadas por

determinados grupos sociais. Assim sendo, o patrimônio cultural, supostamente, se refere a uma cumplicidade social, na qual se associa uma sociedade harmônica, sem divisões de classes, grupos, etc. Contudo, o autor menciona que o estudo dos aspectos da vida social, apontam para uma outra dimensão, onde o patrimônio cultural sob o olhar da teoria da reprodução cultural, não representa a todos, ainda que reflita esta ideia. O autor reforça que as investigações antropológicas e sociológicas, demonstraram que a apropriação do legado cultural ocorre diferentemente para os diversos grupos. Deste modo, pode-se compreender que desde a sua formação, transmissão e apropriação, o patrimônio cultural também se remete a desigualdade social. E por este motivo, necessita ser problematizado e (re)significado.

Segundo Gomes (2014), o patrimônio cultural e o turismo a ele associado agem como seletores de memórias, a partir de relações de poder. Desta forma, no início da política de patrimônio no Brasil, na Era Vargas, o enfoque estava nos bens materiais relacionados com a elite de origem europeia. É apenas com a Constituição de 1988 que surge no Brasil o conceito de patrimônio cultural imaterial, conferindo a mesma importância, que antes era dada apenas a monumentos, igrejas e palácios, a tradições populares.

Visando ampliar as reflexões sobre a questão do patrimônio cultural e a nação, Canclini (1994), enfatiza que o patrimônio serve para unificar a nação, mas que as desigualdades na sua formação e apropriação demandam que o estudem de forma mais aprofundada. Neste sentido, deve-se considerar o patrimônio como um espaço de luta material e simbólica entre classes, grupos e etnias, caracterizando um princípio metodológico correspondente ao caráter complexo das sociedades contemporâneas. Deste modo, refletir sobre o patrimônio exige refletir sobre as relações de poder que o envolvem, visando entender a complexidade marcante das sociedades contemporâneas. É neste sentido que buscou-se compreender através do patrimônio cultural relativo a memória do Exército brasileiro, os jogos de poder intrínsecos a lembrança ou esquecimento da II Guerra Mundial no Brasil.

A aproximação do Patrimônio Cultural com o Turismo é marcada pela complexidade, sobretudo relacionada, aos usos e práticas que podem surgir a partir desta relação. Leite (2004) chama atenção para o processo de *gentrification* (Enobrecimento Urbano) dos centros históricos e o uso mercadológico do patrimônio cultural. Neste

contexto, o problema não se trata apenas do aspecto econômico da cultura, mas sim, do risco da perda do valor cultural para um valor econômico, ou seja, a perda do sentido próprio do patrimônio cultural, para algo como “fetichização” da cultura (idem, p.65).

Neste sentido, pode-se compreender que as relações entre o patrimônio cultural e o turismo, também podem representar relações de consumo no sentido mercadológico que podem contribuir para a transformação da cultura em mercadoria. Contudo, é possível compreender o turismo, a partir de suas diferentes formas de desenvolvimento, como um fenômeno social resultante em impactos negativos e positivos, nas sociedades que o integram.

Choay (2006) destaca que o turismo contribui para o aumento no interesse das pessoas por monumentos históricos. Ainda, a autora entende que através de medidas estratégicas de conservação feitas de forma pedagógica para serem aplicadas aos turistas, é possível equilibrar os efeitos negativos quanto ao acesso aos bens patrimoniais.

Atualmente, perante os debates acerca dos processos de patrimonialização, pode-se perceber através das disputas discursivas, o interesse dos sujeitos e grupos sociais excluídos, em contarem suas histórias e evocarem suas memórias, até então esquecidas. Desta forma, o Turismo tem um papel fundamental, com relação as disputas discursivas, o patrimônio cultural e a memória, uma vez que, é através do turismo cultural que os visitantes conhecem a memória coletiva de outros grupos. Logo, o turismo cultural ajuda a escolher o que será lembrado e o que será esquecido, agindo como um seletor de memórias. Nesta seleção, o turismo pode tanto valorizar grupos anteriormente inferiorizados, como pode reproduzir violências simbólicas.

Ou seja, a relação entre turismo e patrimônio cultural pode trazer impactos tanto negativos, quanto positivos. O turismo pode reforçar a mercantilização da cultura, o enobrecimento urbano e a valorização simbólica de grupos historicamente hegemônicos, quando é pautado em roteiros tradicionais e massificados. Por outro lado, o turismo pode atuar a partir de seu papel educador, contribuindo para a emergência de memórias sociais

invisibilizadas², para o encontro entre diferentes culturas e para a geração de renda de maneira controlada por planejamento e políticas públicas³.

Para aprofundar este debate acerca do turismo, buscar-se-á desenvolver uma reflexão sociológica a partir do turismo, como um fenômeno social e como um objeto de conhecimento, inserido nas Ciências Sociais. Neste sentido, Moesch (2000), explica que o turismo surgiu e se desenvolveu a partir do capitalismo. Posteriormente, passou a ser compreendido como uma atividade de lazer e também um direito do homem moderno. Este fenômeno tem possibilitado diversos estudos, análises e pesquisas, através dos órgãos oficiais, setores produtivos e também pelas universidades. Nas palavras de Moesch:

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico (MOESCH, 2000, p. 09).

Nesta definição destacada pela autora, é possível compreender a complexidade do turismo enquanto um fenômeno, e suas múltiplas relações com os aspectos econômicos, culturais e sociais das comunidades em que se insere. Conforme enfatiza Moesch (2000), a visão pragmática que destaca o turismo através de uma atividade essencialmente econômica, juntamente com a posição economicista que aponta para o turismo como uma “indústria sem chaminés”, diminui e limita o tratamento epistemológico dado ao fenômeno, que deve perpassar pelo tratamento científico, como um objeto de conhecimento. Com relação a produção do saber turístico, Moesch (2000) aponta que é necessário superar o pensamento cartesiano disciplinar predominante no saber científico, que resulta na fragmentação das teorias. A autora salienta que a interdisciplinaridade é

²Cita-se, por exemplo, o roteiro “Territórios Negros: Afro-brasileiros de Porto Alegre”, que busca resgatar, através do turismo, a história da população negra em um dos estados brasileiros popularmente conhecidos como de herança alemã e italiana. Disponível em: http://www1.prefpoa.com.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=172904&CARRIS+PROMOVE+PASSEIO+PELOS+TERRITORIOS+NEGROS

³ A cidade de Paris, que arrecada boa parte de sua receita através do turismo, recentemente adotou uma política pública contra a gentrificação, sem atacar o turismo e os turistas. A cidade criou uma lei através da qual os imóveis na zona do centro histórico devem ser primeiramente oferecidos para a prefeitura, que poderá aloca-los para projetos de inclusão social, moradia de baixo custo, entre outros. Assim a população de baixa renda poderá permanecer no centro histórico, enquanto os turistas poderão circular e usufruir a cidade, hospedando-se em diferentes zonas, interagindo mais com a população, sem criar zonas exclusivas para os turistas. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/759927/paris-anuncia-medidas-radicaais-para-impedir-gentrificacao>

fundamental para analisar o turismo enquanto um fenômeno social, cultural, comunicacional, econômico e subjetivo (Moesch,2000). Desta forma, a partir do pensamento da autora, pode-se compreender que, o sentido epistemológico do turismo, deve perpassar pelo seu entendimento enquanto um objeto de conhecimento científico, onde a interdisciplinaridade é essencial para a analisar as diversas dimensões deste fenômeno na vida humana.

Conforme Barreto (2003) o turismo é um objeto de estudos das Ciências Sociais, onde tais ciências também poderão contribuir com um aporte imprescindível para o planejamento e a compreensão do turismo. Através da literatura científica, da geografia, da sociologia e da antropologia, são levantados problemas causados pelo turismo que vão desde os desmatamentos das florestas, até a comercialização de crianças para turismo sexual. Tais problemas são chamados impactos do turismo, ou interferências como alguns cientistas preferem considerar. Por outro lado, a literatura científica aponta a revitalização do patrimônio cultural material e imaterial através do turismo, a revalorização da natureza, a limpeza de mares poluídos, a recuperação da identidade, apontando que o turismo também tem impactos positivos (Barreto, 2003). Baseando-se no pensamento da autora, entende-se a importância das contribuições científicas das áreas interdisciplinares ao turismo para melhor compreendê-lo como um fenômeno social, buscando-se minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos na sociedade em que se insere. Para Barreto:

Ajudar a entender os processos psicossociais desencadeados pelo fenômeno turístico, as expectativas, desejos, satisfações e frustrações das populações anfitriãs e dos turistas, as motivações para agir de uma ou outra maneira, a busca para além da simples viagem, a dinâmica cultural em que o turismo está inserido, a diversidade de interesses e necessidades sociais que o turismo afeta, enfim, seus dilemas e paradoxos seria uma enorme contribuição das ciências sociais para o planejamento equilibrado de um turismo responsável (BARRETO, 2003, p. 26)

Diante disto, pode-se perceber que para a autora, a relação dos turistas com os anfitriões é cercada de dilemas e paradoxos, assim como é o próprio fenômeno turístico. Desta forma, é extremamente requisitada a contribuição das ciências sociais para planejar de forma equilibrada um turismo responsável.

Neste sentido, um dos maiores críticos do turismo moderno e, ao mesmo tempo, grande defensor de um turismo humanizado, Jost Krippendorf, publicou na década de 1980, um dos clássicos da Sociologia do Turismo, seu livro: “Sociologia do Turismo:

para uma nova compreensão do lazer e das viagens”. Para Krippendorf (2009), faz-se necessário o desenvolver de uma consciência turística baseada em um outro modo de vida, uma nova forma de compreender a viagem, o trabalho, a moradia e o lazer. Neste sentido, o autor compreende que o desenvolvimento do turismo deve promover a elevação do ser humano, ao encontrar “o outro”, viver novas experiências culturais e não a elevação dos bens materiais. O sentido do turismo, bem como o seu futuro, deve prosseguir para um humanismo maior, como uma prioridade máxima. Com base neste entendimento proposto pelo autor, seria possível um turismo humanizado, social e ambientalmente responsável.

Compartilhando desta compreensão, Gastal e Moesch (2007) salientam que “um outro turismo é possível”. Para ativar esta possibilidade, é fundamental que se desenvolva e incentive uma cidadania turística que vise repensar às relações de comportamentos e consumos de viagens. Com relação a gestão, a cidadania turística deve considerar práticas mais humanas que busquem superar a visão do turismo, apenas como uma atividade econômica que incentiva a concentração de renda e pode resultar em prejuízos ambientais e violências culturais. Para tornar esse outro turismo possível, as autoras também atentam para que as políticas públicas de turismo, não só almejem preparar os destinos para receber os visitantes, bem como, devem garantir que os grupos economicamente desfavorecidos, possam usufruir do turismo e do lazer como um direito.

Esta visão de um turismo humanizado, busca superar as duas visões tradicionais, através das quais o turismo tem sido percebido. Segundo Canclini (1999), para a sociedade e para os gestores do patrimônio cultural, o turismo é enxergado a partir de duas principais visões: uma paranóica e outra utilitarista. A primeira visão destaca os aspectos negativos do turismo, expondo a transformação da cultura em mercadoria e o afastamento da comunidade com sua própria cultura. Já a segunda visão defende o turismo como um gerador de riquezas.

Diante destas duas visões predominantes, busca-se um equilíbrio entre ambas, um meio-termo que acredita que o turismo pode divulgar a cultura de forma menos massificada, possibilitar o encontro cultural, incluir diferentes grupos nos espaços de lazer, promover a educação patrimonial para turistas e comunidade local, ser uma ferramenta de apropriação da comunidade sobre o seu espaço, fomentando a cidadania, entre outras (Gomes *et al*, 2015). No entanto, para isso, é preciso uma análise crítica sobre

o turismo e uma reflexão sobre a complexidade deste fenômeno, como se propôs nesta dissertação. Neste sentido é que é pensada a relação do turismo com o patrimônio, assim como, com as disputas discursivas em torno deste e da memória.

Ainda, com base na perspectiva cultural do turismo, Barretto compreende que:

Turismo cultural é todo turismo no qual o principal atrativo não é a natureza, mas um aspecto da cultura humana, que pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer dos aspectos abrangidos pelo conceito de cultura. (BARRETTO, 2009, p.87)

Partindo do pensamento da autora, pode-se entender que é associado ao turismo cultural os diversos atrativos que registrem e/ou representem a cultura de uma comunidade, tais como: os patrimônios culturais materiais, representados por museus, monumentos arquitetônicos, artísticos e históricos, entre outros; e, os patrimônios culturais imateriais, como, folguedos, músicas e danças, entre outros.

Diante desta observação, faz-se necessária uma breve reflexão sobre os museus, que se destacam como um importante bem cultural e como o principal atrativo do turismo cultural. De acordo com o Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM (2014), a origem do museu se remete ao vocábulo grego *mouseion* que, quer dizer, Casa das Musas. Em Alexandria no Egito, o museu tinha como função guardar o conhecimento enciclopédico, assim como na Civilização Grega, mas que também guardava obras de artes. Tempos depois, o museu passou a ser atribuído como um lugar de colecionismos e objetos acumulados pelos impérios como resultado das guerras, servindo, também, para demonstrar o poder do império vitorioso ao tomar para si as obras valiosas de seus rivais, como ocorreu no Império Romano.

Já na Idade Média, a Igreja Católica passou a ser a detentora das coleções. Posteriormente, na Idade Moderna, foram os reis absolutistas os possuidores das coleções de arte, nos chamados “Gabinetes de Leitura” de uso particular para as monarquias. Somente na Idade Contemporânea, por meio da Revolução Francesa e dos seus ideais de Igualdade, Fraternidade e Liberdade, é que os museus vieram a se tornar públicos, pois também adquiriram a função de educar as sociedades (IBRAM, 2014). Diante deste contexto, pode-se entender que, os museus também refletem relações de poder, onde, no princípio, remetia-se a um lugar de memória que buscava guardar e referenciar os interesses das elites. Logo, as referências as minorias eram excluídas destes espaços e eram segregadas e condicionadas ao esquecimento.

No diálogo com o Turismo, os museus podem ser compreendidos como um atrativo turístico e como um patrimônio cultural. Assim sendo, atuam como agentes seletores da memória coletiva podendo destacar umas e invisibilizar outras; assim como, podem reforçar discursos hegemônicos ou dar voz as minorias. Ao lado dessas possibilidades, podem ainda, incentivar uma educação patrimonial e um conhecimento histórico cultural, e, ser uma forma de lazer. Porém, os museus também podem ser vistos como um equipamento turístico ou um produto turístico a ser comercializado no mercado turístico. Conforme Moraes; Silveira (2011), o turismo e os museus desencadeiam relações de consumo cultural, onde os museus são equipamentos culturais geridos como unidades de negócio. Nesse sentido, incrementam-se por exemplo, técnicas e estratégias para gerir a visita ao museu, como o controle de visitantes, a venda de suvenires, entre outras práticas que resultam na comercialização cultural do espaço. Desta forma, segundo as autoras, o turismo se apodera desses equipamentos podendo gerar o aumento do fluxo de visitantes e uma lucratividade para a instituição museal.

Diante destas observações, compreende-se que, as relações entre turismo e museu configuram-se por diferentes olhares sobre essa instituição. Pela ótica econômica, o turismo pode potencializar a visita ao espaço e contribuir para as receitas que visem custear as despesas da instituição. Contudo, o olhar sociológico chama atenção para o risco dessa prática se tornar puramente comercial e transformar a cultura em uma mercadoria e conseqüentemente, ocorrer a perda do valor cultural para um valor econômico, como refletiu Leite (2004). Neste sentido, é cada vez mais necessário, dialogar sobre estas relações, sobretudo pela perspectiva interdisciplinar, que compreende o turismo como um fenômeno social e um objeto científico, e não meramente como uma atividade econômica. Entende-se que a relação entre turismo e museus é complexa, mas através do diálogo interdisciplinar é possível pensar em possibilidades que envolvam, por exemplo, o planejamento e as políticas públicas que visem harmonizar essa relação, diminuindo os impactos negativos e aumentando os impactos positivos.

Com relação aos museus na contemporaneidade, vale refletir sobre a sua relação com as Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's, cada vez mais presente no mundo globalizado. Como vimos anteriormente, os museus na antiguidade e na modernidade assumiram diversas funções, como, por exemplo, guardar obras de arte, coleções de objetos e as riquezas da monarquia. Contudo, devido as transformações da

globalização e a repercussão da era informacional com o aumento e incentivo as tecnologias, aos poucos os museus também foram sendo afetados.

Atualmente, os museus ganham grande visibilidade com o turismo, mas é preciso refletir sobre o papel que estão cumprindo na sociedade. Neste sentido, o Monumento Nacional aos Mortos da II Guerra Mundial, e o Museu da Associação Nacional dos Veteranos da FEB compõe o recorte empírico desta dissertação para perceber as relações entre a memória, o turismo e o patrimônio cultural.

Cabe ressaltar, ainda, que há também, outras formas de turismo que interagem com o patrimônio cultural relativo a memória de guerra. Alguns pesquisadores entendem que estas formas se enquadram no Turismo Cultural, já para outros pesquisadores, tratam-se de tendências ou segmentos especializados, como é o caso do *Dark* Turismo e do Turismo Militar.

Segundo Monteiro, Carvalho e Silva & Monteiro (2016) o *Dark* Turismo ou o Turismo Macabro, destina-se ao turismo no qual é evidente o fascínio pela morte, tragédias e catástrofes destacadas nos diversos atrativos como campos de concentração, cemitérios, memoriais, museus, locais de tragédias, entre outros dessa natureza. Neste contexto, dentro desta dimensão sombria do *Dark* turismo, há também, o interesse relacionado à guerra e a questão da morte e do sofrimento vivenciados nestes conflitos. Com relação a temática do holocausto e a visita nos museus e memoriais que vivenciaram a tragédias, as autoras destacam que há o entretenimento inadequado, uma vez que, não consideram o sentido histórico da tragédia e não sensibilizam os visitantes sobre as atrocidades dirigidas ao povo judeu. Desta forma, pode-se compreender que o turismo cultural, diferencia-se do *Dark* turismo no sentido de interação do indivíduo com o patrimônio cultural.

Na perspectiva cultural, o turismo relacionado a estes momentos históricos trágicos tem como objetivo educar e sensibilizar a população, no sentido de que não se esqueça, para que não mais aconteça⁴. Na perspectiva de mercado, o turismo *Dark* vira um segmento, e a tragédia vira um fetiche de consumo.

⁴Cabe destacar, no sentido educativo, a importância de lembrar da II Guerra, tendo em vista o crescimento do neonazismo no Brasil. Várias notícias têm denunciado a circulação de ideias neonazistas e até mesmo atos violentos baseados nesta ideologia. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38603560>

Referente ao Turismo Militar, Furtado (2011) compreende que este tipo de turismo pode estar enquadrado tanto no Turismo Cultural, como no *Dark* Turismo. No contexto do turismo cultural, o turismo militar que também é conhecido como “turismo de guerras”, surge através do interesse dos indivíduos em conhecer a história de outros povos. Assim sendo, fazem parte desta forma de turismo visitas a museus, memoriais e, também, a palcos de batalhas ou a locais associados a história da nação. Já no contexto do Turismo *Dark*, o interesse está relacionado com a morte, o sofrimento e tragédia e não no sentido histórico e educativo como pode ser associado ao turismo cultural. Estas reflexões farão parte da análise empírica, a fim de perceber como a memória da II Guerra no Brasil tem sido trabalhada pelo turismo.

Neste sentido, pode-se compreender que, de maneira complexa, o turismo além de ser um seletor de memórias, é também um dinamizador do patrimônio cultural. A importância dos estudos interdisciplinares sobre este objeto de conhecimento, é fundamental para compreender os impactos negativos sobre o patrimônio cultural, o meio ambiente e a sociedade de uma forma geral. E, deste modo, os debates também podem contribuir para aumentar os aspectos positivos que o turismo pode apontar. Através destes pressupostos, buscou-se contribuir, nesta dissertação, com os debates sobre o que é o Turismo através do olhar Sociológico.

1.4 Reflexões sobre o Estado-nação e a Identidade Nacional

Max Weber (1864-1920) foi um sociólogo alemão considerado um dos autores clássicos da Sociologia. Ao refletir sobre o Estado destacou sobretudo, seu aspecto político. O pensador ressaltou a importância do Estado como instituição e da Burocracia como uma forma avançada de organização social (por priorizar relações impessoais e padronizadas). Segundo Weber (2011), o Estado, para a manutenção da vida em sociedade, detém o monopólio do uso da coação física. Para ele, sem o monopólio da violência o próprio Estado não existiria, havendo em seu lugar, uma anarquia. Partindo deste entendimento, Weber destacou que o Estado contemporâneo é uma comunidade humana limitada a um território, sendo este último, um dos elementos fundamentais para o Estado.

Em termos de estrutura, de acordo com Weber (2011), a forma burocrática é a que identifica o Estado moderno, logo, trata-se de um Estado burocrático. Neste sentido, o poder que condiciona os meios políticos e de gestão são atribuídos a um comando específico (a cargos e não a pessoas), assim como, toda a manipulação do dinheiro público, equipamentos de guerra, entre outros. Desta forma, para este pensador social, o Estado moderno é um agrupamento de dominação institucional que obteve sucesso ao monopolizar, dentro de um território, a violência física legitimada como ferramenta de domínio. Nesta perspectiva weberiana, há uma relação entre o Estado, a política, o poder e a dominação; sendo que, o Estado, como um agrupamento político, exprime o poder resultante em uma dominação através da violência legitimada. Para o autor, o Estado Burocrático seria uma organização social mais avançada do que as formas de dominação anteriores. O monopólio da violência garantido por instituições do Estado (como as Forças Armadas), representaria um avanço social com relação a violência pessoalizada e sem regras claras de períodos históricos anteriores.

Na perspectiva do estudo do Direito, a definição de Estado segue com base nas teorias políticas e jurídicas que embasaram a Teoria Geral do Estado⁵. Conforme Aguiar (2007, p. 213), “Tradicionalmente, no entanto, a Teoria Geral do Estado o conceitua como um ente que exerce seu poder soberano sobre um povo em um território determinado”. Deste modo, pode-se compreender que o Estado, em seu sentido amplo, é firmado no tripé: soberania, povo e território. Cada um desses elementos é essencial para a existência e afirmação do Estado.

De acordo com Aguiar (2007, p. 216), “Soberania é o poder supremo e absoluto contra o qual inexiste força temporal oponível”. Com base no pensamento do autor, a soberania corresponde a supremacia máxima de poder do Estado, sendo também, necessária para a sua autoafirmação perante aos demais Estados, como sendo autoridade maior.

Com relação ao elemento povo, Aguiar enfatiza:

A noção de povo foi pouco desenvolvida pela Teoria Geral do Estado e se confunde com a ideia de nação, que, [...] pode ser determinada por elementos culturais e raciais ou por cidadania. Assim, povo pode ser um agrupamento humano identificável por:

⁵ A Teoria Geral do Estado foi desenvolvida durante o século XIX pelos positivistas. A mesma se refere ao estudo jurídico do Estado.

- a. Elementos raciais;
- b. Elementos culturais; ou
- c. Elementos jurídicos-políticos.

Contemporaneamente, a noção de povo é identificada com as duas últimas, pois estas garantem a diversidade cultural e a necessária expressão das culturas, ainda que minoritárias (AGUIAR, 2007, p. 219).

Segundo o autor, na atualidade são os elementos culturais e os elementos jurídico-políticos que mais se aproximam da noção de povo. Neste sentido, pode-se compreender que, ao referir-se a concepção de Estado, a identidade nacional pode também ser atribuída para identificar o povo como parte do Estado.

Por fim, sobre a noção de território, Aguiar salienta:

A noção de território, como espaço físico no qual a soberania é exercida, pode possuir duas origens:

- a. Cultural; ou
- b. Jurídica.

A concepção cultural assevera o vínculo de um povo ou nação com um espaço físico determinável. Assim, o exercício da soberania sobre determinado território deveria subordina-se à legitimidade do titular do poder soberano para exercê-lo em relação ao povo fixado ou ao povo que deveria se fixar no espaço territorial. A concepção jurídica pressupõe o direito internacional e consiste no reconhecimento jurídico internacional (tratados internacionais) de um território como espaço para exercício da soberania de determinado ente representado internacionalmente (AGUIAR, 2007, p. 219-220).

Baseando-se nas palavras do autor, pode-se entender que o território é o espaço físico onde se exerce a soberania de um povo. Sua origem perpassa por aspectos culturais ou jurídicos, sendo que no primeiro, pressupõe-se o vínculo do povo com a nação; e, no segundo, a partir do Direito Internacional, pressupõem-se o reconhecimento do Estado através da delimitação territorial marcado por suas fronteiras limítrofes com outros Estados. Nestes moldes, afirma-se a soberania de determinado Estado dentro do seu contexto territorial. Essa soberania do território é garantida por instituições como as Forças Armadas. E a legitimidade é assegurada pela ideia de povo.

A relação do Estado com o povo ocorre por meio dos símbolos e significados que configuram a identidade nacional. Essa última é destacada por diversos aspectos, principalmente, político-culturais, que são organizados pelo próprio Estado. Desse processo cria-se o nacionalismo, o qual será abordado tendo como apoio reflexivo as obras dos historiadores Benedict Anderson e Eric Hobsbawm. Os autores levantaram questões em torno do nacionalismo e sua ação na dimensão cultural das comunidades e indivíduos.

Nas palavras de Anderson (2008, p. 32) “Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo soberana”. Deste modo, é possível observar novamente, as noções de soberania e território (limite) bem como na definição de Estado. Contudo o autor explica:

Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou se quer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles [...]. (ANDERSON, 2008, p. 32)

Diante disto, pode-se compreender que a nação é imaginada devido aos sentimentos compartilhados por seus membros, mesmo sem jamais se conhecerem ou firmarem um contato presencial; uma vez identificados como parte da nação, será criada uma comunhão entre si.

Imagina-se a nação limitada porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. Nenhuma delas imagina ter a mesma extensão da humanidade. Nem os nacionalistas mais messiânicos sonham com o dia em que todos os membros da espécie humana se unirão à sua nação [...] (ANDERSON, 2008, p. 33-34).

Nesta perspectiva, não é possível pensar na união de toda a espécie humana à uma nação, uma vez que existem fronteiras finitas que demarcam os limites de cada nação, diante da existência de outras nações.

Imagina-se a nação soberana porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina [...] as nações sonham em ser livres [...] a garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado Soberano. (ANDERSON, 2008, p. 34).

Com relação a soberania da nação, o autor explica que a liberdade é o sonho das nações e que a mesma é garantida através do Estado Soberano. Neste sentido, pode se pensar que uma nação livre é uma nação soberana.

E, por último, ela é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que se possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, tantos milhões de pessoas tenham-se não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas (ANDERSON, 2008, p. 34).

Assim sendo, pode-se entender que o imaginário de nação como comunidade, mesmo diante de todas as desigualdades e problemas vinculados à mesma, a ideia de camaradagem prevalecerá. O autor destaca que, com base nesta fraternidade, é que milhões de vidas foram entregues para matar e morrer em prol destas criações imaginárias

limitadas. Pode-se observar esse sentimento de comunidade presentes nos símbolos oficiais, como, por exemplo, nos hinos nacionais que exaltam o patriotismo. Em situações de guerras, esse patriotismo gera um êxtase coletivo fazendo com que se morra e se mate em defesa da sua nação.

De acordo com o pensamento de Eric Hobsbawm, pode-se compreender que o passado histórico foi e é continuado a partir de tradições que foram inventadas. Essas tradições caracterizam-se por um agregado de práticas simbólicas reguladas por regras, que entusiasmam os valores e as normas comportamentais por repetição e, que são associadas à continuidade do passado histórico das sociedades.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBBSAWM, 2012, p.8).

Neste sentido, o Estado-nação como um ente formalizador de rituais oficiais, a serem compartilhados pelo povo, age diretamente sob a continuação do seu passado, ao comemorar continuamente, tradições inventadas e repetidas conforme o transcorrer do tempo. Ainda, Hobsbawm salienta:

Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real pela lenda [...] ou pela invenção [...]. Também é óbvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados nacionais, tais como o hino nacional (dos quais o britânico, feito em 1740, parece ser o mais antigo), a bandeira nacional [...], ou a personificação da “Nação” por meio de símbolos ou imagens oficiais [...]. (HOBBSAWM, 2012, p. 14).

Segundo o que explica o autor, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos, assim como o nacionalismo, se atribuíram da função de inventar uma continuidade histórica, através de lendas e invenções. Isto acontece através de símbolos e acessórios oficiais, como, por exemplo, o hino e a bandeira nacional, e ainda, imagens oficiais. Percebe-se que tais tradições inventadas, instigam nos indivíduos e na comunidade nacional o pertencimento a Nação, atribuídos de comportamentos e práticas repetidas que tornam a nação personificada.

Para ilustrar essa perspectiva apoiada em Hobsbawm, no Brasil há por exemplo, o evento cívico do “7 de setembro”, onde alunos de escolas e militares, desfilam em vias

públicas com o intuito de comemorar a independência do país. Pode-se observar neste episódio, a presença acompanhada pela exaltação dos símbolos nacionais (hino nacional, bandeira nacional, armas nacionais) e os personagens oficiais (heróis); enfatizando a identidade nacional a ser continuada por representar um marco na constituição do Brasil como uma nação soberana. Ao lado disto, também pode ser observado o compartilhamento do patriotismo e do orgulho nacional pela coletividade presente, combinado com aplausos, vibrados, risos e até mesmo lágrimas de emoção. Neste sentido, trata-se da transcendência viva do tempo – passado inventado; presente contínuo; futuro a ser repetido. Ainda com relação aos símbolos oficiais, cita-se um comentário do governo indiano (1793, *apud* HOBSBAWM, 2012, p. 25) que aponta para o entendimento ideológico do Estado-Nação:

A Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania. Por isso, eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata. Em si já revelam todo o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação.

Deste modo, pode-se compreender que a soberania e independência do Estado podem ser anunciadas por estes três símbolos e, por esta razão, subteme-se a necessidade imediata do respeito e lealdade. Os mesmos também divulgam o passado, o pensamento e a cultura de uma nação. Neste sentido, pode-se compreender que em se tratando de uma tradição inventada, estes símbolos oficiais estão interligados com a concepção do Estado – soberania, povo e território. Os mesmos implicam também, na evocação da memória oficial por seus indivíduos e grupos sociais.

Ressalta-se que as abordagens sobre o Estado até aqui apresentadas (de Weber, da Teoria Geral do Estado e dos Teóricos do Nacionalismo) são clássicas e enfatizam a importância do Estado Burocrático, soberano em um território e legitimado por um povo, demonstrando o avanço histórico com relação a formas de organização social anteriores. Nesta perspectiva, as Forças Armadas têm um papel central – garantem a soberania do território e, por isso, fazem parte da ideia de identidade nacional do povo. No entanto, mais contemporaneamente, há reflexões críticas sobre essas abordagens clássicas acerca do Estado, relacionadas com as próprias transformações que os Estados sofreram recentemente.

Do ponto de vista crítico, destaca-se que a organização dos bens culturais e dos fatos históricos que devem ser lembrados e evocados pela memória oficial, passa por uma seleção e, desta maneira, não representam o povo de uma maneira total (em sua

diversidade e complexidade), e sim, criam a ideia de um povo unitário. É a ação estatal que irá desenvolver mecanismos para a construção de uma memória coletiva e de esquecimentos.

Nesta perspectiva crítica e atualizada sobre o Estado, ressaltam-se as reflexões teóricas do sociólogo Manuel Castells, que se dedicou em pensar a relação da Era da Informação com a Economia, a Sociedade e a Cultura na contemporaneidade. Conforme Castells (1999), as mudanças ocorridas por volta de 1960 e 1970 possibilitaram o surgimento de três processos históricos que marcaram a sociedade: a revolução da tecnologia da informação; a crise do capitalismo e do estatismo; e, o auge de movimentos socioculturais. A dinâmica desses processos resultou em uma nova estrutura social dominante, apontada como sociedade em rede; uma nova economia no sentido informacional/global; e uma nova cultura destacada pela virtualidade real.

Para o autor, a revolução da tecnologia da informação incentivou o informacionalismo, como o alicerce material de uma nova sociedade; neste contexto a geração de riqueza, o exercício do poder e a criação de códigos culturais se sujeitaram na capacidade tecnológica dos indivíduos e das sociedades. Consequentemente, a tecnologia da informação impactou em mudanças socioeconômicas resultantes na criação de redes como forma de organização da atividade humana.

Segundo Castells (1999), os modelos de desenvolvimento econômico do capitalismo e do estatismo entraram em crise e foram reestruturados a partir da década de 70. Logo, empresas e governos definiram outras políticas e medidas, que conduziram o surgimento de um novo tipo de capitalismo caracterizado na globalização das principais atividades econômicas, na flexibilidade organizacional e no maior poder para o patronato em suas relações com os trabalhadores (idem, p.412). Neste sentido, o autor explica que as novas tecnologias da informação ao facilitarem a existência do capitalismo informacional, estabeleceram também uma economia global interdependente, onde a tecnologia passou a conectar determinadas funções a redes de trabalho, de capital, de informação e de mercados. Concomitantemente a esta realidade, populações e territórios foram desconectados por não possuírem valor e interesse para o capitalismo global, resultando na exclusão social, no afastamento da vida urbana, na marginalização de grupos sociais, no desenvolvimento de uma economia do crime global, entre outras mazelas.

Ainda, Castells (1999) salienta que a reestruturação do estatismo, não ocorreu de forma bem-sucedida. Logo, sociedades estatistas entraram em colapso devido sua incapacidade de absorver o informacionalismo como aconteceu com a União Soviética. Desta forma, o estatismo deu lugar ao capitalismo que, cada vez mais, predomina sobre os países e as culturas através da tecnologia numa dimensão global.

Além destas transformações tecnológicas e econômicas paralelas a crises e adaptações institucionais, as sociedades também se destacaram por desenvolver movimentos sociais no mundo industrializado entre as décadas de 60 e 70. As ideias principais eram voltadas para o libertarismo, o feminismo, os direitos humanos e o ambientalismo, sendo estes movimentos essencialmente culturais e interessados em transformar uma realidade presente, em vez de obter o poder. Os mesmos destacavam a autonomia individual contra o Estado salientando a política da identidade, e ainda que fossem essencialmente culturais, e sem associação com as transformações tecnológicas e econômicas, os movimentos impactaram a economia, a tecnologia e os processos de reestruturação.

Neste contexto, segundo Castells (1999), esses movimentos influenciaram os usos individualizados e descentralizados da tecnologia, contribuíram para o amortecimento da mão de obra sindicalizada e facilitaram a reestruturação capitalista. Devido sua abertura cultural, possibilitaram através de símbolos, um mundo de representações imaginárias que culminou em uma cultura da virtualidade real. Também, ao enfatizarem a aversão ao Estado, enfraqueceram a legitimidade dos rituais democráticos e contribuíram para dividir as sociedades: de um lado elites ativas com uma cultura auto definida, e do outro, grupos sociais sem acesso a informação, recursos e poder. Logo, a revolução da tecnologia, a crítica a cultura e a reestruturação da economia, redefiniram as relações de produção, de poder e de experiência que fundamentam uma sociedade.

Segundo o pensamento de Castells (1999) as transformações sobre o Estado do bem-estar social, prejudicam as pessoas, ao tirar delas a rede de segurança e assistência que elas necessitam. Os questionamentos sobre o Estado-nação como uma entidade soberana e a indefinição de suas fronteiras de soberania, poderão caminhar para uma situação onde a soberania não sobreviva, sendo ocupada pela construção de redes multilaterais que modelem compromissos, alianças e subordinações. Nessa lógica, o processo de decisões desse multilateralismo é contraditório, ao ser implementado pela condição militar unilateral, onde os Estados Unidos mantêm seu status militar ao

emprestar suas forças para o sistema de segurança global e outros países arcarem com esses custos. Para Castells (1999, p.435), “Essa é a característica definitiva do multilateralismo e o exemplo mais surpreendente de perda de soberania do Estado-nação”.

Deste modo, a partir das reflexões levantadas pelo autor, compreende-se que nessa Era da Informação a sociedade convive em um processo de crise gerada pelo capitalismo informacional, com impactos econômicos, sociais e culturais. Estes impactos afetam todas as relações basilares da sociedade e influenciam a experiência humana dos indivíduos. Os efeitos da globalização sobre o Estado-Nação na contemporaneidade contribuíram para seu enfraquecimento, uma vez que para enfrentar os complexos processos de capital e de informação, o Estado se insere em redes multilaterais com outros Estados, e neste sentido perde sua soberania. Diante desta observação, compreende-se que a presença do Estado nesta dinâmica global e capitalista é importante para que o mesmo cumpra o papel de assegurar o Bem-estar social dos indivíduos, e a garantia de segurança e a assistência de que precisam.

No entanto, este Estado não precisa ser uma Nação homogênea culturalmente. Isto porque a conexão dos indivíduos com uma cultura universal facilitada, sobretudo, pela tecnologia (internet) e a economia (empresas multinacionais, produtos importados), faz com que a identidade nacional não seja suficiente para representar a todos os indivíduos do Estado, e passe a ser questionada e atualizada, para que possa representar os diversos grupos sociais.

Segundo Martins (2007), o caráter nacional de determinadas sociedades, bem como a sua forma cultural, foi desenvolvido no século XX, e ainda tem relevância mesmo a partir dos anos 1990. Segundo o autor, o caráter nacional se define através da sua forma cultural de ser que diferencia os indivíduos e suas comunidades (idem, p. 46). O interesse das Ciências Sociais em investigar o papel dominante do Estado na configuração da matriz cultural, é uma atividade recente. Em síntese, pode-se compreender que as relações de poder sobre a cultura estão vinculadas ao Estado-Nação e a identidade nacional. Neste sentido, a memória como fator construtivo da identidade, também implica nas relações de pertencimento e representação de determinados indivíduos e grupos sociais. A partir disto, conforme as relações de poder entre estrutura e sujeito, é possível colocar em questão as disputas geradas por estes, para que prevaleçam os seus mais diversos interesses.

O sociólogo Stuart Hall, buscou analisar o processo de (re)configuração da identidade cultural na modernidade e pós-modernidade. Ao conduzir as reflexões para a identidade nacional, o autor constatou que esta última, antes entendida como centrada, coerente e inteira, foi deslocada e absorvida pelos sujeitos diante do processo da globalização. Para melhor compreender essa reflexão, o autor define três compreensões diferentes acerca do sujeito: o Sujeito do Iluminismo, o Sujeito Sociológico e, por último, o Sujeito Pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. (HALL, 2011, p. 10-11)

Assim sendo, pode-se compreender que, para o sujeito do Iluminismo, o “eu” era a identidade de um indivíduo. A sua essência existencial era o que lhe garantia a sua identidade. Já sobre o sujeito sociológico, Hall destaca:

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a construção de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. (HALL, 2011, p. 11)

O sujeito sociológico através das suas interações com as relações sociais que mediavam seus valores, seus sentidos e seus símbolos, formava sua identidade na relação do eu com a sociedade. É este sujeito que ancora sua identidade na identidade nacional. O autor enfatiza que são as culturas nacionais as principais referências dos sujeitos sociológicos.

Já no caso do terceiro sujeito, Hall enfatiza que o mesmo está se tornando fragmentado (Hall, 2011), e isto faz com que ocorra para si, a absorção de várias identidades.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2011, p. 13)

Partindo destes pressupostos, pode-se compreender que na contemporaneidade, o sujeito se relaciona com a multiculturalidade (sujeito pós-moderno), mesmo afirmando deter uma única identidade (sujeito iluminista) e que, sinta-se diretamente interligado aos valores específicos do meio em que vive (sujeito sociológico).

Segundo Hall (2011) não só as instituições culturais, mas também os símbolos e as representações compõem as culturais nacionais que marcam o sujeito sociológico. Logo, uma cultura nacional é um discurso, que busca construir sentidos influentes e organizáveis tanto das ações quanto da compreensão que temos sobre quem nós somos. Desta forma, sendo um discurso, as culturas nacionais também constroem a identidade nacional. Entretanto, o sociólogo questiona se a cultura nacional, como uma comunidade imaginada, é unificada. Hall (2011) explica que, apesar das diferenças marcantes de classe, gênero ou raça, entre os membros de uma nação, a cultura nacional almeja sempre unificá-los numa mesma identidade nacional, com o intuito de representar um pertencimento de todos a família nacional. Porém, o autor salienta que este pensamento deve ser problematizado, uma vez que, uma cultura nacional implica as questões de lealdade e identificação simbólica por se tratar de uma estrutura de poder cultural. Neste sentido, é aconselhável refletir sobre as culturas nacionais, não como unificadas, mas sim, como dispositivos discursivos que representam a diferença como unidade ou identidade (idem, p.62).

Com base nessas observações, pode-se compreender a importância de problematizar a identidade nacional, e o seu caráter representador da sociedade e indivíduos como uma nação fraternal coesa. Nesse contexto, a identidade nacional implica no reconhecimento e na preservação da memória, bem como, na sua atualização e (re)significação.

Como foi discutido anteriormente, a memória oficial pode condicionar a memória subterrânea dos grupos minoritários (Pollak, 1989). Neste sentido, critica-se a compreensão da identidade nacional como unificada, uma vez que, as identidades dos sujeitos pós-modernos, estão cada vez mais fragmentadas (Hall, 2011). Partindo destes pressupostos, acredita-se que a memória oficial deve ser constantemente problematizada.

Diante do que foi exposto, através de diferentes autores, entende-se que o Estado Moderno é uma importante forma de organização da vida em sociedade, que representou avanços com relação a formas anteriores. Para a existência do Estado, é fundamental o monopólio organizado da força, com destaque para as forças armadas que garantem a soberania do território (tema que será melhor desenvolvido a seguir), o que também representa avanços com relação ao uso indiscriminado de violência, que levaria a anarquia. O território soberano do Estado corresponde a um povo, sendo a identidade deste povo construída (imaginada). A identidade nacional é importante, pois substitui

laços antes relacionados a realeza e divindades. No entanto, ela deve ser problematizada e refletida, pois pode ser excludente e também levar a fanatismos. O Estado Moderno pode ser permeado de relações pessoais e laços tradicionais. O monopólio da força pelo Estado pode levar a autoritarismo. Neste sentido, por um lado, compreende-se a importância do Estado e seus elementos de soberania, território e povo; por outro lado, considera-se relevante a crítica a estes elementos.

Ainda, compreende-se que devido as transformações geradas pelo capitalismo informacional e a globalização que intensificaram a crise do Estado-Nação e da democracia, é imprescindível a existência de um Estado presente para garantir os direitos fundamentais para as pessoas que necessitam, com leis que regulem a sociedade e estes direitos, e com uma identidade nacional problematizada que não seja considerada a única identidade. Também, considera-se importante a garantia das fronteiras soberanas do Estado-Nação pelo Exército, no seu papel de defesa contra ameaças externas e garantia da segurança e da estabilidade do sistema internacional; ao mesmo tempo em que deve ser criticado os excessos e abusos do Estado no controle de fronteiras, como recentemente ocorreu nos Estados Unidos, que diante da crise com imigrantes e refugiados no país, o Presidente Donald Trump decretou como medida política, a separação de crianças imigrantes de seus pais⁶. Entende-se que além de caracterizar um abuso do poder do Estado no controle das fronteiras, esta medida política também representa um ato de crueldade com as famílias imigrantes. Assim, esta dissertação busca contribuir para este debate e reflexão, com enfoque na memória oficial do Exército Brasileiro na II Guerra Mundial e o seu papel na sociedade contemporânea.

1.5 O Papel das Forças Armadas - Exército Brasileiro

Diante do que foi refletido sobre o entendimento do Estado-nação e das questões vinculadas a identidade nacional, buscou-se compreender qual o papel das Forças Armadas, para o Estado-nação, tendo como foco a figura do Exército Brasileiro. Neste sentido, pode-se entender que o Estado-nação formado pela soberania, povo e território, é a soma das relações surgidas entre a identidade nacional, a memória oficial e as Forças

⁶Crise com imigrantes e refugiados nos Estados Unidos.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/eua-nao-vao-virar-campo-de-refugiados-afirma-donald-trump.shtml> Acessado em 10 de julho de 2018.

Armadas. Às mesmas são atribuídas a proteção e defesa das fronteiras nacionais por terra, mar e ar; sob o poderio bélico e autorização da força para garantir a soberania, a integridade do povo e a inviolabilidade do território nacional.

Como explica a Constituição Federal de 1988, no Título V (Defesa do Estado e das Instituições Democráticas), Capítulo II, Art. 142⁷:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Dito isto, pode-se compreender que as Forças Armadas são organismos de natureza militar e nacionalista. As mesmas encontram-se em uma estrutura hierárquica sob as ordens do Presidente da República por intermédio do Ministério da Defesa. Ou seja, as Forças Armadas devem seguir as orientações civis, por meio de seu representante máximo eleito – o Presidente da República.

O Exército Brasileiro é uma instituição militar e nacionalista que integra as Forças Armadas, ao lado da Marinha e da Aeronáutica. Conforme as informações disponibilizadas pelo Exército Brasileiro⁸, o mesmo apresenta como missão:

- Contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social.
- Para isso, preparar a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão.

Tendo em vista as observações acima, no que tange a missão do Exército Brasileiro, ainda, em tempos de paz, a instituição pode contribuir com o apoio a fiscalização ambiental, prestar assistência social e de saúde em comunidades isoladas, colaborar com ações da Defesa Civil, missões de paz, como por exemplo no Haiti e, apoiar o desenvolvimento nacional. A instituição é formada por aproximadamente, 235 mil soldados, sendo o maior efetivo da América do Sul⁹. Segundo os fins da ordem constitucional, sua forma de ação ocorre em solo, através da Força Terrestre (FTer), nas

⁷Constituição Federal de 1988.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado..

⁸ Missão do Exército brasileiro. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/missao-e-visao-de-futuro>.

⁹O Exército. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2012/04/em-tempos-de-paz-exercito-defende-fronteiras-nacionais>

dimensões interna e externa. Conforme a Escola Superior de Guerra (2009, *apud* AZEVEDO; RIBEIRO, 2010, p. 22) internamente, a FTer pode:

[...] atuar de modo preventivo ou repressivo contra qualquer forma de ameaça ou agressão que, apoiadas ou não do exterior, comprometem a lei, a ordem e os fundamentos do Estado Democrático de Direito; e, cooperar com os esforços do Governo no combate aos ilícitos e crimes transnacionais de natureza variada.

Neste sentido, pode-se compreender que referente as questões nacionais internas, a FTer, representante do Exército, pode atuar quanto à prevenção ou repressão de contrariedades à lei, à ordem e ao Estado Democrático de Direito. Ou seja, ainda que seja possível atuação interna, essa se dá dentro dos princípios democráticos. Contribuindo, também, para o combate à criminalidade referente a crimes transnacionais. Ainda, de acordo com a Escola Superior de Guerra (2009, *apud* AZEVEDO; RIBEIRO, 2010, p. 22) externamente, a FTer pode:

[...] prevenir e dissuadir atitudes hostis e ameaças externas aos interesses vitais da Nação; atuar contra o inimigo externo, impedindo ou repelindo qualquer forma de ameaça ou agressão aos interesses vitais da Nação; garantir a inviolabilidade do Território Nacional, em especial da fronteira terrestre, bem como participar da garantia da inviolabilidade dos espaços aéreo e marítimo; e, participar de forças, sob a égide de organismos internacionais, como decorrência de compromisso de assunto, no quadro da Defesa Coletiva ou para a manutenção da paz mundial. (Ibid., id.)

No sentido da atuação externa do Exército brasileiro, em seus cumprimentos constitucionais, ressalta-se a garantia dos interesses vitais da Nação, e a proteção de suas fronteiras terrestres. Ainda, permite-se contribuir para a Defesa Coletiva, e também à paz mundial. É com base nestas observações que se compreende o papel constitucional do Exército Brasileiro e sua importância para o Estado-Nação, ainda que as críticas a esta instituição e ao próprio Estado-Nação sejam fundamentais.

Neste sentido, para compreender a importância desta instituição, é imprescindível entender as relações civis-militares. Em uma Democracia, os militares devem estar sujeitos ao poder civil, fato que foi violado durante a Ditadura Militar (1964-1985), quando os militares tomaram o poder civil. Atualmente, as relações civis-militares têm sido estreitadas, mas ainda contam com grandes empecilhos que dificultam uma Democracia plena.

Assim, ainda que sejam reconhecidos fatores positivos como: a valorização do tema por parte da sociedade; a transparência das políticas de Defesa – representada pela elaboração de livros brancos por diversos países –, o

estreitamento do diálogo entre civis e militares; a abertura de arquivos e, por fim, o reconhecimento de parte da negra história do regime; não se pode afirmar a inexistência de ilhas de autonomia militar, nem o fim da desconfiança recíproca entre as duas esferas. A transparência das políticas de Defesa também não garante que exista um efetivo controle civil sobre as Forças Armadas (FFAA) ou que tenha se estabelecido, de forma duradoura, garantias de ausência do intervencionismo militar por “outros meios”. Enfim, ainda não se pode oferecer um brinde ao vigor e à boa saúde da democracia na região (WINAND; SAINT-PIERRE, 2007, p. 34)

De acordo com os autores, pode-se compreender que, as relações equilibradas entre civis e militares implicam, sobretudo, na consolidação da Democracia plena no país. Mesmo as Forças Armadas sendo hierarquicamente subjugadas ao poder civil, ainda há determinados intervencionismos e autonomias por parte dos militares sobre as questões nacionais. Também, ainda há dificuldade dos civis em compreender o papel constitucional das Forças Armadas, necessárias dentro da perspectiva weberiana de Estado. Neste fortalecimento das relações civis-militares, e sua melhor compreensão, é que os museus, o patrimônio cultural e o turismo podem ter um papel importante. No capítulo 3 será analisado qual papel estão tendo as instituições analisadas.

Neste sentido, é possível refletir em conjunto com o cientista político brasileiro José Murilo de Carvalho, enquanto um estudioso das Forças Armadas no Brasil:

[...] Estará o Exército caminhando para encontrar sua missão no Brasil do fim do século: controlar as grandes massas urbanas empobrecidas que começam a sitiá-la classe média em seus últimos redutos? Ou seja, transforma-se no equivalente a Guarda Nacional norte-americana, pronta para ser acionada nos casos de perturbação da ordem pública? Será isso que a população está pedindo, para além e por cima da Constituição e de Leis Complementares? É um cenário deprimente, mas não de todo improvável. A incapacidade sistemática do país de resolver o problema da desigualdade e, sobretudo, da miséria urbana nos grandes centros pode levar-nos a esse destino trágico. As Forças Armadas poderão intervir em nova guerra entre brasileiros, não a guerra ideológica anterior de nosso Leste-Oeste interno, mas a guerra da pobreza contra a riqueza, a guerra de nosso Norte-Sul doméstico. [...] (CARVALHO, 2005, p. 170).

Com base no pensamento e nos questionamentos do autor, pode-se compreender o agravamento das relações civil-militares, que versam também com as preocupações sociais e de cidadania. A ação do Exército a favor da elite e das classes hegemônicas, contra as camadas marginalizadas da sociedade, é preocupante, segundo este importante pensador.

Tais situações, também contribuem para expandir a incompreensão do papel constitucional das Forças Armadas. No senso comum, existem os sujeitos que defendem a volta da Ditadura Militar e o controle do Estado pelos militares, o que não cabe em uma

Democracia; juntamente com aqueles que condenam a presença das Forças Armadas no Estado-Nação e desejam o seu fim, o que não é prudente e nem sensato em um Estado Soberano, segundo a perspectiva weberiana.

A partir destas observações, é possível compreender ainda que, brevemente, a importância de se ampliar o debate sobre as questões civis-militares, e também sobre o papel constitucional das Forças Armadas no Estado-Nação. Neste sentido, esta dissertação pretende contribuir neste debate. Buscar-se-á compreender como a memória da Segunda Guerra Mundial no Brasil está sendo narrada através do patrimônio cultural e do turismo e, ainda, se estes espaços de memória estão fomentando uma educação e uma reflexão sobre o papel constitucional das Forças Armadas.

CAPÍTULO II

A Segunda Guerra Mundial e o Exército Brasileiro entre Histórias e Memórias

Neste capítulo, é apresentada a relação entre a História e a Memória da Segunda Guerra Mundial e do Exército Brasileiro. Pensar a relação entre a História e a Memória é importante para compreendermos como foi construído o presente, quem é lembrado e quem é esquecido na memória coletiva. Como vimos no capítulo anterior, através da sua analítica, Foucault nos mostrou que a história produz camadas de acontecimentos que precisam ser escavadas, problematizadas para poder emergirem outros discursos, outros saberes. Assim sendo, entende-se que é importante contextualizar a história da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a história do Exército Brasileiro. Porém, ressalta-se que esta pesquisa não é um trabalho de História, e sim de Sociologia ao entender a Memória como construções e disputas no presente. Logo, o sentido dessa contextualização é dar um pano de fundo, para ajudar a compreender as construções da memória no presente através do Patrimônio Cultural e do Turismo.

2.1 Breve História da II Guerra Mundial

O século XX se destacou por ser um período de acontecimentos marcantes e de conflitos extremos, como por exemplo, a I e a II Guerra Mundial. Para contextualizar aquela que foi considerada a mais sangrenta e violenta guerra travada contra a humanidade, buscar-se-á nas próximas linhas, sintetizar o pensamento dos historiadores Eric Hobsbawm e Pedro Tota.

De acordo com Hobsbawm (1995) ao se tratar sobre quem ou o que causou a II Guerra Mundial, a resposta é dada a partir de um nome: Adolf Hitler. Mesmo que tenham acontecido outros fatores históricos, que também foram decisivos para resultar no conflito, muitos historiadores concordam que o maior responsável pela guerra foi o líder nazista. Assim sendo, com o fim da I Guerra Mundial (1914-1918) que ocorreu por conta das disputas territoriais entre as grandes potências do mundo, a Europa e o Extremo Oriente encontravam-se em situação estável, mas a insatisfação de algumas nações logo veio a tumultuar o clima de paz. A Alemanha, que foi derrotada na I Grande Guerra, viu-se injustiçada e, assim, ignorou o Tratado de Versalhes. Já a Rússia e a Turquia, apesar de também fazerem parte do lado perdedor da I Guerra, buscaram se preocupar com suas questões internas, aparentemente com a defesa das suas fronteiras. Contudo, o Japão e a

Itália, mesmo saindo vitoriosos da guerra, também demonstraram o sentimento de insatisfação. A Itália, mesmo obtendo estimáveis ganhos territoriais nos Alpes, no Adriático e também no mar Egeu, conferidos pelos aliados em 1915, mostrou-se insatisfeita a partir do fascismo, caracterizado como um movimento contrarrevolucionário, e, assim, ultranacionalista e imperialista. Já o Japão, onde a industrialização crescia em grande velocidade, descontentou-se com os seus ganhos no Extremo Oriente, desejando mais do que as potências européias lhe concediam.

Hobsbawm (1995), explica que apesar de haver uma estabilidade da paz, pós-1918, as três potências insatisfeitas deram início às agressões que, em seguida desencadearam a II Guerra Mundial, já no ano de 1930. Nas palavras de Hobsbawm, os acontecimentos que caminharam para a II Guerra, foram:

[...] a invasão da Manchúria pelo Japão em 1931; a invasão da Etiópia pelos italianos em 1935; a intervenção alemã e italiana na Guerra Civil Espanhola em 1936-9; a invasão alemã da Áustria no início de 1938; o estropiamento posterior da Tchecoslováquia pela Alemanha no mesmo ano; a ocupação alemã do que restava da Tchecoslováquia em março de 1939 (seguida pela ocupação italiana da Albânia); e as exigências alemãs à Polônia que levaram de fato ao início da guerra. (HOBSBAWM, 1995, p. 45)

Assim sendo, pode-se considerar que os ataques da Alemanha, Itália e Japão foram as causas iniciais da guerra, juntamente com a não-intervenção e a não-reação da Grã-Bretanha, da França e dos acordos da URSS, que separaram as potências em contra e a favor de uma nova guerra. Segundo Hobsbawm (1995), a guerra começou em 1939, e, a princípio, era um conflito somente europeu, pois a Alemanha havia invadido e dividido a Polônia com a URSS, que, até o momento, mantinha-se neutra. Em consequência da ação, a Grã-Bretanha e a França também entraram na guerra. Em 1940, a Alemanha atingiu e ocupou a Noruega, a Dinamarca, os Países Baixos, a Bélgica e França. Referente a Grã-Bretanha, os alemães colidiram com todas as forças nacionais comandadas pelo novo ministro-britânico Winston Churchill, que não aderiu a nenhum acordo com o Führer (Hitler, líder alemão). A partir disto, a Itália quebra a sua neutralidade e também entra no conflito apoiando os alemães.

Conforme Hobsbawm (1995), diante desta situação, os conflitos se estenderam até que a Alemanha cruzou o Mediterrâneo rumo à África, quando, a Itália devido ao seu fraco poder armamentista, veio a ser expulsa do império africano pelas forças britânicas que atuavam no Egito. Conforme Tota (2011), Hitler interveio sob o comando do famoso general Erwin Rommel, mais conhecido como “Raposa do Deserto”, que enfrentou e

derrotou os britânicos. Neste contexto, a guerra se expandia constantemente, tendo a sua data decisiva em 22 de junho de 1941, quando Hitler invadiu a URSS de Stalin. Contudo, o desejo do Fühler em conquistar um grande império territorial oriental, com imensa quantidade de recursos e trabalho escravo, comprometeu a Alemanha em uma de suas frentes, onde os russos resistiram e, mais na frente, derrotaram a Alemanha. Diante deste episódio, a Alemanha começava a cair, pois a mesma não estava preparada para uma guerra extensiva, e seu equipamento bélico-militar, era cada vez mais reduzido em comparação com a Grã-Bretanha, a Rússia, e os EUA.

Segundo Hobsbawm (1995) Em 1942, a Alemanha interviu com uma nova ofensiva que, aparentemente seria bem-sucedida. Logo, os exércitos alemães atuaram fortemente no Cáucaso e no vale do baixo Volga, mas, ainda assim não poderiam decidir a guerra, pois a detenção nazista ocorreu em Stalingrado, no verão de 1942 a março de 1943, quando o Exército Vermelho (Russo) avançou rumo a Berlim, Praga e Viena. Neste sentido, a guerra de início européia, tornava-se de fato, mundial. O Japão, após afirmar o poder sobre as relíquias francesas na Indochina, causou estranhamento com os EUA, que entendeu como intolerável, o poder do Eixo no Sudeste Asiático. Desta forma, para atingir o Japão, os EUA intervieram sobre a sua economia, onde o comércio era dependente das comunicações marítimas. Assim, tratava-se uma batalha entre as duas potências. Em 7 de dezembro de 1941, os japoneses atacaram a base americana de Pearl Harbor, tornando de fato, a guerra mundial.

Como explica Tota (2011), a partir da entrada dos EUA na guerra, formou-se a Grande Aliança, com a Grã-Bretanha, os EUA e a União Soviética, que mantinham como inimigos em comum, os países que formavam o Eixo – Alemanha, Itália e Japão. Ainda que os EUA somente tenham entrado na guerra devido à repressão japonesa, após as reuniões com Churchill e os representantes soviéticos, Roosevelt pronunciou que o governo americano deveria combater a Alemanha. Os EUA, no ano seguinte, derrotariam algumas forças japonesas nas Batalhas de Midway e do mar de Coral. A partir de então, uma série de contra-ataques na Alemanha se iniciou pelos aliados, mas, ainda assim, Hitler e seus exércitos resistiam. A resistência até o fim da guerra, também se mostrou fortemente no Japão. Por conseguinte, os EUA lançaram sobre Hiroxima e Nagasaki, bombas atômicas, visando sua rendição total. Em 1945, os países inimigos foram ocupados pelas forças aliadas, consolidando por fim, a vitória dos Aliados na guerra.

Ao refletir sobre a II Guerra Mundial, Hobsbawm (1995) afirma que esta guerra, mais que a I Grande Guerra foi travada até o fim, sem acordos entre nenhum dos lados. A II Guerra Mundial foi também, uma guerra de ideologias, de vida ou de morte para a maioria dos países envolvidos. Em suas palavras, Hobsbawm salienta:

O preço da derrota frente ao regime nacional-socialista alemão, como foi demonstrado na Polônia e nas partes ocupadas da URSS, e pelo destino dos judeus, cujo extermínio sistemático foi se tornando aos poucos conhecidos de um mundo incrédulo, era a escravidão e a morte. Daí a guerra ser travada sem limites. A segunda Guerra Mundial ampliou a guerra maciça em guerra total. Suas perdas são literalmente incalculáveis, e mesmo estimativas aproximadas se mostram impossíveis, pois a guerra (ao contrário da Primeira Guerra Mundial) matou tão prontamente civis quanto pessoas de uniforme, e grande parte da pior matança se deu em regiões, ou momentos, em que não havia ninguém a postos para contar, ou se importar. (HOBSBAWM, 1995, p. 50)

A partir do pensamento autor, percebe-se a complexidade do conflito, onde a capacidade humana não foi capaz de enxergar uns aos outros como seres da mesma espécie, e sim, como inimigos desprezíveis, que mereciam a qualquer custo serem exterminados. Assim, os nazistas aniquilaram grande parte dos judeus, os americanos lançaram sobre os japoneses bombas atômicas... De um lado e do outro, as agressões foram desumanas, o respeito à vida foi violado e o mundo, mais uma vez conheceu o terror de uma guerra. Sobre as mortes, Hobsbawm complementa:

[...] entre 10% e 20% da população *total* da URSS, Polônia e Iugoslávia; e entre 4% e 6% da Alemanha, Itália, Áustria, Hungria, Japão e China. As baixas na Grã-Bretanha e França foram bem menores que na Primeira Guerra – cerca de 1%, mas nos EUA um tanto mais altas. Mesmo assim, são palpites. As baixas soviéticas foram estimadas em vários momentos, mesmo oficialmente, em 7 milhões, 11 milhões, ou na faixa de 20 ou mesmo 30 milhões. De qualquer modo, que significa exatidão estatística com ordens de grandeza estratosférica? Seria menor o horror do holocausto se os historiadores concluíssem que exterminou não 6 milhões, (estimativa original por cima, e quase exagerada), mas 5 ou mesmo 4 milhões? E se os novecentos dias de sítio alemão a Leningrado (1941-4) mataram 1 milhão ou apenas três quartos ou meio milhão de fome e exaustão? [...] Que significa para o leitor médio desta página que, de 5,7 milhões de prisioneiros de guerra russos na Alemanha, 3,3 milhões morreram (Hirschfeld, 1986 apud HOBSBAWM, 1995). A única coisa certa sobre as baixas da guerra é que levaram mais homens que mulheres. [...] Os prédios podiam ser mais facilmente reconstruídos após essa guerra do que as vidas dos sobreviventes. (HOBSBAWM, 1995, p. 50).

Neste sentido, o autor salienta que as mortes nesta guerra, foram muito maiores que na primeira. Ainda que em vários momentos, a história estimasse números exagerados de baixas, o quanto isso influenciaria perto da importância das vidas humanas que foram perdidas? A exatidão dos números das baixas é apenas um detalhe, diante do sentido do qual elas se perderam.

2.2 Breve História da Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Com relação a América Latina e a Segunda Guerra Mundial, Dabène (2003), ressalta que no decorrer da década de trinta, o fascismo penetrou os governos latinos, e isto se deu a princípio, pelas relações comerciais. Países como o Brasil, Chile, Colômbia, Argentina e Uruguai, alimentaram através de matérias-primas, a Alemanha. Já, o Paraguai e o Peru, aproximaram o mercado comercial com o Japão. Ao mesmo tempo em que comercializam com os países latino-americanos, os países do eixo desenvolviam a propaganda antiamericana, que nas palavras do autor, “sempre encontrou certo eco na América Latina” (idem, p.110). Em seguida, desenvolveram-se as relações culturais e militares com os Estados fascistas europeus e o nazismo alemão. Os laços estreitos entre o Chile e a Argentina com a Alemanha, desde o século XIX, proporcionaram a modernização dos exércitos. E assim, os métodos nazistas e fascistas inspiraram certos governos latino-americanos.

Segundo Moura (2012), os estudos das relações Brasil-Estados Unidos, apontam que mesmo antes do começo da guerra, era clara a intenção dos Estados Unidos construir-se como uma forte potência. Logo, sua relação com o Brasil foi além que apenas colaborar com a política e a economia brasileira; tornou-se necessário erradicar a influência do eixo e em seguida, incentivar no país sua própria influência na economia, nas forças militares, nos meios de controle social, na política externa, entre outras áreas. Consequentemente, a manipulação política do Brasil, assim como de outros países latino-americanos foi um avanço fundamental para a construção de um sistema de poder americano.

De acordo com Seitenfus (2003), a Aliança Nacional destacava que a segurança do país dependia da sua industrialização, e este pensamento influenciou os rumos da política externa após 1930. Neste sentido, tornou-se uma preocupação modernizar os equipamentos militares do país. Ainda, a crise econômica mundial de 1929 apontou que o Brasil não poderia continuar a depender dos suprimentos industriais vindos de fora, logo, o país precisava de uma política de substituição das importações para a garantia de uma autonomia com relação ao exterior. Assim sendo, iniciou-se uma política de industrialização, com foco na indústria de base, especificamente um complexo siderúrgico, já que o país não disponibilizava de usinas de transformação. Para Getúlio Vargas, a siderurgia e a política externa trariam grandes ganhos econômicos ao país, e a partir de 1930 ao implementar a siderurgia em seu programa, enfatizava a atitude brasileira com relação a Alemanha e aos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

Conforme explica Moura (2003), os principais acontecimentos que marcaram a política externa brasileira no ano de 1942 foram: em janeiro a Conferência do Rio, onde o Brasil cortou ligações com o Eixo; em fevereiro/março o ministro da Fazenda Souza Costa assinou em Washington acordos militares e econômicos com os Estados Unidos; em maio o acordo secreto político-militar com a grande potência aliada que criou duas comissões militares mistas para organizar a defesa do território brasileiro; e por último, em agosto onde o Brasil declarou guerra à Alemanha e Itália, após os torpedeamentos dos navios mercantes brasileiros. Segundo Moura (2003), é importante destacar que, muitos militares brasileiros não concordavam com o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, e o governo brasileiro ao utilizar dessa resistência para negociar com os Estados Unidos, conseguiu tornar suas forças armadas as mais equipadas da América Latina. Por outro lado, a situação econômica do Brasil ficou cada vez mais dependente dos Estados Unidos, mas ainda assim, Vargas contribuiu para o crescimento industrial do país por meio da usina siderúrgica de Volta Redonda.

Com relação a entrada do Brasil na guerra, Moura (2003) explica que tanto os militares brasileiros quanto alguns civis, sabiam da falta de preparo necessário para o país entrar no conflito bélico mundial. Ainda, os militares brasileiros questionavam sobre essa participação, uma vez que a liderança da guerra era conduzida pelos Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética, e que ao colaborar com os aliados, o Brasil ficaria subordinado as suas decisões e imposições dos Estados Unidos. Neste sentido, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) era um projeto elaborado para engrandecer as forças armadas brasileiras e permitir ao país, destacar-se na América Latina e no mundo através de sua posição como aliado dos Estados Unidos. No âmbito interno, devido a guerra o país também enfrentava problemas sociais gerados pela desarticulação na economia. Por um lado, aumentou-se o incentivo para cultivo de produtos para exportação (café, algodão, entre outros), por outro as atividades agrícolas sofreram com sua diversificação, atingindo muitos trabalhadores rurais e impactando suas condições de vida, contribuindo para a migração do meio rural para o urbano. Ainda que a guerra não tenha criado diretamente tais migrações, a desarticulação econômica por ela provocada reforçou estas migrações.

Segundo Moura (2003), os trabalhadores urbanos também sofriam com aumento nos preços dos alimentos, com transportes obsoletos em função das importações de novos meios de transportes, como por exemplo, os caminhões. Os órgãos estatais tentando

controlar os conflitos sociais internos e estabelecer a paz social, tomaram algumas medidas como a Consolidação das Leis Trabalhistas que visava regulamentar as relações trabalhistas individuais e coletivas, e o Estatuto da Lavoura Canavieira que buscava equilibrar as relações dos produtores de cana, com os empregados das usinas de açúcar. No contexto destes enfrentamentos sociais, destaca-se a dificuldade da mobilização da nação para apoiar a participação do Brasil na guerra. Logo, a sociedade brasileira se mostrava indiferente a essa participação e pouco apoiava a FEB.

De acordo com Ferraz (2012), a relação dos oficiais e praças brasileiros na Itália, era vista com distinção, onde o Exército de Caxias não se contentava em dividir, por exemplo, a mesma alimentação e alojamentos que os praças do Exército da FEB. A vida militar de ambos expedicionários era constantemente comparada e criticada, e as relações pessoais também eram afetadas, gerando por um lado, um ressentimento dos febianos pelo Exército de Caxias, por outro, a pouca valorização do Exército de Caxias ao Exército febianos.

Conforme enfatiza Ferreira (2001), não se tem muito conhecimento sobre o real relacionamento da FEB com o V Exército norte americano envolvidos durante o combate na Itália. Porém, para o autor, a história oficial deveria considerar que o quadro regular de oficiais da FEB era formado por militares do Exército com liderança autoritária próximas do pensamento em apoio a Alemanha; já o quadro de oficiais da reserva, era formado na sua grande por indivíduos estratificados socialmente e por profissionais que eram contrários a ditadura de Vargas. Ainda, o autor sugere analisar com maior profundidade o tratamento dado pelo exército norte americano ao exército brasileiro, podendo ter sido muito mais dramático do que aponta a versão oficial.

Ferraz (2012) destaca que foram enviados e enviadas para combater na Itália, 25.334 componentes entre a Força Expedicionária Brasileira, o Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira e o Corpo Voluntário de Enfermeiras. A guerra na Itália chegou ao fim em 2 de maio de 1945, com a rendição incondicional das unidades alemãs pela divisão brasileira. Neste momento, terminava a guerra para os combatentes brasileiros, com baixa de 443 expedicionários e de 8 oficiais do Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira.

2.3 Memórias do Exército Brasileiro

Para compreender a memória da Segunda Guerra Mundial, através do turismo e do patrimônio cultural, como é objetivo desta dissertação, é importante compreender brevemente a história da Segunda Guerra (como foi feito anteriormente). Mas, sobretudo, é fundamental entender como as diferentes histórias relacionadas ao exército tem sido narradas, ou seja, como o exército brasileiro tem construído sua memória, tendo em vista que a memória é algo que diz respeito ao presente e as disputas pelo lembrar e pelo esquecer, como visto no capítulo teórico. A memória do exército brasileiro é complexa. Diferentes períodos históricos têm sido acionados, lembrados e esquecidos.

O período caudilhista não tem sido reforçado pela memória oficial do exército, por outro lado, se faz presente na memória coletiva. Conforme Dabène (2003), o caudilhismo latino-americano também refletiu no clientelismo e nas relações sociais entre as elites rurais e as outras camadas da sociedade. O autor salienta que as ligações entre patrão e peão eram desequilibradas e caracterizadas pela dependência mútua e a verticalidade. Muitos destes padrões eram militares e mantinham exércitos privados, dominantes das regiões onde compreendiam as suas terras. Neste sentido, muitos caudilhos se inspiraram na filosofia positivista de Auguste Comte para conduzirem seus governos. Contudo, o domínio caudilhista foi resumido a golpes de estado, ditaduras e outras formas de poder autoritário que comprometeram a democracia nestes países, inclusive quando o processo político se dava por eleições, uma vez que, muitos dos presidentes se reelegiam sem a aprovação dos eleitores.

O período de Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) é o grande desafio para a memória do Exército brasileiro. A mesma questão se repete em outros países da América Latina, mas tem sido debatida há mais tempo em países como a Argentina e o Chile. A partir da década de 1960 foram instauradas Ditaduras através dos golpes de estado direcionados pelas Forças Armadas, com o apoio dos Estados Unidos para o combate ao comunismo e para o fortalecimento das relações comerciais. Assim sendo, as Forças Armadas se sobrepuseram ao poder civil e legitimaram ações de violência, como perseguições, torturas e assassinatos, que no fim culminaram em um grande número de mortos e desaparecidos. Com isso, a democracia no país foi substituída pelo autoritarismo dos militares que assumiram o poder. Vale ressaltar sob uma perspectiva comparativa, ainda que superficialmente, que no Brasil e na Argentina, as diferenças nos processos de

transição das ditaduras para a democracia, influenciaram nas relações entre civis e militares, e também na existência de uma memória coletiva sobre o ocorrido neste período.

A partir de Winand e Saint-Pierre (2007), entende-se que na Argentina houve uma “transição por colapso”¹⁰ que em termos gerais, possibilita uma democracia mais efetiva, com a subordinação dos militares pelo controle político civil. Já no Brasil, ocorreu-se uma “transição pactuada”, onde os militares conduziram as diretrizes do processo, e mantiveram garantidos os seus interesses. Desta forma, complementa-se de acordo com Bauer (2014), que a Argentina buscou romper com o passado ditatorial, condenando-o eticamente, moralmente e judicialmente. Enquanto que o Brasil, o processo lento e gradual, marcou-se pela continuidade, sem nenhum questionamento crítico e ético com a sociedade civil.

Nos governos posteriores, de Lula e Kirchner, as medidas políticas também se diferenciaram. No caso do ex-presidente argentino, houve a abertura de processos contra os financiadores da repressão na ditadura, tanto civis quanto militares. Já o ex-presidente brasileiro manteve uma postura mais branda, possibilitando apenas, a abertura de determinados arquivos e a instauração da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia. Dentre outras medidas que foram tomadas, umas das mais expressivas diferenças de condução destas memórias foram as implantações das Comissões da Verdade. Na Argentina, a mesma foi implementada e os trabalhos se iniciaram, poucos dias depois do fim da ditadura. No Brasil, a mesma comissão somente foi implementada 26 anos depois do período histórico, no ano de 2014.

Para celebrar a memória da Ditadura, o Estado foi responsável pela criação de suportes materiais de memória, ou seja, os espaços de memórias, como por exemplo, arquivos, memoriais e museus. Cita-se como exemplo, o Museu Dom Diogo de Souza¹¹, localizado em Bagé-RS, que possui uma sala exclusiva com um acervo pessoal dedicado a valorizar a memória do general Emílio Garrastazu Médici, responsável por governar o país durante o período mais duro da ditadura militar. Mas, no campo da memória política,

¹⁰ Os conceitos teóricos de “transição por colapso” e transição pactuada” são muito utilizados nos estudos das Relações Internacionais no âmbito das relações civis-militares, e foram elaborados por Guillermo O’Donell (in O’Donell & Schmitter, 1998).

¹¹ Museu Dom Diogo de Souza. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/breaking-news/2015/01/em-bage-homenagens-a-medici-estao-ate-em-agencia-bancaria/>

outros agentes surgiram para disputarem a memória e confrontá-la. No caso das ditaduras latino-americanas, estes agentes podem ser considerados como vítimas, familiares, militantes, movimentos de resistência, entre outros.

Neste sentido, compreende-se que a lembrança deste período histórico, seguiu-se disputada entre a memória oficial e a memória subterrânea. Mas, no Brasil, a ausência de debate sobre a ditadura, não possibilitou uma memória coletiva deste acontecimento, e apenas a memória oficial foi destacada. Observa-se que, as ações para dar voz as vítimas ocorreram tardiamente, diferentemente de outros países latino-americanos, como por exemplo a Argentina, onde observa-se que existem mais museus, monumentos e demais espaços de memórias sobre o ocorrido. Logo, pode-se compreender que na Argentina existe uma memória coletiva da ditadura militar.

Conforme Lifschitz (2014), no Chile, por exemplo, um dos monumentos construídos pelo Estado, é o Parque pela Paz Villa Grimaldi, implementado pela ex-presidente Michelle Bachelet e situado no mesmo lugar que, durante a ditadura de Pinochet, abrigou um dos oitenta centros de detenção e tortura em Santiago. O lugar teria sido vendido para uma construtora que iria construir um conjunto de modernos condomínios. Tal ação somava a outras determinadas pelo poder público para silenciar o passado sombrio da ditadura. Porém, outros agentes públicos intervieram – familiares, sobreviventes, a Comissão de Direitos Humanos, entre outras – para que essa memória não fosse apagada. E assim, ergueu-se o mais expressivo monumento da memória política do Cone Sul, que se tornou Monumento Histórico Nacional, no ano de 2004.

Na Argentina, Lifschitz (2014) salienta que a antiga Escola de Mecânica Armada (Esma), também funcionou como centro de detenção e tortura, em Buenos Aires. O ex-presidente Carlos Menem, durante o seu mandato, quis demolir o edifício e erguer em seu lugar, um “parque da união e reconciliação nacional”, onde apenas vibraria a bandeira da Argentina. Na gestão de Néstor Kirchner, o Esma deu lugar a um Centro da Memória e dos Direitos Humanos.

No Brasil, parte do edifício em que abrigou o Departamento Estadual de Ordem Pública e Social de São Paulo – Deops/SP foi transformado no Memorial da Resistência de São Paulo, criado para preservar a memória da resistência durante a repressão política na ditadura militar.

Posteriormente, devido a atuação das Comissões Nacionais da Verdade-CNV, algumas mudanças significativas ocorreram. Por exemplo, em 2014 na cidade de Taquari-

RS, a criação da Praça da Democracia derrubou o busto do ex-presidente Costa e Silva¹². No mesmo dia, em Porto Alegre, mudou-se o nome da Avenida Castelo Branco, para Avenida da Legalidade, mas recentemente a mudança foi anulada e a avenida retomou para seu primeiro nome¹³. Em 2016, no estado de Sergipe, as intervenções da CNV, proporcionou a mudança do nome de três colégios (Presidente Médici, Castelo Branco e Costa Silva) e um estádio de futebol (Presidente Médici)¹⁴ que mantinham os nomes dos ex-presidentes que governaram na ditadura militar.

A Comissão Nacional da Verdade¹⁵ foi criada através da Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, com a finalidade de:

examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Neste sentido, pode-se compreender que o trabalho e a missão da CNV é de relevante importância para a democracia brasileira. Segundo Oliveira (2014), ao lado das contribuições prestadas pela CNV, também existem alguns fatores que prejudicam sua missão. Conforme o autor, do ponto de vista político e jurídico é um erro não contar dentro do quadro de conselheiros com um especialista na temática militar, nas relações entre sociedade e os militares, em Defesa Nacional, educação e profissão militares (idem, p.276). O autor enfatiza também, que a CNV não dispõe de representantes das famílias de presos, desaparecidos ou mortos políticos decorrentes da coerção do regime militar; assim como, não dispõe de representantes das Forças Armadas. Deste modo, no olhar do autor, ao prosseguir com tais impasses, a Comissão Nacional da Verdade implica efetivamente para a construção da memória e a reconciliação nacional.

Diante destas observações, ressalta-se que na contemporaneidade, a construção da imagem do Exército Brasileiro está associada a sua atuação interna no presente, marcada pelas intervenções militares nas comunidades civis. Logo, trata-se de uma atuação dúbia,

¹²Praça da Democracia. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/01/apos-retirada-de-busto-de-costa-e-silva-praca-ganha-novo-nome-no-rs.html>> Acessado em 11 de julho de 2018.

¹³Avenida da Legalidade volta a se chamar Avenida Castelo Branco. Disponível em: <<https://portoimagem.wordpress.com/2018/04/26/av-da-legalidade-volta-a-ser-castelo-branco-camara-nao-recorrera/>> Acessado em: 11 de julho de 2018.

¹⁴Colégios e Estádio de futebol em Sergipe que tiveram seus nomes alterados pela CNV. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/01/governador-assina-decreto-que-muda-nome-de-escolas-publicas.html>> Acessado em 11 de julho de 2018.

¹⁵Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm> Acessado em 13 de maio de 2017.

onde, por vezes, o Exército assume equivocadamente o papel de polícia, e devido a sua forma de intervir nestas comunidades, resulta em uma imagem negativa para a população local e nacional. Como exemplo, cita-se a recente Intervenção Militar no Rio de Janeiro¹⁶ que na opinião de moradores é uma “guerra sem fim”. É constante os relatos sobre o abuso das forças militares e policiais com os civis, e, conseqüentemente, muitos moradores condenam a presença dos militares nas comunidades.

Neste contexto, é possível compreender que muitas questões tornam complexa a imagem do Exército Brasileiro atualmente: (a) a ausência de uma política de memória sobre a Ditadura Militar, faz com que o Exército não reconheça seus graves erros durante aquele período; (b) a atuação no presente do Exército Brasileiro, sobretudo, através das intervenções militares nas comunidades civis; (c) a persistência de discursos não democráticos, que exaltam a Ditadura, e até mesmo a tortura, inclusive partindo de figuras políticas de destaque, como o Presidente eleito Jair Bolsonaro, e seu vice, o militar da reserva General Mourão, ambos figuras do Exército que apoiaram publicamente as intervenções militares e elogiaram como sendo um herói o Comandante Carlos Brilhante Ustra¹⁷, conhecido por torturar e matar presos políticos durante a Ditadura Militar; (d) a pouca valorização de uma política de memória sobre a Segunda Guerra Mundial, quando o Exército cumpriu seu papel constitucional de defesa das ameaças externas. Esta pesquisa enfoca o último ponto, mas todas essas questões são, do ponto de vista sociológico, responsáveis por prejudicar a compreensão e conscientização da sociedade brasileira contemporânea sobre o papel constitucional do Exército Brasileiro, prejudicando também a estabilidade democrática do Estado Brasileiro.

Assim sendo, observa-se que, por um lado, há um esforço do Exército Brasileiro para reconstruir sua memória no presente através dos museus (discursos) porém, a sua atuação interna (práticas) se mostra historicamente confusa e problemática sendo marcada por ditaduras e intervenções militares, e dificulta que a sociedade civil compreenda o papel constitucional da instituição e, inclusive, dificulta o alcance de uma reconciliação

¹⁶ Intervenção Militar no Rio de Janeiro 2018.

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/21/politica/1534815121_454499.html.

Acessado em: 02 de novembro de 2018.

¹⁷ Bolsonaro e a autoverdade.

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001_113905.html.

Acessado em: 02 de novembro de 2018.

do Exército com a sociedade civil, assim como, dificulta as relações civis militares e o alcance da democracia plena no país.

Assim sendo, observa-se que para o alcance de uma democracia plena no Brasil, ainda há um longo caminho a ser completado. Ao lado da problematização da memória relativa as Forças Armadas durante a Ditadura Militar e que, ainda é a mais evocada pela sociedade civil (seja a favor ou contra), a instituição militar também disputa uma memória referente a Defesa Militar da Amazônia, buscando fortalecer seu vínculo com a nação. Conforme explica Castro,

Em 1995, o general Zenido Lucena, então ministro do Exército, afirmou, durante uma palestra no Forte Leavenworth, em Kansas (EUA), que o “destino manifesto do Brasil” era a Amazônia e que integrar a região era prioridade nacional. Essa afirmação torna-se mais expressiva quando se examinam o local e o público da palestra do ministro. O Forte Leavenworth, fundado em 1927, é o posto militar mais antigo em atividade a oeste do rio Mississipi e foi a principal base de operações na expansão da fronteira oeste estadunidense – leia-se: na luta contra os índios e os mexicanos que antes ocupavam esses territórios. O “recado”, portanto, foi dado num lugar que simboliza a história expansionista da única superpotência militar à época – para muitos, um novo “império”. Além disso, as Forças Armadas dos Estados Unidos, especialmente após o início do Plano Colômbia, têm sido muitas vezes acusadas de terem como objetivo expandir seu poder sobre a Região Amazônica, mesmo que mais disfarçada ou indiretamente (CASTRO, 2012, p. 177-178).

Neste sentido, observa-se que, para as Forças Armadas, especialmente para o Exército, a Amazônia também possui uma dimensão simbólica de extremo interesse em ser destacada. Segundo Castro (2012), a hipótese para essa questão, permeia a perspectiva de que esse olhar está embasado em representações simbólicas que resultam em um modo específico de imaginar o espaço amazônico e projetá-lo do passado ao futuro. Neste sentido, os militares buscam construir suas identidades, ao conectarem passado e futuro no presente através da memória. Assim sendo, diante do processo da globalização e o risco da internacionalização da Amazônia, os militares brasileiros reforçam a questão do interesse internacional sobre a Amazônia, e o papel das Forças Armadas em defender a soberania nacional. Concomitantemente, as referências do passado são refletidas para o futuro, como uma estratégia de construção da identidade da instituição e como inspiração para viabilizar ações concretas.

Conforme ressalta Castro (2012) O Dia do Exército foi criado em 1994 pelo ministro do Exército, general Zenildo Zoroastro de Lucena, na data de realização da I Batalha dos Guararapes. A mesma ocorreu em 19 de abril de 1648 e se caracterizou como

um evento fundamental na expulsão das tropas holandesas ocupantes na região de Pernambuco entre 1630 e 1654. As tropas locais eram constituídas por unidades de brancos, negros e índios e estavam em menor número que as tropas holandesas, mas conseguiram a vitória ao aplicarem táticas de guerrilha sobre os inimigos. A ideia desta comemoração que foi criada, era que em Guararapes nasciam juntos a nacionalidade e o Exército brasileiro, destacando simbolicamente as três raças que são enxergadas como construtoras do povo brasileiro (o branco, o negro e o índio). Também, Guararapes representa o oposto das antigas celebrações da Intentona e de 1964 por não se referir ao combate de um inimigo interno, e sim externo.

Castro (2012) também salienta que, o ministro afirmou que o Exército se mantinha presente na Amazônia desde o começo do século XVII e que, diante disto, lutava para proteger a soberania brasileira sobre o local. Neste sentido, possibilitou-se ao general Zenildo Lucena destacar o Exército como maior defensor da soberania brasileira no século XVII, ou seja, anterior ao Brasil existir como nação independente, levantou-se heróis de tais lutas, o principal foi o capitão-mor Pedro Teixeira que segundo o Exército foi o conquistador da Amazônia e defensor contra a ambição internacional apontada pelos ingleses, holandeses e franceses sobre a região. O autor salienta que, cada vez mais, a instituição se preocupa em ressaltar a importância de manter uma presença militar na Amazônia como forma de preservar, para o futuro, a soberania brasileira sobre a região (idem, p. 221).

Ainda, para Castro (2012) essa memória construída pelo Exército sobre Guararapes é a base das representações militares sobre a Amazônia. Nota-se, que a região apresenta relevante importância estratégica para os militares brasileiros, principalmente para o Exército que intensificou o efetivo militar local. Ainda, desenvolveu-se destacados projetos como o Sistema de Vigilância Aérea da Amazônia (Sivam) e o Calha Norte na fronteira amazônica, sob o discurso histórico da sua defesa frente ao interesse internacional, como em Guararapes e os invasores. Neste sentido, tais representações são continuadas no espaço e no tempo por meio de uma tradição inventada pelo Exército de forma individual (Dia do Exército) e, que também são partes de representações coletivas através de deslizamentos simbólicos (idem, p. 228). Deste modo, pode-se compreender que a memória do Exército também perpassa por tradições inventadas que foram construídas para firmar a identidade da instituição, mas que de certo modo também são refletidas para os civis, como poderá ser observado a seguir.

Para adentrarmos nos estudos sobre a memória do Exército brasileiro, um personagem central a ser discutido é Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880) o duque de Caxias, cultuado oficialmente como o Patrono do Exército. Segundo Castro (2002), as décadas de 1920 e 1930 foram o palco de diversos conflitos históricos no interior do Exército, a exemplo das revoltas tenentistas e da Revolução de 30. Em um efeito bola de neve, tais conflitos continuaram nos anos seguintes, com a instauração do Estado Novo em 1937- 1945. Consequentemente, o Exército foi marcado por diferentes interesses ideológicos e organizacionais, que o caracterizava como uma instituição fragmentada. Logo, a tarefa de alcançar uma integridade institucional do Exército foi neste período, uma missão atribuída para diversos atores.

Neste contexto, possibilitou-se ao Exército inventar tradições, incluindo o culto a Caxias, que é um dos mais significativos para a identidade da instituição, como se pode perceber a partir do relato a seguir:

Os cadetes entram no pátio principal marchando em formação, trajando seus uniformes históricos, para em seguida receberem seus “espadins”, cópias em miniatura da espada de Caxias, patrono do Exército, que estiveram nos últimos quatro anos na posse dos cadetes veteranos, que se formarão em breve. Quatro anos mais tarde, por sua vez, esses mesmos espadins serão repassados aos futuros novatos. Bandeiras, brasões e hinos ajudam a compor o clima marcial e altamente emotivo da cerimônia (CASTRO, p. 113, 2012).

Este relato, refere-se a cerimônia de entrega dos espadins aos cadetes do primeiro ano da Academia Militar das Agulhas Negras, localizada em Resende-RJ. Deste modo, a partir do pensamento do autor, entende-se que o Exército, através do culto a Caxias busca imprimir para si e para a nação, uma identidade coesa e estável por meio de uma cerimônia dotada de símbolos, que possibilitarão uma continuidade conectada a um passado apropriado. Essas reflexões irão contribuir para a análise dos discursos que estão sendo divulgados nos espaços de memória do exército estudados no capítulo 3, será investigado eu tipo de imagem o exército está passando.

Para Castro (2012), o culto a Caxias é uma invenção da tradição altamente influente na construção da identidade social do Exército, que surgiu quando o mesmo também se inventava como uma instituição. Neste contexto, destaca-se que existe uma necessidade cultural de ligar estas invenções ao passado, para que possam ser absorvidas pelos indivíduos, dentro de uma dimensão simbólica. Deste modo, a Reforma da Escola

Militar do Realengo, que mais tarde passou a ser conhecida como a atual Academia Militar das Agulhas Negras, pensada e executada pelo comandante José Pessoa entre os anos de 1931 e 1934 foi responsável por inventar as tradições que até os dias de hoje, permanecem vivas no Exército brasileiro.

Conforme salienta Castro (2012), um elemento simbólico inventado e que está associado a Caxias, é o termo “cadete”, utilizado para se referir aos alunos da Escola Militar. Este termo era vinculado a nobreza, na época do Império e no início da República. Tempos depois passou a não ser mais utilizado, sendo após recuperado por José Pessoa com o intuito remeter o Exército a aristocracia, a uma elite social.

De acordo com Castro (2002), o duque de Caxias morreu em 1880 e somente passou a ser cultuado pelo Exército em 1923. Antes disso, a principal comemoração militar era lembrada na data de aniversário da Batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866), considerada a mais representativa travada na Guerra do Paraguai, e que tinha elegido como herói principal, Manuel Luís Osório (1808-1879). O processo de institucionalização do culto a Caxias como substituto de Osório foi um esforço da elite militar das décadas de 1920, 1930 e 1940, que o apontava como o exemplo adequado do soldado brasileiro. Tanto Osório quanto Caxias, podem ser considerados os dois personagens principais do Exército brasileiro na época do Império, os mesmos foram monumentalizados através de estátuas no Rio de Janeiro nos anos de 1894 (Osório) e 1899 (Caxias). Já os heróis republicanos, somente tiveram suas estátuas inauguradas depois de muitos anos: Floriano Peixoto (1904), Benjamin Constant (1926) e Deodoro da Fonseca (1937). O autor explica que a demora dessa monumentalização foi devido aos próprios conflitos e interesses divergentes dos grupos republicanos, em eleger qual o principal herói que viria a ser cultuado pela nação.

Como descreve Castro (2002), as estátuas de Osório e Caxias foram esculpidas por Rodolfo Bernardelli e possuem diferenças significativas. A de Osório foi feita com canhões derretidos que foram usados na Guerra do Paraguai, ele está vestido com seu uniforme de campanha, empunhando no ar sua espada e montado sobre seu cavalo em movimento. Há também, a representação dos seus troféus militares sobre o alicerce da estátua, que são seu poncho e sua espada de campanha. A estátua está localizada na Praça XV de Novembro, que liga a figura de Osório a República e o exalta como um exemplo de soldado cidadão.

Já a estátua de Caxias, o mostra montado seu cavalo parado, segurando com uma mão as rédeas e com a outra seu binóculo. Em frente à estátua, encontram-se representados o brasão ducal, a coroa e as armas. A mesma está localizada no Largo do Machado e remete Caxias a um aristocrata e estrategista, o exemplo adequado do soldado brasileiro. Nota-se também, que ambos os militares receberam um título nobiliárquico, duque para Caxias e marquês para Osório, porém este último é sempre mencionado por seu nome.

Ainda, conforme enfatiza Castro (2012), José Pessoa buscava reestruturar o Exército, afastando-o da vinculação com a política e resgatando o sentido de disciplina militar. Para isso, criou-se no dia 24 de agosto de 1934 (data do aniversário de Caxias) o Corpo de Cadetes como uma entidade disciplinar de concentração dos cadetes. Ainda, criou-se também o Dia do Soldado que tem como data de celebração, o aniversário de Caxias. Sua figura remete os sentidos de legalidade e disciplina, e a partir de então, também passa a aproximar o Exército com a nação, com a ideia de Caxias com sendo o maior soldado a lutar pela unidade e integridade da pátria (Castro, 2002).

Neste sentido, conforme Castro (2002), a escolha de Caxias como patrono do Exército brasileiro, envolve numa dimensão simbólica, o desígnio do militar como um sujeito nobre e recuado da política, visando proferir o sentido de unidade à instituição, que até então, encontrava-se fragmentada devido aos conflitos internos decorridos desde a década de 20. Ainda, o intuito da invenção da tradição é ser continuada, porém conectada com um passado adequado. Neste sentido, percebe-se o esforço do Exército em inventar tradições associadas com o meio Império, pois seu começo e fim foram conturbados para a instituição.

Já o meio, representa uma fase estável, recuada das decisões políticas que afetam a disciplina que é um conceito chave associada à figura Caxias, considerado como símbolo da integridade do Exército e da nação. Os elementos simbólicos presentes na identidade da instituição, evidenciam a existência de uma essência militar que os identifica e os separa dos civis. Porém, é possível perceber que o culto a Caxias também é estendido aos civis, como por exemplo, através do Dia do Soldado e dos valores que ele transpassa para a nação.

Neste sentido, entende-se que a memória coletiva também está associada à memória oficial e ao Estado, perpassando pelo Exército Brasileiro, que tem seu papel

disputado na sociedade contemporânea. Neste sentido, a memória desta instituição é acionada por vários períodos históricos. Dentre eles, está a memória da Ditadura Militar, onde vimos que no Brasil a ausência de uma memória coletiva sobre o ocorrido, reflete nas relações civis militares e na democracia completa no país. Por esta razão, é que também temos poucos museus que critiquem a atuação militar neste período, onde o Exército atuou internamente e usou da sua força para praticar o terrorismo de Estado. Vimos também que, outra memória destacada pela instituição é a Defesa da Amazônia, onde o Exército através de representações simbólicas (Batalha dos Guararapes – Dia do Exército) busca conectar o passado com o futuro por meio de tradições inventadas. Ainda, vimos que é sobre esta memória de Defesa da Amazônia, que o Exército enfatiza a defesa da soberania nacional.

Continuando com as tradições inventadas, vimos que o Culto a Caxias, que é o patrono do Exército Brasileiro, é também uma outra memória destacada pela instituição, e também outra tradição inventada que compõe a identidade cultural do Exército (vista como fragmentada, conflituosa). A partir destas tradições, compreende-se que a identidade cultural do Exército também pode estar associada com a identidade nacional, através dos valores e dos sentidos que ela transmite para a sociedade civil. Um exemplo, é a comemoração do Dia do Soldado, que vai além da individualização e é comemorada por muitas escolas.

Outra memória disputada é a memória da Segunda Guerra Mundial, a memória da FEB, onde o Exército atuou externamente para garantir a integridade nacional e defendeu a soberania do Estado-Nação. Neste contexto, esta dissertação buscou analisar se a memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial através do patrimônio cultural reflete o papel do Exército quanto sua atuação externa. Assim como, buscou-se analisar o que e quem essa memória valoriza e exclui, como ocorre sua construção através do patrimônio cultural e do turismo.

2.4 A memória da Segunda Guerra Mundial no Cinema, na Literatura no Patrimônio Cultural e no Turismo

Apesar de não ser tão acionada na construção da identidade do Exército Brasileiro, a memória da Segunda Guerra Mundial é constantemente abordada em diferentes países, em livros, filmes, museus, monumentos, memoriais e, também no turismo, através da visitação aos espaços que divulgam essa memória de Guerra.

Tomaim (2008), explica que desde a Primeira Guerra Mundial o cinema foi transformado em arma, ao destacar a estratégia militar por meio dos filmes de guerra; e também o sentido ideológico através dos filmes de propaganda. Já na Segunda Guerra Mundial, essa midiaticização foi ainda mais intensa, uma vez que os chefes militares sabiam dos efeitos dos filmes de propaganda de guerra sobre os civis e suas tropas. Ou seja, pode-se compreender que durante o período marcado pelos conflitos bélicos mundiais, o cinema foi utilizado como uma arma de guerra.

Já, no pós-guerra, voltaram-se a essas películas para atualizar essa memória de guerra, e seus quadros de representações, incluindo a representação da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial através da FEB e dos pracinhas na Itália. Ou seja, buscava-se atualizar a memória de guerra, através dos filmes que representavam a FEB e os seus combatentes, entendendo o cinema como um espaço de memória. Segundo Tomaim (2008), o desconhecimento e o desinteresse histórico da participação brasileira no conflito mundial, atinge não só a cinematografia nacional, como outras também, como por exemplo, a americana. A série *Battlefield – As maiores batalhas da Segunda Guerra Mundial* (1996) que foi exibida no Brasil em 2008, mencionam a Batalha na Itália, travada na Sicília em 1943, mas não retrata a batalha nos Apeninos italianos onde os combatentes brasileiros lutaram. Uma explicação para esta questão, presente na série, pode ser obtida pelo fato da batalha da Normandia ser mais destacada que a travada no mediterrâneo. Contudo, as operações de outras Forças Expedicionárias foram lembradas neste documentário, menos a brasileira.

Em sua pesquisa, Tomaim (2008) ressalta que muitos países, que participaram do conflito bélico mundial, produziram vários filmes e documentários para exibirem suas versões da guerra, como exemplo dos filmes americanos, *A lista de Schindler* (1993) e *O resgate do soldado Ryan* (1998), que ficaram mundialmente conhecidos e até hoje são citados como referência de filmes sobre o ocorrido. Enquanto isso, as produções

cinematográficas brasileiras mostraram-se pouco interessadas sobre a temática da Segunda Guerra Mundial e da participação dos combatentes brasileiros na mesma, pois nos filmes nacionais, normalmente ela aparece para compor romances. Ainda, por tempos a história da FEB e dos seus combatentes, manteve-se sob o controle do cinema oficial pelo Estado através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Cine Jornal Brasileiro.

Constantemente reproduziam-se nas telas, o mito do soldado-guerreiro, que foi enviado para lutar na guerra em defesa da sua Pátria. Porém, estes filmes não se preocupavam em destacar o que a guerra representou para esses brasileiros, homens e mulheres, onde muitos até então, eram civis, pessoas comuns que foram enviadas para lutarem em solo estrangeiro, contra um inimigo desconhecido. Neste sentido, buscou-se analisar nesta dissertação, como os ex-combatentes aparecem nos museus; se estes espaços de memória destacam o soldado guerreiro ou apresentam também, os sentimentos dos brasileiros que foram a guerra. Ou seja, será analisado se os museus, reforçam o mito do soldado guerreiro como fez o cinema, ou se abordam esses personagens sociais sob uma perspectiva mais humana.

De acordo com Tomaim (2008), o retorno dos pracinhas após o conflito foi marcado por um certo descaso, onde o Estado pouco se mobilizou para auxiliar os ex-combatentes na retomada de suas vidas como civis. Também, não preparou a sociedade civil para receber os pracinhas, contribuindo para a ausência de reconhecimento desses ex-combatentes como heróis. Neste sentido, a partir de 1950, os ex-combatentes passaram a se organizar através de associações voltadas para seus próprios interesses, como por exemplo, saúde, benefícios, homenagens, etc. O autor também salienta que, alguns militares que lutaram na Segunda Guerra, também contribuíram com o governo militar e o com golpe de 1964, como os generais do Exército Humberto de Alencar Castello Branco e Oswaldo Cordeiro de Farias, que em 1944 tinham incorporado o Estado-Maior da Força Expedicionária Brasileira. Ou seja, os homens que no passado lutaram para proteger o Estado das ameaças externas, tempos depois, o atacaram através de um regime militar que reprimia, censurava até mesmo assassinava as pessoas que eram contra ao seus ideais.

Perante este contexto, segundo Tomaim (2008), muitas associações de veteranos permaneceram em silêncio sobre os crimes cometidos pelo regime militar. Consequentemente, este fato contribuiu para explicar o ressentimento de parte da população contra os militares, e também contra a FEB. Neste sentido, a FEB adquiriu

uma imagem negativa para parte desta geração que vivenciou uma cultura do medo imposta pelos militares; e isso refletiu no cinema, onde nota-se a baixa produção de filmes sobre a FEB e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Tormaim (2008), a primeira produção nacional sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, é *Fogo na Canjica* (1948). Já, *A paz volta a reinar* (1955) é a única produção da década de 50. A década de 60 rendeu três produções: *Eles não voltaram* (1960), *Por um céu de liberdade* (1961) e *Os carrascos estão entre nós* (1968). Após alguns anos, produziu-se *Aleluia, Gretchen* (1976), *O torturador* (1980) e *Blunn, o desafio de uma raça* (1980), como obras de ficção. Como exemplo de obras de não-ficção, cita-se *A volta do expedicionário campineiro* (1945), acompanhado por outros documentários de curta metragem como: *Pistoia* (1956) e *O Monumento: Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial* (1965), dentre outras produções, incluindo longas metragens produzidos nos anos seguintes. Somente a partir dos anos de 1990 e 2000 em diante, é que os pracinhas brasileiros foram abordados pelo cinema documentário com outras representações, como no caso, a de herói. Os longa metragem: *Senta à pua!* (1999), *A cobra fumou* (2002) e *O Lapa Azul* (2007), não foram produzidos a partir do olhar institucional, e não refletem a visão do Estado sobre a FEB e a participação brasileira no conflito.

As mesmas são produções independentes, com foco nos soldados e nos seus (res)sentimentos com a sociedade civil, o Exército e o Estado. Estes longas apresentam registros de narrativas dos ex-combatentes que cumprem a dolorosa tarefa de rememorar suas experiências na guerra, como por exemplo, os combates no front e a perda dos companheiros. Logo, compreende-se que estes documentários buscam destacar a memória subterrânea, com foco nos ex-combatentes e no significado do que a guerra foi para eles.

Ainda, estes documentários buscavam ressignificar a imagem destes sujeitos para a sociedade, abordando-os como heróis, ou seja, buscavam atualizar a memória de guerra no cinema. Ao contrário das produções anteriores, que destacavam sobretudo, a memória oficial através do olhar do Estado sobre os ex-combatentes, contribuindo para o reforço do mito do soldado guerreiro para a sociedade civil. Neste sentido, esta dissertação também busca analisar se os museus pesquisados destacam a visão do Estado sobre a FEB, ou se destacam a visão dos ex-combatentes sobre a guerra, sobre o Exército e sobre a sociedade civil.

Com relação as produções cinematográficas sobre os ataques sofridos pelo estado de Sergipe durante o conflito bélico mundial, a autora realizou uma breve pesquisa exploratória em sites na internet. Observou-se que, assim como há poucas produções sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial, também há poucas produções sobre os ataques nazistas em Sergipe. Porém, vale ressaltar que o Curta Doc¹⁸ vêm realizando um importante trabalho através da exposição de seu acervo online, que contém vários documentários produzidos na América Latina. Dentre eles, cita-se o documentário U-507 (2008), que trata dos ataques do submarino alemão U-507 aos navios da Marinha Mercante brasileira no litoral sergipano. O documentário destaca a visão dos moradores da região do Mosqueiro e Areia Branca, (áreas de Sergipe, que na época mais se envolveram com este acontecimento) sobre os significados da guerra antes e depois dos ataques locais, a revolta e o medo da população, a comoção diante dos corpos mutilados que chegavam à praia, etc.

Neste sentido, entende-se que este documentário também é uma atualização da memória de guerra no cinema, por privilegiar a visão dos moradores sobre o conflito, dando espaço para que eles expusessem seus sentimentos a respeito do que aconteceu na época. Ainda, salienta-se que poderia existir filmes e mais documentários sobre estes torpedeamentos, e também sobre as vítimas que perderam suas vidas nos naufrágios. Neste sentido, esta dissertação também buscou analisar se os museus destacam as vítimas dos torpedeamentos.

Assim sendo, é possível compreender que o cinema brasileiro independente, contribuiu para a sociedade brasileira através das suas produções e da atualização da memória de guerra no cinema. Possibilitando o conhecimento de uma outra face sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a partir da voz dos sujeitos que dela participaram diretamente e indiretamente.

A memória da Segunda Guerra Mundial também está presente na literatura, sendo responsável por influenciar a produção de diversas obras de ficção e não ficção, através dos relatos biográficos e de testemunhas, que enfatizam desde os horrores da guerra como o holocausto judeu, as lutas travadas entre os países, as batalhas no *front*, dentre outros aspectos.

¹⁸ Curta Doc é um projeto dedicado ao documentário latino-americano.

Neste sentido, Munhoz (2014) ressalta que a Segunda Guerra Mundial, durante a ocupação nazista na França, influenciou na elaboração literária das obras *Le petit prince* (1943) e *Pilote de guerre* (1942), ambas escritas durante o exílio do autor, o renomado escritor francês Antoine de Saint-Exupéry (1900-1944) nos Estados Unidos. Em 1993, o piloto Exupéry é integrado ao grupo de reconhecimento II/33, com o objetivo de registrar fotografias aéreas a grandes altitudes. A França neste período, passava por turbulentos acontecimentos históricos como a assinatura do armistício em junho de 1940, que a dividiu em duas áreas, uma livre e outra ocupada pelos nazistas. Por esta razão, em 1941 o piloto buscou exílio nos EUA e lá viveu momentos angustiantes, que marcaram toda sua vida, até que no ano de 1943 ele é reintegrado ao grupo II/33 onde cumpre missões arriscadas, resultantes em sua morte ao ter seu avião abatido por um caça alemão em 1944.

Assim sendo, compreende-se que a literatura de guerra, é também uma fonte de educação histórica sobre o ocorrido. Em uma busca na internet, a autora desta pesquisa encontrou no site Info Escola¹⁹ o conteúdo “Literatura sobre a Segunda Guerra Mundial”, onde destaca-se as seguintes obras: O diário de Anne Frank (1947) escrito por Annelis Marie Frank, entre os anos de 1942 e 1944. O livro retrata as experiências vividas por Annie e sua família na guerra, durante os tempos que ficaram escondidos em um abrigo anexo ao escritório do seu pai, em Amsterdã. Outra obra mencionada é A menina que roubava livros (2005), que se passa na Alemanha Nazista e reflete a guerra sob um olhar de uma jovem alemã. Com relação a literatura brasileira sobre este tema, o site destaca o livro Olga (1985), que aborda a biografia de Olga Benário Prestes, militante comunista e judia alemã, companheira de Luís Carlos Prestes que foi deportada grávida para a Alemanha Nazista onde faleceu em 1942 em um campo de concentração.

Sobre os ataques em Sergipe, ressalta-se o livro U-507: O Submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial (2013), elaborado a partir de entrevistas com sobreviventes dos navios torpedeados. O livro retrata de forma dolorosa e comovente, como os ataques ocorreram e como algumas pessoas conseguiram sobreviver a esta experiência trágica. Já, com relação a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial, menciona-se o livro Campanha ao Noroeste da Itália (1997), que foi escrito pelo General

¹⁹InfoEscola: Literatura sobre a Segunda Guerra Mundial.

Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/literatura-sobre-a-segunda-guerra-mundial/>>

Acessado em 10 de julho de 2018.

Willis D. Crinttenberger, que comandou a Campanha ao Noroeste da Itália, através do Quartel General do 4º Corpo de Exército, onde fazia parte a Divisão Expedicionária brasileira durante toda a campanha. E também o livro *Irmãos de Armas: Um Pelotão da FEB na II Guerra Mundial* (2005), baseado nos relatos do veterano José Gonçalves em parceria com o historiador César Maximiano. Este livro aborda a perspectiva do homem comum que foi recrutado para servir ao seu país indo lutar na Segunda Guerra Mundial. Também se menciona o livro *A luta dos pracinhas: a Força Expedicionária Brasileira-FEB na II Guerra Mundial* (1983), que foca nos conflitos travados pelos pracinhas na Itália. Há também os livros *A FEB por um Soldado* (1989) e *Cruzes Brancas: Diário de um Pracinha* (1997) escrito pelo ex-combatente Joaquim Xavier da Silveira, que na época era um jovem universitário de 20 anos de idade, que serviu ao Exército no Regimento Sampaio (1º Regimento de Infantaria) como soldado operador de rádio do Pelotão de Transmissões, da Companhia de Comando, durante a guerra na Itália. O autor comenta que ideia de escrever este livro, veio em parte, da sua avó, que ao se despedir na ocasião, entregou-lhe um caderno e recomendou-lhe: “Toma nota do que vires, porque os homens esquecem depressa” (idem, p.11). Abaixo, um relato do autor sobre o que sentia com relação aos seus companheiros de viagem rumo a luta na Itália:

“Uma das minhas diversões prediletas era a conversa com os companheiros; uns eram do Rio, os do meu Regimento, que é de uma unidade carioca, mas havia muitos do interior, de Minas, da Bahia, pequenos agricultores, boiadeiros, colonos. Muito poucas vezes tinham ouvido falar em Hitler, nazismo, vagamente sabiam onde ficava a Alemanha: *nas Europa*, muito menos ouviam falar em problemas de minoria, espaço vital, questões étnicas, mercados econômicos, e iam brigar em defesa ou contra essa série de coisas. Seguiam mais ou menos indiferentes, sentindo somente a falta de carinho que deixaram, sem compreender bem o momento presente, um pouco aturdidos com as novidades, mas aos poucos se adaptando a elas, e procurando ser felizes. Queria, às vezes, ser como eles, talvez sofresse menos” (SILVEIRA, 1997, p.23).

A partir deste relato do autor, é possível percebemos o quanto foi complexa a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial, onde muitos dos jovens convocados para a batalha na Itália, se quer tinham noção do que e de quem iriam enfrentar, assim como, desconheciam quais os motivos desse conflito. Muitos desses jovens brasileiros, eram pessoas comuns que viviam uma vida simples como trabalhadores nos campos, levantando enxadas no lugar de fuzil. Entende-se a partir das palavras do autor, que para estes jovens soldados, até então, a guerra apenas significava a saudade que quem ficou no Brasil. Um outro relato do autor, demonstra a o misto de dor e alegria com relação a

volta para casa, quando ainda no navio, começou as despedidas entre os soldados, quais os sentimentos:

As despedidas começaram, aquela nossa formidável camaradagem que durara tanto tempo, que nos ajudara a enfrentar privações tão duras, ia agora mudar, mas não acabar, porque uma camaradagem consolidada debaixo de fogo não se pode nuca esquecer, como não esqueceríamos jamais aqueles que não tiveram a suprema sorte de voltar. A última noite passamos a lembrar os episódios vividos em comum [...] em cada um desses lugares tinha ficado algum companheiro, representando um marco do supremo sacrifício no cumprimento do dever. Quando os outros adormeceram, no meu pensamento começaram a desfilar esses companheiros desaparecidos. O Jupir, sempre alegre e camarada, apesar de ser sargento, que tinha uma noivinha no Rio. Aquela montanha de músculos que era o Ladeira, destroçado por uma mina. O Orlando, amigo de verdade [...] o meu inesquecível Laércio Xaxier, com sua coragem indomável. O cabinho nortista dos morteiros, e tantos outros camaradas [...] Lá estavam todos eles, no último alinhamento do cemitério de Pistóia [...] Quando rompeu o dia 22 de agosto, não havia ninguém, desde o general até o último pracinha, que não estivesse perscrutando o horizonte para ver a terra [...] Ali estava o Rio de Janeiro aos nossos olhos [...] Rio de Janeiro, Brasil – fim dessa longa estrada, onde cada encruzilhada ficou marcada por uma fileira de cruzeiros brancos (SILVEIRA, 1997, p. 181-182).

Através deste relato do autor, é possível notarmos o sofrimento dos pracinhas que perderam os companheiros no conflito. Junto a essa dor, muitos pracinhas ainda tiveram que lidar com os ferimentos físicos e psicológicos causados pela guerra. Assim como, com a falta de reconhecimento da sociedade civil sobre seus feitos heroicos, e com a falta de amparo do Estado e do Exército brasileiro, quando voltaram para as suas vidas comuns. Por outro lado, observou-se que, se no cinema destacou-se mais o mito do soldado guerreiro, na literatura o enfoque maior é relativo as experiências dos pracinhas na guerra. E, assim como há poucos filmes sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial, também há poucas obras de literatura sobre as vítimas dos ataques nazistas e sobre a participação da FEB no conflito. Neste sentido, poderiam existir mais livros que contassem essas histórias e que também ajudassem a atualizar esta memória de guerra na literatura brasileira.

A memória de guerra é destacada por vários países com o intuito de lembrar seus heróis e suas batalhas. Neste sentido, através da visitação e interação dos visitantes com o patrimônio cultural relacionado a memória da Segunda Guerra Mundial, é possível ocorrer uma educação histórica sobre o conflito, além da valorização e da construção desta memória e a reflexão crítica sobre o passado. Os mesmos, também representam para as nações, um marco da sua identidade nacional e são considerados importantes do ponto de vista histórico e cultural. Do ponto de vista sociológico, é importante analisar esse jogo de construções dessa memória, os interesses, no presente, que levam a produção desses

lugares de memória. A partir da compreensão de que, a construção da memória coletiva está relacionada com as relações de poder que tanto destacam, quanto excluem os sujeitos e os grupos sociais. Compreendendo também, que o patrimônio cultural é um agente seletor da memória coletiva, e aponta para aquilo que deverá ser lembrado no presente. Assim sendo, compreende-se que o patrimônio cultural também é um espaço de lutas, que reflete desigualdades e violência simbólica, sendo incapaz de representar a todos. Assim como a memória necessita de atualização, o patrimônio necessita de ressignificação para incluir outros sujeitos e outros grupos sociais.

Dentre os patrimônios que mais se destacam por seu significado perante a Segunda Guerra Mundial, e que é frequentemente visitado por turistas de todo o mundo, cita-se o Museu e Memorial de Auschwitz-Birkenau, localizado na Polônia, fundado em 1947 e declarado Patrimônio da Humanidade em 1979. O museu preserva os espaços que durante a guerra funcionaram como campos de concentração e de extermínio de judeus, ciganos, prisioneiros de guerra, entre outras pessoas. No dia 27 de janeiro de 2015, comemorou-se o 70º aniversário da libertação do campo, e reuniu-se, aproximadamente, 300 sobreviventes de Auschwitz, que relembrou o passado cruel e doloroso da guerra, e também mencionaram a importância de torná-lo conhecido, para que o ódio humano jamais assombre o mundo novamente.²⁰

O Parque Memorial da Paz de Hiroshima²¹, localiza-se no Japão e foi declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, EM 1996. O local foi transformado em um espaço de memória aos mortos pela bomba atômica lançada pelos EUA sobre a cidade. No parque existem outros monumentos sobre a memória do conflito bélico, como, por exemplo, a Estátua das Crianças da Bomba Atômica, o Monte Memorial da Bomba Atômica, entre outros.

Em homenagem aos pracinhas brasileiros, tem-se na cidade italiana de Pistóia, o Monumento Votivo Brasileiro. Dedicado aos 467 soldados brasileiros que perderam as suas vidas lutando contra os nazistas na Itália. O local, em 1945, funcionou como um cemitério militar para os pracinhas brasileiros, quando, na década de 50, os corpos foram

²⁰Museu e Memorial de Auschwitz. Disponível em: <<http://auschwitz.org/en/museum/news/dont-be-a-passive-bystander-70th-anniversary-of-the-liberation-of-auschwitz-1136.html>> Acessado em 12 de julho de 2018.

²¹ Memorial da Paz de Hiroshima. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/japao/memorial-da-paz-de-hiroshima/>> Acessado em 12 de julho de 2018.

transladados para o Brasil e ergueu-se no lugar, um monumento votivo, aonde são realizadas cerimônias prestadas por militares e civis italianos.²²

Ainda, no Trabalho de Conclusão de Curso da Autora²³ foi realizada uma pesquisa exploratória sobre os espaços de memória de guerra no estado de Sergipe. O intuito era descobrir se está memória era aproveitada turisticamente através de instituições museais, também, se era fomentada uma educação patrimonial para os visitantes. Deste modo, o trabalho analisou em Sergipe, o evento (Desfile Cívico do 7 de Setembro), o monumento (Cemitério dos Náufragos) e os acervos (Museu Galdino Bicho, Memorial de Sergipe e Museu da Polícia Militar do Estado de Sergipe).

Neste sentido, destaca-se o Cemitério dos Náufragos, que no ano de 1973 foi declarado patrimônio histórico de Sergipe. O mesmo abriga os restos mortais das vítimas dos torpedeamentos dos navios mercantes Baependi, Araraquara e Aníbal Benévolo pelo submarino alemão U-507, em agosto de 1942. A pesquisa apontou que o cemitério recebe visitantes, principalmente, os estudantes de escolas e universidades. Deste modo, pode-se considerar a existência de um fluxo de visitantes no local, e que o mesmo poderia contemplar também, os turistas culturais. Ainda, a pesquisa concluiu que, ao contrário do que ocorre em outros lugares, em Sergipe, a memória da II Guerra Mundial ainda não é um atrativo turístico e, com relação ao processo de educação patrimonial sua realização é insuficiente para um efetivo aprendizado histórico sobre o ocorrido. Por outro lado, o mapeamento bastante extensivo (mesmo que nunca completo – a pesquisa apesar de densa não esgota todos possíveis espaços de memória da II Guerra Mundial em Sergipe) realizado no trabalho mostrou que há espaços de memória importantes, que vêm cumprindo um papel de preservar essa memória, mas que poderiam ser mais valorizados em itinerários turísticos e na divulgação turística e cultural do estado²⁴.

Para além desta conclusão com enfoque no Turismo, percebeu-se que seria necessário aprofundar a compreensão sociológica sobre o tema, partindo-se para esta Dissertação. Neste sentido, entende-se que a memória do Exército Brasileiro também é

²²Monumento Votivo Brasileiro Disponível em: <<http://olapaazul.com/monumento-votivo-brasileiro/#>> Acessado em 13 de julho de 2018.

²³Trabalho de Conclusão de Curso da autora, intitulado “Memória, Turismo Cultural e Educação Patrimonial: Reflexões a partir da Participação de Sergipe na II Guerra Mundial”. Orientado pela prof. Dr^a Mariana Selister Gomes, aprovado em 10 de fevereiro de 2015

²⁴ A partir desta conclusão, foi elaborado o projeto “Itinerário Cultural: Desvendando a II Guerra Mundial em Sergipe” que ganhou o prêmio de 2º lugar, no Concurso de Ideias Mentos Brilhantes para o Turismo Militar Brasil.

um espaço de disputas discursivas marcadas pelas relações de saber poder, que determinam o que será lembrando e o que será esquecido, e que também uma explicam uma realidade no presente. Parte-se da premissa que, compreender a memória da Segunda Guerra Mundial no Brasil, é importante para auxiliar no debate das relações civis militares a respeito do entendimento do papel do Exército na sociedade brasileira contemporânea.

Assim sendo, entende-se que o patrimônio cultural e o turismo, atuam como agentes seletores de memórias, que tanto destacam quanto invisibilizam grupos sociais e sujeitos. Pensando nesta problemática, esta dissertação buscou analisar como a memória da Segunda Guerra Mundial no Brasil está sendo construída através do patrimônio cultural e do turismo, quem nesta construção, está sendo valorizado e quem está sendo excluído. Se os museus destacam os pracinhas, as vítimas ou o soldado guerreiro. Nesta perspectiva, buscou-se analisar se estas instituições enfocam a memória oficial ou a memória subterrânea, se estes patrimônios foram ressignificados para representar outros sujeitos.

Ressalta-se ainda que, no Brasil, existem determinados espaços de memória que contemplam em seu interior, peças relativas a memória da Segunda Guerra Mundial e da Força Expedicionária Brasileira. A seguir, encontra-se um quadro confeccionado através de uma pesquisa exploratória no site do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

Espaços de memória relativos a II Guerra Mundial no Brasil

Museu	Município/UF
Museu da II Guerra Mundial	Maceió/AL
Museu da Força Expedicionária Brasileira	Salvador/BA
Museu de Armaria do Ministério do Exército	Salvador/BA
Memorial do 10º Grupo de Artilharia de Campanha	Fortaleza/CE
Memorial Combatente Manoel Lino de Paiva	Martins/RN
Museu Galdino Bicho	Aracaju/SE
Museu da Polícia Militar do Estado de Sergipe	São Cristóvão/SE
Museu da Força Expedicionária Brasileira de Campo Grande	Campo Grande/MS
Museu da Força Expedicionária Brasileira	Belo Horizonte/MG
Museu da FEB	Petrópolis/RJ
Museu Militar da AMA- Academia Militar das Agulhas Negras	Resende/RJ
Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial	Rio de Janeiro/RJ
Museu da Força Expedicionária Brasileira	Rio de Janeiro/RJ
Centro de Documentação Histórica do Brasil Pesquisa da Segunda Guerra Mundial de 1939 a 1945	Batatais/SP
Museu do Expedicionário	Curitiba/Paraná
Museu do Holocausto	Curitiba/PR
Museu dos Ex-Combatentes da Força Expedicionária Brasileira	Caxias do Sul/RS
Museu do Expedicionário	Jaraguá do Sul/SC

Fonte: Autora, 2017.

No total foram mapeados 18 espaços de memória localizados nas diversas regiões do país. Ressalta-se que, alguns destes espaços não possuem um acervo totalmente

dedicado ao tema da II Guerra, mas através das pesquisas nos seus respectivos sites, verificou-se que há a existência de peças no acervo, salas temáticas, entre outras sobre a temática da II Guerra. Ainda, sabe-se até o momento, que destes espaços apenas o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, é considerado um patrimônio cultural. Nas demais instituições, não encontrou-se informações em seus sites e nem no site do IBRAN, se os mesmos tem um título de Patrimônio.

O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (MNMSGM), decretado como patrimônio histórico nacional, localizado no Rio de Janeiro, abriga os corpos dos ex-combatentes que foram trasladados do antigo Cemitério de Pistóia na Itália. De acordo com o site da instituição, o MNMSGM durante todo o ano, celebra diversas solenidades cívicas e militares, que envolvem a participação de autoridades, personalidades, escolas e também a comunidade local que se mobilizam para manter viva a memória dos pracinhas mortos. No site da instituição é possível visualizar algumas das ações realizadas, como, por exemplo, a Homenagem ao Soldado Desconhecido, Dia da Vitória, Homenagem aos Soldados Brasileiros Mortos na Segunda Guerra Mundial, Homenagem aos Mortos da Marinha de Guerra e Mercante, entre outras.

A instituição promoveu ações culturais que buscaram contribuir com a memória dos pracinhas mortos, como, por exemplo, o projeto “Circulando Cultura”, onde a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) e a Rio Ônibus possibilitaram a visita a seis museus na cidade do Rio de Janeiro, incluindo ao MNMSGM a cerca de 3.000 pessoas. O site também informa que o monumento é um dos pontos turísticos mais visitados da cidade.²⁵ A partir disto, o capítulo a seguir corresponde a parte empírica desta pesquisa, onde buscou analisar como a memória da Segunda Guerra Mundial é (re)construída através do patrimônio cultural e do turismo na sociedade brasileira contemporânea, através deste patrimônio e da Associação Nacional dos Veteranos da FEB.

²⁵Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial .
Disponível em: <<http://www.mnmsgm.ensino.eb.br/>> Acessado em 15 de julho de 2018.

CAPÍTULO III

Memórias da Segunda Guerra Mundial no Brasil nas Trilhas do Patrimônio e do Turismo Cultural

Este capítulo se refere a parte empírica desta dissertação, na qual realizou-se uma pesquisa de campo no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (MNMSGM) e no Museu da Associação Nacional de Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB), ambos localizados no Rio de Janeiro, entre os dias 09, 10 e 11 de agosto de 2017. O foco desta análise empírica foi o Turismo Cultural, nos espaços de memória que poderiam compor um itinerário turístico sobre a Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Como foi mencionado no capítulo anterior, a autora, no seu Trabalho de Conclusão de Curso analisou os espaços de memória em Sergipe que abordam essa memória de guerra, e como ocorre sua relação com o turismo cultural. Através das reflexões partidas deste estudo, a autora, junto da sua orientadora, concorreu em um concurso de ideias inovadoras para o turismo militar, com uma proposta de um itinerário cultural sobre a participação de Sergipe no conflito, e foi premiada com a segunda colocação nacional. Agora neste estudo, o enfoque é a análise sociológica, crítica e reflexiva para descobrir como essa memória de guerra é construída através do patrimônio cultural e do turismo cultural. Vimos no capítulo anterior, que essa memória de guerra também é contextualizada no cinema, na literatura, no turismo e no patrimônio cultural. Neste sentido, esta análise enfoca o turismo e o patrimônio cultural como agentes seletores que constroem essa memória, buscando analisar como ocorre essa construção.

3.1 Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial – MNMSGM

O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial – MNMSGM está localizado na Av. Infante Dom Henrique, nº 75, Parque Brigadeiro Eduardo Gomes (Aterro do Flamengo), Rio de Janeiro - RJ. A instituição conserva um acervo permanente vinculado a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e também guarda os restos mortais de 467 ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira – FEB, que morreram durante o conflito travado em solo italiano. O mesmo está aberto ao público

para visitação e não cobra a entrada, possui também, estacionamento e bicicletário gratuitos.

Segundo o site da instituição²⁶ o MNMSGM é uma Organização Militar subordinada a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) e ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). Ela foi criada pelas Forças Armadas, mas é gerida pelo Exército Brasileiro. Seu projeto foi idealizado pelos arquitetos Marcos Konder Netto e Helio Ribas Marinho, que visaram situar o Monumento junto ao cenário natural em que se encontra localizado, integrando-o também, na composição urbanístico-arquitetônica planejada para o Aterro do Flamengo. O MNMSGM em si, corresponde a uma área de 6.850m² dividida em três planos: Plataforma, Patamar e Subsolo, mas sua área total é de 10.000m².

Ao chegar no Monumento, a autora foi recebida pelo Sargento Santos que a conduziu em uma visita mediada a instituição. Durante a observação, não havia turistas no local, então essa visita mediada foi exclusiva para a autora. A análise ao MNMSGM começou pela Plataforma, que é de concreto armado, e encontra-se posicionada a três metros do solo. O acesso é dado através de uma escadaria monumental. Neste espaço, está localizado o Pórtico Monumental, o Túmulo do Soldado Desconhecido, a Escultura Metálica, a Pirâmide Triangular e o Grupo Escultórico. O Pórtico Monumental é formado por duas colunas e uma placa sobreposta que simboliza dois braços levantados com as mãos abertas. Entre suas colunas, encontra-se o Túmulo do Soldado Desconhecido, que abriga os restos mortais de um soldado brasileiro, que ao morrer na Campanha da Itália, não pôde ser identificado. No Túmulo fica uma chama permanentemente acesa, contendo a inscrição “O Brasil, ao seu soldado desconhecido”.

Neste sentido, compreende-se através de Jodelet (2011), que o Túmulo do Soldado Desconhecido também é um objeto de representação social, uma vez que, ele transmite uma ideia carregada com um sentido simbólico, que relaciona os vínculos do sujeito a uma identidade, neste caso, os soldados com a identidade nacional. Não ficou claro se esse soldado seria um militar ou um civil, mas no Mausoléu, consta-se uma placa de mármore com os nomes de todos os expedicionários mortos que não foram

²⁶Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.
Disponível em: < <http://www.mnmsgm.eb.mil.br> > Acessado em 15 de julho de 2018.

identificados. Neste ponto, é possível perceber um esforço do Monumento para lembrar esses pracinhas não identificados.

De acordo com um painel localizado nesta área, o Monumento também realiza a cerimônia de Aposição Floral no Túmulo do Soldado Desconhecido, onde é colocada uma palma de flores junto ao Túmulo. Segundo este painel, algumas personalidades políticas, religiosas, entre outras, nacionais e internacionais, já participaram da cerimônia colocando flores no Túmulo, como por exemplo, Charles De Gaulle, Rainha Elizabeth, Jimmy Carter, Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, Dom Eugênio Sales, entre outros. Ainda neste painel, consta a seguinte frase: *“Este ato, além da homenagem em si, tem a finalidade de manter viva a imagem do soldado herói que, anônimo, sacrificou o seu presente para que nós tivéssemos um futuro”*. Neste sentido, é possível perceber que a instituição, quer transmitir o reconhecimento do sacrifício dos soldados que morreram na Segunda Guerra.

Imagem 1. Túmulo do Soldado Desconhecido - Plataforma do MNMSGM



Fonte: Autora, 2017.

Ao lado do Túmulo, fica sempre um soldado de alguma força, para fazer a segurança do local. Em outro dos seus painéis, consta-se que o Monumento também realiza a cerimônia da Troca da Guarda, que ocorre no primeiro domingo de cada mês. Na ocasião, acontece um rodízio entre as Forças Armadas – Marinha, Exército e Aeronáutica – para realizarem a guarda do Túmulo do Soldado Desconhecido. Três vezes ao ano (em março, julho e outubro), acontece a Troca da Guarda Festiva, onde há a presença da Banda dos Fuzileiros e também dos ex-combatentes. A partir disto, é possível compreendermos que, os ex-combatentes querem ser lembrados, uma vez que, mesmo

sendo bem idosos, ainda assim, participam de homenagens a sua honra e relembram momentos dolorosos, como a perda dos seus companheiros. Ainda, podemos entender a partir de Pollack (1989), que lembrar esses acontecimentos dolorosos, ajuda a fortalecer o grupo social envolvido. Ou seja, essa lembrança dolorosa da guerra, ajuda no fortalecimento da memória dos pracinhas e dos seus feitos no conflito.

Nas palavras do Sgt. Santos, durante a visita guiada *“O Túmulo é uma homenagem a memória de todos os heróis que deram as suas vidas pelo Brasil durante a Segunda Guerra Mundial”*. Assim sendo, através da presença do Túmulo do Soldado Desconhecido, das cerimônias realizadas junto a ele, e também da fala do sargento sobre o mesmo, verificou-se que, o Monumento quer destacar os combatentes que foram mortos neste conflito e que não puderam ser identificados. Isso é importante porque mostra que a instituição quer valorizar todos os pracinhas que sucumbiram na guerra. Ainda, como foi refletido no capítulo I, a partir de Gomes (2014), o patrimônio cultural e o turismo são agentes seletores da memória coletiva, e através das relações de poder, selecionam o que será lembrado e o que será esquecido no presente. Neste sentido, é possível perceber que, estes personagens sociais foram elegidos para compor a memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que está sendo construída através do patrimônio e do turismo. Ou seja, não é uma memória que valoriza apenas Oficiais Gerais ou Oficiais Superiores.

Imagem 2. Escultura metálica – Plataforma do MNMSGM



Fonte: Autora, 2017.

Continuando a observação, com relação a Escultura Metálica, segundo a explicação do Sgt Santos, ela foi planejada pelo arquiteto e escultor Júlio Cesar Catelli Filho, para homenagear a Força Aérea Brasileira. Sua estrutura mede aproximadamente, dezenove metros e pesa seis toneladas. Deste modo, verificou-se que o Monumento também destaca a Força Aérea Brasileira - FAB. No hall de entrada ao Monumento, assim como no Museu, há determinados painéis explicativos sobre as missões da FEB na Segunda Guerra Mundial, incluindo também, os nomes dos nove pilotos mortos. Um desses painéis diz: *“A FAB rende suas homenagens aqueles que deram suas vidas em nome de um ideal e que, distantes de suas casas morreram em combate.* Ainda, o Sargento enfatizou que tanto no MNMSGM como em todo salão nobre de qualquer Unidade Brasileira de Caça, têm-se as fotos e os nomes dos pilotos mortos na Campanha da Itália.

Neste sentido, compreende-se a partir da Escultura Metálica, e também a partir dos painéis explicativos, que o Monumento quer destacar, além da memória dos pracinhas mortos, os outros sujeitos que também lutaram e morreram na guerra. Neste contexto, o Monumento menciona as outras forças armadas envolvidas com a guerra, como a FAB e as Marinhas de Guerra e Mercante (que veremos adiante na análise). Como referência a essas forças, tem-se o Grupo Escultórico, que se encontra posicionado sobre uma base revestida de granito. O mesmo foi idealizado pelo escultor Alfredo Ceschiatti, e executado por Tito Bernucci.

Imagem 3. Grupo Escultórico – Plataforma do MNMSGM



Fonte: Autora, 2017.

A escultura mede cinco metros de altura, e busca homenagear as Três Forças Armadas representadas por um marinheiro, um soldado e um aviador. Logo, é possível compreendermos que, o Monumento destaca a valorização das Forças Armadas. Por outro lado, de acordo com os discursos que são apresentados no Monumento, verificou-se que a Segunda Guerra Mundial vitimou pracinhas, aviadores e marinheiros, além de civis. E, percebe-se que o Monumento quer valorizar também, além dos pracinhas mortos, as outras vítimas deste conflito. Logo, a construção da memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, por este patrimônio, também envolve os acontecimentos das outras forças no conflito, mas o destaque maior é para os pracinhas.

Imagem 4. Pirâmide – Plataforma do MNMSGM



Fonte: Autora, 2017.

Por último, encontra-se nesta área, a Pirâmide feita de granito, que busca homenagear a Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistóia, e as empresas que contribuíram na execução do Monumento. Na mesma, encontram-se os dados sobre a obra, inauguração, comissões e equipe responsável pelo projeto como um todo. Ou seja, esta peça em si, não está vinculada a memória dos pracinhas e não os valoriza enquanto pessoas que perderam suas vidas lutando na Segunda Guerra Mundial. É uma referência a instituição, e quer valorizá-la.

Continuando a análise no Monumento, seguiu-se para o Patamar, onde localiza-se o Museu, o Jardim Interior, o Lago, o Conjunto de Mastros, dois Painéis em Homenagem as Marinhas de Guerra e Mercante, e por último, situa-se o Hall “Marechal

Mascarenhas de Moraes”, onde encontra-se um mapa mural constando dados da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, e um painel que expõe o roteiro da Força Expedicionária Brasileira, iniciando com a chegada a Nápoles até o final do conflito. O Museu possui o formato de um quadrado fechado por painéis de vidro. Dentro deste espaço, encontram-se vitrines que expõe o acervo caracterizado por coleções de armaria, como metralhadoras, fuzil, munições, granadas e minas; condecorações, fotografias de campanhas da FEB na Europa, uniformes, capacetes, cantil, rádios utilizados pelos soldados durante o conflito, e um painel em afresco, feito pelo artista plástico Anísio Araújo de Medeiros.

Conforme a cartilha disponibilizada pela instituição, confeccionada pelo Centro de Comunicação Social do Exército (sem ano de publicação), o artista buscou através do simbolismo de grupos e figuras presentes na composição da obra, retratar as atividades e atitudes do povo e dos expedicionários durante a Guerra, assim como, o valor do expedicionário no regresso a vida pacífica. Neste sentido, é possível compreender, através destas informações contidas na cartilha do Monumento, que a instituição reforça a visão tradicional sobre o Estado-Nação, firmado no tripé: soberania, povo e território (Aguiar, 2007), ao se referir a sociedade civil como povo. Segundo a explicação do Sgt Santos sobre este painel, o grupo de figuras representa a manifestação da população contra o afundamento dos navios.

Imagem 5. Painel sobre os Expedicionários (visão parcial da obra) - Museu do MNMSGM



Fonte: Autora, 2017.

Nesta obra, é possível notar um esforço de incluir a população na narrativa sobre a guerra, além do Exército. O Monumento também menciona a revolta da população com

relação aos torpedeamentos dos navios brasileiros pelo submarino alemão, apontado como um dos motivos para a declaração de guerra ao eixo, como vimos a partir de Moura (2003). Ainda neste painel, há também a figura de cinco grupos de combatentes, que de acordo com o Sargento, representam as cinco ações travadas em Camaiores, Monte Castello, Castelnuovo, Montese e Fornovo sobre o “mostro do nazi-fascismo”, como descreve o painel; e um outro grupo ao lado da figura de uma mulher, que representa as enfermeiras da FEB socorrendo os soldados feridos. Neste ponto, percebe-se o enfoque na valorização da instituição a participação das mulheres na Segunda Guerra Mundial. Isso é importante porque notou-se que, há pouca referência nos espaços de memória (museus, cinema, literatura, etc) a essas mulheres que se voluntariaram para irem a guerra, e que também viram de perto, os horrores por ela provocados. Neste sentido, percebe-se que o museu também quer incluí-las na memória da FEB. Mas, percebe-se que ainda há pouca valorização para a participação das mulheres na FEB.

Continuando a explicar sobre este painel, o Sgt. Santos informou que, a figura do grupo dos soldados regressando em direção a uma mulher e uma criança, representa o retorno dos expedicionários a família.

Imagem 6. Painel sobre os Expedicionários (visão parcial da obra) - Museu do MNMSGM



Fonte: Autora, 2017.

A figura maior da mulher sobre este grupo representa a Pátria, como uma mãe orgulhosa e agradecida; a figura de um grupo de costas, representa a população que não reconheceu os esforços dos ex-combatentes na Guerra, e “deu-lhes as costas”. Neste sentido, é possível perceber que o Museu também tem uma crítica ao não reconhecimento da população aos pracinhas pelos seus feitos na guerra.

Conforme foi abordado por Tomaim (2008), o envolvimento de ex-combatentes da FEB com a ditadura militar, e o silenciamento das associações de veteranos diante desta situação, são possíveis razões para essa falta de reconhecimento da sociedade civil. Por outro lado, o Museu também não aborda uma crítica sobre o próprio Exército e o Estado, que também foram responsáveis por essa falta de reconhecimento, como vimos a partir das reflexões de Tomaim (2008).

Imagem 7. Painel sobre os Expedicionários (visão parcial da obra) - Museu do MNMSGM



Fonte: Autora, 2017.

Continuando a explicar o painel, o Sargento enfatizou que o outro grupo representa os ex-combatentes nas atividades diárias após a guerra, construindo o futuro da Pátria. Outra vez, o Museu não faz uma crítica ao Exército e ao Estado sobre o retorno dos pracinhas a vida comum. A figura retrata esses pracinhas desenvolvendo as atividades no campo, como muitos faziam antes de irem lutar na guerra.

Como mencionado anteriormente, a partir de Tomaim (2007), esse retorno não foi tão simples como o Museu quer mostrar. Muitos dos ex-combatentes voltaram da guerra com traumas físicos e psicológicos que os impossibilitaram de continuarem suas vidas normalmente. Neste sentido, o autor destacou a falta de amparo do Exército e do Estado para esses ex-combatentes nessa volta para casa. O sofrimento dos pracinhas na guerra e a falta de amparo quando retornaram não aparecem nessa narrativa, portanto, compreende-se o reforço do Museu ao mito do soldado guerreiro.

A última figura mostra um grupo de pessoas, que representa o agradecimento da população pela vitória sobre os inimigos, quando a guerra chegou ao fim.

Finalizada a observação no Museu, seguiu-se para o outro espaço localizado no Patamar, o Jardim Interior. Neste espaço, expõe-se o roteiro da Campanha da FEB nos campos europeus, composto por duas muretas de tom azul que, segundo o Sargento, simbolizam os rios Serchio e Reno, onde em suas margens a FEB desenvolveu longas atuações. Ao lado, têm-se oito triângulos de granito contendo os nomes dos principais combates travados nas operações da FEB, e também estão gravados elementos que representam as três Forças Armadas: “Senta Pua” (Força Aérea), “Cobra Fumando” (Exército - FEB) e “Âncora” (Marinha), que também tiveram mortos no conflito.

Já o Lago, de acordo com o Sargento, é formado por quatro espelhos de água que possibilitam a iluminação direta, e, também, amenizam a temperatura do Mausoléu (localizado a um ponto próximo) e busca transpassar o sentido de calma através das suas águas. No Conjunto de Mastros, a Bandeira do Brasil fica permanentemente hasteada, e em dias que ocorrem solenidades, hasteiam-se as bandeiras Norte-Americana em homenagem ao V Exército Norte Americano, a Francesa em homenagem a 27ª Divisão de Infantaria Alpina do Destacamento do Exército Francês, e da Grã-Bretanha em homenagem ao VIII Corpo de Exército Inglês.

Continuando, encontram-se do lado externo que dá acesso ao Mausoléu, dois painéis confeccionados pelo artista plástico Anísio Araújo de Medeiros, em lajotas de cerâmica, que segundo o Sargento, estas obras são uma homenagem as Marinhas de Guerra e Mercante, envolvidas no conflito. Os painéis buscam retratar as atividades do homem do mar, e evitou-se fixar elementos sobre os conflitos bélicos travados nas águas brasileiras, para dar mais sentido a homenagem. Logo, verificou-se que nestes painéis, não constam figuras que retratam os torpedeamentos dos navios brasileiros pelo submarino alemão U-507. Contudo, compreendeu-se a partir das reflexões teóricas (Pollack, 1989) que a lembrança dolorosa marcada por esse acontecimento, poderia fortalecer a memória das vítimas, neste caso, desses marinheiros. No painel da Marinha de Guerra os elementos destacados são: Timoeiro, Grupo de Gaivotas, Fundo do mar, O marinheiro e o menino, Marinheiro fazendo um nó, Marinheiro no mastro, Grupo de navios de guerra, Corda e âncora, Submarino, Fuzileiro em continência, Dois marinheiros se comunicando. No rebaixo do piso, têm-se gravados os nomes das belonaves onde morreram militares, e traz a seguinte frase: “Nestes navios da Marinha de Guerra pereceram os nossos marinheiros em defesa do Brasil e pela liberdade do Mundo”. Neste

ponto, percebeu-se que o Monumento quer destacar a memória dos outros militares brasileiros, mortos pelos ataques nazistas.

Dando continuidade aos painéis, encontra-se o dedicado a Marinha Mercante, contendo os seguintes elementos: Figura de mulher e de criança, Vila de pescadores e peixes, Grupo festivo no cais, Bloco de carga, Figura de marinheiro, Grupo de guindastes. No rebaixo do piso, encontram-se gravados os nomes dos navios brasileiros torpedeados, seguido pela frase: “Navios da Marinha Mercante, a serviço da unidade nacional, cujas tripulações e passageiros morreram estoicamente vítimas da ação de submarinos inimigos”. Neste ponto, percebeu-se que o Museu quer destacar as vítimas dos torpedeamentos, ainda que não tenha retrato por figuras esse acontecimento. Isso também é importante, porque percebe-se que a memória das vítimas destes torpedeamentos, é pouco destacada nos espaços de memória vinculados a essa memória de guerra.

Por último, no Hall “Marechal Mascarenhas de Moraes”, encontra-se um mapa mural onde constam os dados da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, e um painel que expõe o roteiro da Força Expedicionária Brasileira, iniciando com a chegada a Nápoles até o final do conflito. Finalizada a observação no Patamar, prosseguiu-se para o plano do Subsolo, onde se encontra o Mausoléu.

Imagem 8. Jazigo dos ex-combatentes - Mausoléu do MNMSGM



Fonte: Autora, 2017.

O Mausoléu possui três fileiras de colunas de concreto, em uma delas, situam-se os jazigos constituídos por onze quadras alternadas de 48 e 36 jazigos, sendo um total de 468. Nos treze jazigos iniciais foram sepultados os restos mortais dos militares não

identificados, contendo gravadas em suas lápides de mármore, a seguinte frase: “Aqui jaz um herói da FEB, Deus sabe seu nome”. Os dois jazigos seguintes, encontram-se com as lápides lisas, e são guardadas para receber os restos mortais de dois soldados, um que não foi encontrado até o momento, e outro que está sepultado no Cemitério de Pistóia.

Entende-se que o Mausoléu é a parte do Monumento que mais transmite emoções com relação aos pracinhas. Neste sentido, compreende-se a importância do diário de campo para registrar e refletir sobre as sensações que o local quer provocar. No primeiro momento, predominou-se a tristeza, talvez por estar frente a frente com tantos jazigos. Principalmente, ao olhar para os que não têm as inscrições com os nomes dos soldados, no caso, os que não puderem ser identificados. Cita-se o diário de campo:

Na hora, lembrei-me das cenas violentas dos filmes de guerra, vendo aqueles jazigos, tudo parecia tão real. No segundo momento, pensei em quem eram esses soldados antes da guerra... era o pai de alguém, o filho de alguém, o noivo, o namorado, ou o marido de alguém...também, pensei em seus familiares, no que sentiam com a perda dessas pessoas.

No espaço, há também, placas informativas contendo os nomes e as patentes dos pracinhas sepultados no Mausoléu. Notou-se que, o lugar tenta provocar os sentimentos de tristeza, dor e luto, ao lado do sentimento de dever cumprido desses soldados.

Imagem 9. Placas informativas com os nomes dos pracinhas sepultados no MNMSGM.



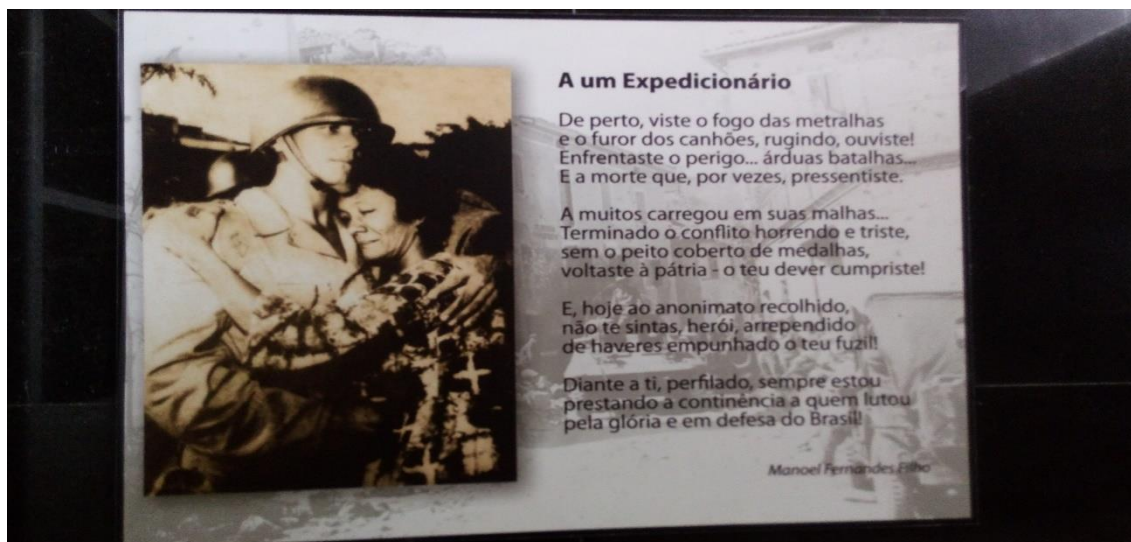
Fonte: Autora, 2017.

O tom escuro das paredes de granito, junto com a iluminação natural do ambiente, até mesmo o barulho calmo das águas do lago na parte externa do Mausoléu, parecem formar um conjunto de elementos para que se aflorem no visitante, esses sentimentos.

Continuando a observação, em um dos painéis, cuja autoria é de Manoel Fernandes Filho, é possível perceber através dos versos “voltasse à pátria – o teu dever cumpreste!”, e “Diante de ti, perfilado, sempre estou prestando a continência a quem lutou pela glória e em defesa do Brasil!”, que o Monumento, quer destacar o papel do expedicionário na defesa do Brasil durante a Segunda Guerra. Neste sentido, a partir das reflexões de Aguiar (2007) sobre o Estado-Nação, compreende-se que o Monumento colabora ao reforçar o entendimento sobre a importância da garantia das fronteiras soberanas do Estado nação – soberania, povo e território, pelo Exército no seu papel de defensor das ameaças externas, garantindo a segurança e estabilidade do sistema internacional. Por outro lado, entende-se que naquele contexto da Segunda Guerra Mundial, o Exército foi “defender uma ideia de nação”, partindo do sentido da construção de uma identidade nacional e de acordo com os princípios de um Estado Moderno, que destaca a importância da soberania do Estado-Nação. Logo, entende-se que o Exército cumpriu seu papel constitucional ao “defender o Brasil” das ameaças externas, no caso, da ofensiva alemã aos navios brasileiros, mas também foi se posicionar estrategicamente no cenário internacional defendendo certos interesses nacionais.

Por outro lado, em um dos seus painéis consta a seguinte frase: “As Forças Armadas desempenham um papel fundamental na formação da nacionalidade brasileira, participando ativamente da história do país”. Neste sentido, é possível compreender que o Monumento relaciona a Segunda Guerra Mundial com a identidade nacional. Porém, o destaque é sobre a visão tradicional da identidade nacional como unificada. Neste sentido, a partir das reflexões teóricas abordadas neste estudo, critica-se essa visão de identidade nacional unificada que o Museu quer transmitir, uma vez que, nesta era da globalização e do informacionalismo Castells (1999), as identidades dos sujeitos pós-modernos, estão cada vez mais fragmentadas (Hall, 2011). Assim sendo, torna-se necessário problematizar as identidades nacionais, pois elas podem ser excludentes.

Foto 10. Painel com o poema “A um Expedicionário”.



Fonte: Autora, 2017.

Ainda, notou-se que a narrativa se refere ao ex-combatentes como “herói”. Neste sentido, percebe-se que, o Monumento quer transmitir a valorização do Exército para estes pracinhas. Porém, essa valorização como já foi analisada anteriormente, silencia o sofrimento desses sujeitos na guerra, e destaca-os somente através do heroísmo. Ou seja, reforça-se o mito do soldado guerreiro, como enfatizado por Tomaim (2007). Outro ponto é que, na entrevista com o Sargento, ele comentou que: *“Assim como muitos civis não valorizam os pracinhas, muitos militares também não os valorizam. Inclusive, nunca visitaram o nosso Monumento”*. Neste sentido, compreende-se que a desvalorização dos pracinhas pelo Exército, ainda persiste, por mais que o Monumento queira transmitir que há a valorização pelo Exército. Ainda, o Sgt Santos explicou que o Exército Italiano pediu ao Exército Brasileiro para deixar este corpo lá sepultado para os italianos lembrarem dos “liberatori”, tradução de libertadores, como se referem aos ex-combatentes brasileiros. Neste sentido, observa-se o destaque desses sujeitos para outras instituições militares, como no caso, o Exército italiano.

Neste espaço, encontra-se ainda, um painel fotográfico contendo a imagem do Cemitério Militar Brasileiro de Pistóia, e também uma cruz de alumínio, que fica iluminada e, segundo a fala do Sargento, é uma homenagem aos Capelães Militares. Há também, um mapa mural em alto relevo, que mostra a atuação das Marinhas de Guerra e Mercante e os locais onde foram torpedeadas. Na parede lateral, há gravados em mármore, os nomes dos mortos da Marinha de Guerra e Mercante e dos mortos não identificados da Campanha da Itália. Ainda, é possível ao visitante, visualizar através de

um totem, fichas de identificação com nomes e fotos dos soldados mortos no conflito e que se encontram sepultados no Mausoléu. Ainda, segundo expõe um dos painéis, no dia 2 de novembro, Dia de Finados, é realizada no Monumento a Vigília da Saudade. Trata-se de um evento religioso organizado pela Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – ANVFEB, que conta com a presença de representantes de diversas religiões, que são convidados para prestar uma homenagem aos pracinhas sepultados no Monumento.

No dia 21 de junho, a Marinha de Guerra e a Marinha Mercante também homenageiam seus mortos na Segunda Guerra Mundial. Neste aspecto, percebe-se que, o Monumento dialoga com a Associação do Veteranos para realizar ações com relação a memória dos pracinhas mortos. E que, o Monumento também se esforça para lembrar as vítimas das Marinhas de Guerra e Mercante, através das narrativas sobre elas, e também através da exposição dos nomes das vítimas no Mausoléu. Logo, a memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, como uma construção no presente através desse patrimônio, inclui como mortos no conflito, os pracinhas, os marinheiros e os civis vítimas dos torpedeamentos.

Após a observação no MNMSGM, realizou-se uma entrevista inicialmente com o diretor da instituição, o Ten Cel Robson Campos. A mesma não foi por ele completada, devido a este ter outros compromissos surgidos na ocasião. Sugeriu-se a autora, assistir uma palestra acompanhada do Sgt Santos, que também respondeu algumas perguntas do roteiro de entrevista, dividido em três eixos – Memória, História e Turismo – contendo cinco perguntas em cada eixo, totalizando quinze perguntas (disponível no apêndice A). O diretor respondeu quatro perguntas do eixo Memória, as demais foram respondidas pelo Sgt Santos.

A primeira pergunta versou sobre o surgimento do MNMSGM”. Nesta questão, o Diretor ressaltou como ocorreu a repatriação dos corpos do Cemitério de Pistóia na Itália, para o Mausoléu do Monumento. Nas palavras do diretor, pode-se observar que ele enfatiza que essa repatriação dos corpos, nasceu de um desejo do ex-comandante da FEB Marechal Mascarenhas de Moraes de trazer estes pracinhas de volta. Outro ponto, mostra-se que ele faz referência aos pracinhas mortos, como estes sendo heróis. Neste sentido, observa-se mais uma vez, que o Monumento quer valorizar estes personagens sociais, porém sem destacar o sofrimento da guerra. Cita-se um trecho da entrevista:

“O Marechal Mascarenhas de Moraes foi um comandante da Força Expedicionária Brasileira. Ao retornar da Itália, ele trouxe a ideia ao Presidente da República, de repatriar os corpos dos militares que haviam morrido nos campos europeus durante a Segunda Guerra Mundial. Essa ideia foi aceita pelo Presidente, e durante alguns anos, eles procuraram uma área no Rio de Janeiro, que era capital, pra poder abrigar esse local que ficariam os restos mortais desses heróis. Com isso, em 1960, iniciou-se a construção aqui no Aterro do Flamengo que estava sendo recém construído. Nós somos a primeira instituição a vir para o Aterro do Flamengo, inclusive, antes do Aterro ser inaugurado nós já estávamos aqui. Essa área do Aterro do Flamengo foi inaugurada em 1960 no mês de agosto. Então, nós estamos aqui, o local como Monumento, como estrutura física, a 57 anos. A segunda fase foi repatriar os corpos, ir até a Itália no Cemitério de Pistóia onde estavam os corpos dos heróis brasileiros e trazer esses heróis para o Brasil. Eles chegaram aqui em dezembro de 1960 e foram transladados aqui para o nosso Mausoléu. Então a ideia vem de um sonho do Marechal Mascarenhas de Moraes, de uma vontade”.

Um tema importante analisado, refere-se a forma que o MNMSGM contribui para a manutenção dessa memória de guerra. Deste modo, o Diretor destacou que o Monumento é o principal patrimônio cultural das Forças Armadas relacionado a FEB. A partir da fala do Diretor, compreendeu-se as possíveis diferenças como o Monumento, enquanto uma instituição militar, e a Associação de Veteranos, enquanto uma instituição civil, percebem sua contribuição para a essa memória de guerra. No caso do Momento, ele destaca ser a única instituição militar que além de cultuar a memória dos pracinhas, também cuidam para que ela permaneça sendo cultuada. Segundo o Diretor, isso ocorre através do Monumento ser o local onde estão sepultados os pracinhas. Ainda que, perceba-se que o Diretor ressalte que as associações civis também cultuem essa memória da FEB, compreende-se que esse culto ocorre de maneira diferente. Como vimos em determinados pontos desta análise, o Monumento destaca a FEB sob o mito do soldado guerreiro. Já a Associação, destaca mais o sofrimento dos pracinhas na guerra (como será melhor abordado na parte da análise que foi feita nesta instituição). Cita-se um trecho da entrevista realizada com o Diretor:

“Nós somos, o principal espaço cultural hoje, da Força Expedicionária Brasileira ligado as Forças Armadas. Instituições paralelas existem, por exemplo, a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, que tem a sede aqui no Rio de Janeiro, ela também cultua a memória dos pracinhas, dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Só que ela é uma instituição civil, uma instituição militar hoje, que cuida, nós somos a única e a mais importante. É claro que, a Marinha e a Força Aérea têm também as suas instituições, mas aquela instituição onde repousam os heróis, só existe essa. Então, juntamente com todas essas instituições coirmãs, sejam militares ou civis, nós também ajudamos a cultuar. Não somos os únicos, mas somos o principal”.

Para compreendermos mais, sobre a evocação dessa memória de guerra por esse patrimônio, é importante descobrirmos, qual a opinião do Monumento sobre a valorização

dessa memória da Segunda Guerra Mundial no Brasil. Nesta questão, foi interessante notar que, a fala do Diretor corrobora com a fala do Sargento Santos, acerca do pouco reconhecimento e valorização dessa memória entre os próprios militares. O mesmo ressaltou que, muitos militares que servem no Rio de Janeiro e no Brasil, não conhecem o Monumento. Ou melhor, conhecem, mas nunca foram visitar o patrimônio. Também enfatizou que, muitos civis no Rio de Janeiro, apenas conhecem o Monumento como local de partida das corridas. Estas corridas segundo o Diretor é uma das atividades que o Monumento promove com o intuito de atrair o público civil para conhecer o Monumento. Neste sentido, o Diretor respondeu que sim, ela deveria ser mais valorizada pelos militares e civis. E, que o significado do Monumento como um local de culto a memória da FEB, é pouco divulgado junto ao público civil, pela mídia e demais áreas. Logo, a divulgação do patrimônio é realizada basicamente, através do próprio Monumento. Por outro lado, percebeu-se através da fala do Diretor, que de certa forma, o turismo também possibilita a visitação dos turistas nesse patrimônio, quando em um trecho da entrevista ele citou:

Eu tenho percebido muitos brasileiros, uma história muito interessante que eles contam, é que eles no Brasil, nunca tinham tido a curiosidade de conhecer aqui, aí foram para a Europa, por exemplo, lá na Europa, locais como esse são muito valorizados. As pessoas não sabem que, um dos nossos paralelos na Europa, por exemplo, é o Arco do Triunfo. Todo mundo já ouviu falar do Arco do Triunfo, mas não tem ideia que é a mesma coisa que nós somos aqui. Aí a pessoa vai pra lá e descobre que o Arco do Triunfo é um memorial, aí ela se pergunta: E lá no Brasil, onde que é esse memorial? Aí descobre que é aqui, aí quando volta da Europa ela quer conhecer aqui, porque viu lá esse memorial. Então, lá fora no exterior, nos Estados Unidos, na Europa, locais como esse são muito mais divulgados, frequentados que é aqui”.

Neste sentido, compreende-se a partir de Choay (2006), que o turismo contribui para aumentar o interesse das pessoas por monumentos históricos. E que a adoção de medidas estratégicas de conservação realizadas de forma pedagógica com os turistas, possibilitaria um equilíbrio dos efeitos negativos provocados no patrimônio. Por outro lado, critica-se a forma como o turismo auxilia na visitação a esse Monumento, no sentido em que o turista só o deseja conhece-lo, porque participou de uma experiência turística fora do país. O que reforça também, o papel do turismo e do patrimônio como agentes seletores da memória coletiva (Gomes, 2014). E que, de certa forma, o turismo divulga mais, os destinados elitizados, como por exemplo, a Europa.

Neste sentido, retoma-se a reflexão de Gastal e Moesch (2007), sobre “um outro turismo é possível”, que se desenvolva e incentive uma cidadania turística, afim de que sejam transformadas as relações de comportamentos e consumos de viagens. Para tornar

esse outro turismo possível, é necessário ir além da preparação dos destinos para receber os visitantes, enfatizando também, a garantia de que os grupos economicamente desfavorecidos possam usufruir do turismo e do lazer como um direito.

Continuando com este tema sobre a pouca valorização da memória, foi perguntado ao Diretor o “Porque essa memória não é tão valorizada”, e o mesmo ressaltou não saber responder. Uma vez que, ao falar de cultura e turismo com o carioca, há a o destaque de que, custam muito caro. Mas a visita ao Monumento é gratuita e acessível, porém mesmo assim, o Monumento não é muito visitado pelos turistas brasileiros. Cita-se um trecho interessante da sua fala na entrevista:

“Essa visita que nós temos, é uma visita quase que forçada, nós vamos até uma escola, por exemplo, aí chamamos a escola para nos visitar; nós vamos até um quartel e chamamos o quartel para nos visitar. Agora a visita do turista brasileiro, ela ainda é bastante inexpressiva. Nós recebemos muitos grupos de estrangeiros, de 10 a 15 pessoas, muitos orientais quase que diariamente tem nos visitado”.

Neste sentido, é possível perceber que o Monumento quer transmitir a pouca visita do turista brasileiro ao patrimônio, destacando um fluxo maior caracterizado pela presença de turistas estrangeiros. Logo, quer transmitir que, essa memória é desvalorizada no Brasil, e é valorizada por outros países.

Continuando o roteiro da entrevista, perguntou-se como ocorreu a reconstrução dessa memória de guerra, e quais as dificuldades enfrentadas nesse processo. Nesta questão, o Sargento Santos ressaltou que a reconstrução da memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ocorreu através do sonho do General Mascarenhas de Moraes, de repatriar os pracinhas sepultados em Pistóia, na Itália. No hall do Monumento, é possível visualizar um quadro com o retrato do Marechal, e logo abaixo, consta-se a frase “Eu os levei para o sacrifício, cabia-me trazê-los de volta para receber as honras e as glórias de todos os brasileiros”. Para isso, formou-se a Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistóia, presidida por esse general. Ainda, segundo enfatizou o entrevistado, a falta de recursos e a demora em encontrar o local para a construção do Monumento, foram as principais dificuldades para a reconstruir a memória de guerra por este patrimônio. Nas palavras do Sargento:

Terminada a guerra em 1945, o então Marechal Mascarenhas de Moraes, teve a preocupação de repatriar os soldados que ficaram na Itália [...] o primeiro ato do Marechal ao chegar no Brasil foi, procurar o Governo Federal e falar “nós precisamos construir aqui no Brasil, um memorial para que seja a morada eterna dos nossos heróis”. [...]Então, o Marechal teve um trabalho incessante para construir o Monumento, foi uma luta imensa devido a falta de

recursos. A guerra terminou em 1945 e apenas em 1960 que o Monumento foi inaugurado. Em 1952, depois da autorização do Governo Federal, foi criada a Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistóia. Essa comissão teve como finalidade, definir o local de construção do Monumento, fiscalizar as obras e também proceder os trabalhos de exumação e repatriamento dos restos mortais. O presidente dessa comissão, foi o Marechal Mascarenhas de Moraes. [...] Inicialmente, o governo disponibilizou algumas áreas do Rio de Janeiro para que a comissão pudesse escolher [...] o Marechal não se interessou por nenhuma dessas áreas, pois queria construir algo que fosse relevante, algo que chamasse atenção, como é semelhante no mundo inteiro em que o Túmulo do Soldado Desconhecido é um local de destaque.

Ainda nesta questão, o Sargento ressaltou que, em 1955 ocorreu no local onde hoje está localizado o Aterro do Flamengo, o Congresso Eucarístico Internacional, organizado pela igreja católica e que, reuniu aproximadamente, um milhão de pessoas. Esse evento foi divulgado no mundo todo, e tornou o local amplamente conhecido. Neste sentido, despertou-se o interesse do Marechal pela área, que além de ser um local de destaque, era perto do centro do Rio, do Pão de Açúcar, das praias. Definido o local, realizou-se um concurso com grupos de arquitetos, para aprovarem o projeto de construção do Monumento.

Neste sentido, é possível compreender que a relação do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial com o turismo, começou pela escolha do local de construção. O Aterro era uma área de destaque no Rio, e neste sentido, o Marechal a escolheu para construir o Monumento que reconstruiria a memória da FEB, a memória dos pracinhas mortos na guerra. Porém, como refletido no capítulo teórico, e apontado nesta análise, as relações de poder influencia as disputas discursiva. E, no caso desta memória construída pelo Monumento, compreendeu-se que ela é constantemente disputada por outros atrativos no Rio, o que prejudica na visitação do público geral ao Monumento. Contudo, como já foi ressaltado também pelo Diretor e o Sargento, a divulgação do Monumento através do turismo, pode contribuir para aumentar o fluxo de visitantes na instituição.

Com relação as perguntas sobre o eixo História, a primeira pergunta buscou descobrir como foi a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, na visão deste patrimônio. De acordo com o Sargento, após a declaração de Guerra em agosto de 1942, em razão dos torpedeamentos aos navios da Marinha Mercante E de Guerra, foi publicado no Diário Oficial a criação da Força Expedicionária Brasileira. Enviou-se para a Campanha da Itália, a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, constituída por três regimentos de infantaria, quatro grupos de artilharia, uma unidade de cavalaria, um batalhão de engenharia, um batalhão de saúde, uma companhia de comunicações, uma

companhia de material bélico, uma companhia de intendência responsável pelos suprimentos (alimentação, combustível, fardamento), uma companhia de comando de serviço, um pelotão de polícia e uma banda de música.

Ainda, conforme a explicação do Sargento na entrevista, a Força Aérea Brasileira – FAB foi criada após a declaração de guerra e enviou para combater na Itália, duas unidades representadas pelo Primeiro Grupo de Aviação de Caça e a Primeira Esquadrilha de Ligação e Observação. A Primeira Divisão Expedicionária enviou 25.326 militares, que heroicamente defenderam nossa Pátria, combatendo o inimigo, e os que não puderam voltar com vida, hoje repousam no Momento. Neste sentido, é possível perceber que o Monumento através da fala do Sargento, quer destacar a participação do Brasil em virtude dos torpedeamentos, da criação e envio das tropas da FEB para lutarem na Itália em defesa da Pátria. Assim sendo, destaca-se que, o discurso de defesa da Pátria pelo Exército através da FEB, em combate ao eixo, está presente neste e em outros pontos da análise no Monumento, reforçando o entendimento do papel do Exército para o Estado- Nação, como já foi refletido anteriormente.

Também, perguntou-se sobre quais os motivos e as dificuldades da entrada do país no conflito. Nesta questão, o Sargento enfatizou ser a pressão popular devido aos torpedeamentos na costa brasileira, o motivo da declaração de guerra do Brasil ao eixo. E descartou outros motivos apresentados por historiadores sobre esta questão. Com relação as dificuldades, o Sargento ressaltou que na época deste acontecimento, o Exército Brasileiro não tinha uma infantaria preparada para combater os soldados inimigos, e também não tinha recursos necessários para a missão. Sendo assim, o Exército dos Estados Unidos ajudou a FEB com treinamento e suprimentos para o combate na Itália. Cita-se um trecho da entrevista:

Primeiramente, o Brasil não entrou na Segunda Guerra Mundial, a Guerra que veio até nós. Em 1952, nossas embarcações foram torpedeadas covardemente em nossa costa. Em razão disso, o governo brasileiro se viu obrigado a declarar guerra [...] Já li também, vários artigos de historiadores, falando vários motivos da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, e o que levou o Brasil a participar na Guerra. Entre eles, alguns historiadores falam que teve um acordo comercial entre o Brasil e os Estados Unidos, que houve uma pressão dos Estados Unidos, nada disso! O grande motivo que levou o Brasil a participar da guerra, foram as mais de 1500 mortes no nosso litoral, em razão dos torpedeamentos. Então, diante desses torpedeamentos, houve uma pressão popular muito grande, e não dos Estados Unidos foi a pressão brasileira que levou o Brasil a declarar guerra aos países do eixo.

Neste sentido, compreende-se que o Monumento quer destacar como motivo da entrada do Brasil na guerra, os torpedeamentos aos navios no litoral brasileiro. Contudo, vimos a partir das reflexões teóricas de Moura (2003), que esse foi um dos motivos. Porém, este autor também enfatizou que os militares brasileiros e também alguns civis, conheciam a falta de preparo das tropas brasileiras para lutar na guerra. E sobre esta questão, em um momento da entrevista o Sargento ressaltou que, muitos militares não estavam preparados para o combate na Itália, uma vez que, oitenta por cento dos pracinhas não eram militares.

Ainda, segundo Moura (2003), os militares brasileiros, também questionavam sobre a subordinação dos soldados brasileiros ao comando do Exército norte-americano. Porém, esta questão não foi abordada na fala do Sargento, nem na expografia. Neste sentido, segundo o pensamento autor, a entrada do Brasil na guerra através da FEB e de seu alinhamento com os Estados Unidos, mostrou-se como uma forma do Brasil alavancar suas forças armadas, possibilitando se destacar na América Latina e no mundo diante desta relação com os aliados. Assim sendo, esses outros motivos, interligados com interesses, não aparecem na fala do entrevistado, que destaca a entrada na guerra como um dever, atendendo ao pedido da população.

Continuando com o roteiro, foi perguntado ao Sargento, se ele poderia comentar um pouco sobre as batalhas dos praças brasileiros com os soldados inimigos, e também sobre a Campanha da FEB na Itália. Sendo este pedido concedido pelo Sargento, ele ressaltou que as batalhas entre as tropas aliadas com as tropas inimigas no front, ocorriam através do combate entre as divisões de infantarias. A Divisão de Infantaria Expedicionária estava incorporada ao IV Corpo de Exército Americano para combater as divisões alemãs e italianas no Itália. Ainda, o Sargento enfatizou que, as principais batalhas da FEB ocorreram em Camaione, Monte Castello, Castelnuovo, Montese e Fornovo, onde a FEB combateu o nazi-facismo. Na última ofensiva, renderam-se a ela, a 148ª Divisão de Infantaria Alemã, comandada pelo general Otto Freter-Pico e a Divisão Itália, comandada pelo general Mário Carloni. Nessas batalhas, a FEB capturou vários inimigos, e também perderam companheiros.

Neste sentido, é possível perceber que, o Monumento não adentra a questão do sofrimento dos pracinhas brasileiros no campo de batalha, nem as relações entre o Exército Brasileiro com o Exército Norte-americano durante toda a Campanha da Itália. Assim como, não menciona sobre os sentimentos destes pracinhas com relação a guerra,

e o significado que ela teve em suas vidas. Deste modo, compreendeu-se que o Monumento quer transmitir apenas os detalhes histórico do conflito, como as batalhas principais e a forma como o combate foi travado. Entende-se que, enfatizar a guerra de acordo com o ponto de vista dos sujeitos que dela participaram diretamente, poderia atualizar essa memória de guerra construída por este patrimônio.

Buscando descobrir, sobre a fase pós-guerra e o retorno dos ex-combatentes ao Brasil, perguntou-se ao Sargento como aconteceu o retorno dos soldados brasileiros ao país, quando guerra chegou ao fim. Nesta questão, o mesmo ressaltou que, para os combatentes brasileiros, a guerra chegou ao fim no dia 2 de maio de 1945, com a rendição das Divisões de Infantaria Alemã e Italiana. O Sargento ressaltou que, ao retornarem, muitos dos ex-combatentes continuaram suas carreiras militares, e outros voltaram as atividades civis que realizam antes da guerra. Neste sentido, é possível perceber que, o Monumento não adentra as questões refletidas por Tomaim (2007) com relação ao retorno dos pracinhas após a guerra. Neste sentido, na construção dessa memória de guerra, o Monumento silencia as possíveis dificuldades enfrentadas nesse processo de retomada a vida comum. A partir das reflexões do autor, critica-se esse silêncio do Monumento, ao compreender que a desvalorização destes sujeitos sociais, que o Monumento quer transmitir, poderia ser melhor refletida se os discursos sobre ela estivessem presentes e expostos no Monumento.

Em outro momento, foi perguntado sobre como os soldados veteranos foram recebidos pelos militares brasileiros e pela sociedade civil. Em sua resposta, o Sargento ressaltou que, quando os pracinhas chegaram ao Rio de Janeiro, eles foram bem recebidos pelos militares e pela sociedade civil. Ocorreu um desfile onde os ex-combatentes desfilaram nas ruas cariocas, sendo reconhecidos e saudados como heróis pela população. Ainda, ressaltou que, com o passar do tempo, foram-se esquecendo os feitos históricos desses pracinhas, destacando que brasileiro não costuma cultuar seus feitos históricos, e que pouco simpatiza com os militares. Cita-se um trecho da entrevista:

Diferente de outros países, os veteranos são lembrados como heróis, aqui no Brasil, é da cultura do brasileiro não cultuar seus feitos históricos, e não simpatizar muito com os militares [...] o veterano foi esquecido, ou melhor, querem esquecer, mas nós estamos aqui para não deixar isso acontecer.

Neste sentido, é possível compreender a partir das reflexões teóricas conduzidas nesta dissertação sobre a memória do Exército, que, o Monumento perante a fala do Sargento, relaciona o esquecimento da memória da FEB e dos pracinhas, a uma questão

cultural e, também, a pouca simpatia da sociedade civil com os militares. Assim sendo, compreende-se a partir das reflexões teóricas de Bauer (2014) que a memória da ditadura militar é ausente no Brasil, e isso prejudica as relações civis militares e a compreensão da sociedade civil, sobre o papel do Exército para o Estado- Nação.

Ainda, conforme foi refletido por Tomaim (2007), alguns militares da FEB se envolveram com a ditadura militar e as Associações de Veteranos silenciavam os crimes cometidos pelos militares nesse período. E, segundo este autor, gerou-se um ressentimento com os militares e a FEB, sendo esse um dos motivos para o esquecimento dessa memória de guerra no Brasil. Durante a observação no Monumento, não foi visto no acervo e nas obras em geral, nenhuma ligação com o general Castelo Branco, ou outros envolvidos na ditadura militar. Logo, percebe-se que o Monumento não faz menção a estes sujeitos em suas narrativas nem sobre uma perspectiva crítica e nem sobre um destaque.

Prosseguindo com a entrevista, partiu-se para as perguntas sobre eixo Turismo, para descobrir também como o turismo constrói essa memória de guerra. As perguntas foram também respondidas pelo Sgt. Santos. Ao ser perguntado sobre qual a visão do MNMSGM sobre o Turismo, o mesmo ressaltou que é uma visão positiva, e que o Monumento recebe muitos turistas. Mas que, o turismo poderia ajudar a divulgar mais o Monumento, assim como divulga o carnaval e as praias. Cita-se um trecho entrevista com a fala do Sargento:

“Aqui no Monumento recebemos muitos turistas. Mas, o turismo no Rio de Janeiro não é só as praias e o carnaval, também temos história. Então tem que divulgar a memória desses heróis também”.

Neste sentido, percebe-se que, o Monumento quer reconhecer a importância do turismo, no sentido de aumentar a divulgação da instituição. Porém, também se percebe que ele quer transmitir uma crítica ao turismo por divulgar com mais efetividade, o turismo de sol e praia e o turismo de eventos (carnaval). Neste sentido, compreende-se que, o turismo como agente seletor da memória, está ajudando a lembrar a memória dos pracinhas, mas é disputado com outros atrativos. Logo, a construção dessa memória de guerra pelo turismo, ocorre em disputa também com outras formas de turismo. Ainda, com relação ao turismo, perguntou-se ao Sargento, sobre qual público visita a instituição com maior frequência, e o mesmo ressaltou que o Monumento recebe vários públicos, desde alunos de escolas, a turistas de diversos estados brasileiros, e principalmente,

turistas estrangeiros, no caso, chineses e italianos. Ainda, enfatizou que acha esse público (internacional) positivo, porque mostra que as outras nações valorizam os pracinhas brasileiros.

Foi perguntando também nesta entrevista, se o MNMSGM realizava eventos e outras atividades abertas ao público em geral, e como eram acompanhadas. O Sargento ressaltou que a instituição promove diversas solenidades abertas ao público civil e militar, incluindo ações com escolas e com os quartéis militares. Os principais eventos são a Troca da Guarda, a Troca da Guarda Festiva, Homenagem ao Soldado Desconhecido com Aposição Floral, Vigília da Saudade no Dia de Finados (como já explicou-se em outro momento da análise). E, ainda, o Dia da Vitória, celebrado todo dia 8 de maio, a data da rendição da Alemanha na Segunda Guerra Mundial. Neste evento, o Ministério da Defesa concede a medalha da vitória a militares e civis que prestaram serviços em missões de paz, ou apoiaram o Ministério da Defesa. As ações são acompanhadas através do Monumento, e também, através da Diretoria do Patrimônio Cultural do Exército. Neste sentido, percebe-se que o Monumento estende as atividades para o público em geral. Onde, é possível compreender que através dessas ações, a memória dos pracinhas poderá ser evocada no presente.

Em outro momento da entrevista, buscou-se descobrir, se o Monumento transmitia algum conhecimento/aprendizado para os visitantes. Assim sendo, o Sargento ressaltou que na sua opinião, o Monumento transmite um conhecimento sobre a história do Brasil na Segunda Guerra Mundial, principalmente, com relação a participação dos pracinhas no conflito. Neste sentido, compreende-se a partir da fala do sargento, que o Monumento quer transmitir um conhecimento sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. O que é importante, porém, deve ser mais problematizado a questão de como o Monumento representa os pracinhas, por que esse conhecimento histórico poderá reforçar o mito sobre a construção social dos pracinhas como um soldado guerreiro, silenciando seus sofrimentos na guerra.

Por fim, a última pergunta versou sobre a existência de alguma parceria do Monumento com os setores de turismo. Sobre este ponto, o Sargento ressaltou que não existe. Diante desta resposta, a autora perguntou se na opinião do Sargento, ele gostaria que houvesse alguma parceria do Monumento com o Turismo. E a resposta obtida foi, que sim, por exemplo, com agências de turismo para ajudar a divulgar o Monumento para que mais civis conheçam a história dos pracinhas, e possam também cultuá-los. Neste

sentido, é possível compreender que, para o Sargento, o turismo pode ajudar a conhecer a história dos pracinhas, e através disto, ajudar na evocação da sua memória no presente.

Porém, vale ressaltar que, muitas agências de viagens buscam apenas obter o lucro, vendendo o turismo de massa do carnaval e sol e praia, sem interesse em um turismo cultural. Neste sentido, atenta-se que, caso venha a ter o interesse das agências, estas poderiam visar somente o lucro, correndo-se o risco de transformar o espaço em produto mercadológico. E assim, contribuir para o patrimônio perder seu valor cultural, para um valor econômico, como é possível compreender a partir das reflexões de Leite (2004).

Finalizada a análise sobre o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, realizou-se uma análise no Museu da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – ANVFEB.

3.2 Museu da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – ANVFEB

A Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – ANVFEB, também é conhecida como Casa da FEB, está localizada na Rua das Marrecas, 35, Centro – Rio de Janeiro/RJ. Ressalta-se que, a intenção era entrevistar o presidente da instituição, mas durante a fase de agendamento da autora com os responsáveis, houve falhas de comunicação que não geraram uma resposta definitiva. Neste sentido, apenas ficou confirmada a visita da autora ao MNMSGM, mas a autora foi por conta própria na Associação e conseguiu apenas visitar o Museu e entrevistar a museóloga Raquel Machado, que respondeu algumas perguntas.

O Museu da Casa FEB é pequeno com o formato de um salão expositivo. Há a presença de poucos painéis explicativos no local, sendo percebido que o destaque maior é para o acervo militar que é exposto através de grandes vitrines. Neste sentido, o acervo é composto em sua maioria por armamentos utilizados pelos ex-combatentes do Exército Brasileiro, e também do Exército dos Estados Unidos, Exército Britânico, Exército Italiano e Exército Alemão durante a Segunda Guerra Mundial. Há também a exposição de manequins vestidos com os uniformes utilizados pelos ex-combatentes na guerra e também, alguns quadros contendo fotografias da atuação da FEB na Campanha da Itália.

Neste sentido, percebeu-se que há uma grande diferença com relação ao acervo do Monumento e da Associação. O Museu da Associação destaca muito os armamentos utilizados pelos exércitos aliados e pelos exércitos do eixo, enquanto que o Monumento destaca os armamentos, mas também painéis que querem retratar a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, de uma forma mais ampla. Ainda, a museóloga ressaltou que o acervo é composto por doações dos veteranos e espólios de guerra. Já, os armamentos foram doados pelo Exército Brasileiro.

Imagem 11. Armamento Alemão e Armamento Aliado– Museu da ANVEFEB



Fonte: Autora, 2017.

A fala da museóloga surpreende, ao ser ressaltado que o Exército antes não se preocupava em preservar a memória da FEB, segundo ela, a instituição vendeu peças importantes e agora querem pegar peças emprestadas do acervo da Associação, como se ainda as pertencessem. Neste sentido, percebe-se que a Associação quer criticar a forma como o Exército quer construir a memória da FEB, a partir dessa relação com o acervo da Associação.

Com relação a inclusão de narrativas nos discursos do Museu, observou-se que a instituição surpreende ao expor um painel com o nome de todas as mulheres oficiais enfermeiras, que também foram enviadas para lutarem na Itália e que assim, também fizeram parte da FEB. Neste painel, também se indica junto aos seus nomes, a unidade federativa de onde vieram. E também, ao expor outro painel com fotos de alguns grupos

dessas oficiais enfermeiras. Neste sentido, percebe-se o esforço da Associação para incluir as mulheres em suas narrativas.

Logo, a memória da FEB construída por essa instituição, também quer lembrar essas mulheres. E a partir das reflexões de Pollack (1989), isso é importante porque busca atualizar essa memória de guerra, incluindo as minorias condicionadas a uma memória subterrânea. Uma vez que, observou-se a partir das reflexões teóricas de Ferraz (2012), que as mulheres também estiveram presentes nas campanhas de FEB, mas notou-se que há pouco destaque para a sua memória.

Imagem 12. Armamento Italiano – Museu ANVEFEB



Fonte: Autora, 2017.

Neste sentido, compreendeu-se a partir da observação do acervo da Associação, três pontos importantes. O primeiro é o grande destaque para os armamentos utilizados pelos exércitos na guerra. O acervo é bem pequeno, e com pouco enfoque sobre outras peças. Ao lado disto, a questão do Exército pegar peças do acervo da Associação, onde a museóloga expressou uma crítica. A partir disto, é possível pensar sobre a relação do Exército de Caxias com o Exército da FEB, que ainda há um ambiente de conflito e divergências na forma como constroem suas memórias sobre a guerra.

Imagem 13. Painel com os nomes das Oficiais Enfermeiras - Museu ANVEFEB



Fonte: Autora, 2017.

O segundo ponto é o destaque para as mulheres enfermeiras, como seus nomes e fotos expostos no Museu. No entanto, notou-se que, não há painéis com nomes e fotos dos veteranos. Entende-se que esses painéis poderiam contribuir para chamar mais atenção para a memória desses sujeitos na instituição. E o terceiro ponto é não foi observado nenhum destaque sobre as vítimas militares e também civis, dos torpedeamentos das Marinhas Mercantes e de Guerra. Porém, em um momento durante a observação, a museóloga enfatizou que a Associação e alguns veteranos, participaram naquele ano de uma Homenagem aos Mortos da Marinha, junto do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, e a Marinha Brasileira.

Ainda, notou-se através de um folder disponibilizado pela instituição, a presença de informações sobre o 1º Grupo de Caças da Força Aérea Brasileira na Campanha da Itália, ressaltando também, os aviadores mortos no conflito. Ainda, nele está escrito a seguinte frase: “Missão cumprida, a FEB e o 1º Grupo de Caça da FAB desagravaram heroicamente, o ultraje dos adversários de então, à defesa da nossa Pátria”. Neste sentido, percebe-se que, a Associação quer transmitir a informação que, a FEB e a FAB cumpriram a missão de defender heroicamente a Pátria dos adversários na guerra. Assim sendo, compreende-se que essa instituição quer reforçar a atuação externa do Exército, quando foi “defender o ideário de nação”, contribuindo, assim, para fomentar a construção da própria nacionalidade, no sentido da nação ser uma construção social. Assim sendo, entende-se que a Associação corrobora do entendimento de que o Exército no contexto da Segunda Guerra Mundial, cumpriu seu papel estabelecido na Constituição

de defensor da soberania do Estado-Nação das ameaças externas, como ocorreu naquele momento perante os ataques alemães aos militares e civis brasileiros.

Após a análise sobre as narrativas expostas nos painéis e acervo, a autora realizou uma entrevista com a Museóloga Raquel, que respondeu algumas perguntas do roteiro. Outras perguntas, ela preferiu não responder, informando que não sentia segurança para passar uma informação precisa. Assim sendo, ao lhe perguntar sobre o surgimento da Associação, ela ressaltou que, ao voltarem da guerra, alguns veteranos decidiram que deveriam criar uma associação para ajudar a manterem vivas suas histórias sobre a guerra. Neste sentido, percebe-se que a Museóloga quer retratar que a existência da Associação dos Veteranos é uma forma que os veteranos encontraram para continuar suas lembranças da guerra. Logo, é possível compreender que, a existência da Associação criada por esses veteranos foi uma forma deles construírem sua memória no presente.

Também foi perguntado, sobre como a Associação contribui para a manutenção dessa memória. Nesta questão, ela ressaltou que essa contribuição ocorre através das ações realizadas pela Associação através do Museu da Casa FEB, e também através dos eventos que a Associação promove e também participa sobre a memória dos pracinhas. Logo, é possível compreender que a Associação tem uma participação ativa com relação a memória dos ex-combatentes, através de ações que participa e realiza junto ao público civil e também militar. Para descobrir um pouco mais sobre esta questão, a autora perguntou se ela poderia mencionar algumas destas ações. A Museóloga, então ressaltou que a Associação participa de eventos com o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, e citou a Vigília da Saudade no Dia de Finados (que vimos também na análise do Monumento), participam de eventos junto ao IBRAM, como a Semana dos Museus e Primavera dos Museus, organiza e participa de Encontros dos Veteranos, Cerimônias de Homenagens, entre outras. Também mencionou que a Associação realiza mostras de cinema com filmes sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial, em escolas no Rio de Janeiro.

Em outro momento da entrevista, foi perguntado se a memória da Segunda Guerra Mundial deveria ser mais valorizada pelos militares e pela sociedade em geral. A Museóloga ressaltou que, essa valorização deveria ocorrer, porque os pracinhas lutaram para defender a Pátria e hoje são pouco reconhecidos pelos militares e civis. Cita-se um trecho da entrevista:

Deveria sim! Por que é uma memória importante sobre os homens que lutaram na Segunda Guerra Mundial para defender a Pátria [...] É emocionante seus relatos sobre guerra, principalmente, quando falavam sobre os companheiros mortos.

Neste sentido, é possível perceber que a fala da Museóloga aborda a questão da defesa da Pátria pelos pracinhas. Assim sendo, é possível compreender que a Associação também quer reforçar o papel do Exército no combate das ameaças externas, como ocorreu na Segunda Guerra Mundial. Em outro momento, foi perguntado porque essa memória de guerra é pouco valorizada. Neste sentido, a Museóloga ressaltou que, é devido ao esquecimento, “as pessoas acabam esquecendo com o passar dos anos” ela destacou.

Ainda, foi perguntado como ocorreu a reconstrução dessa memória de guerra através desta instituição, e quais os motivos que levaram a essa reconstrução, e as dificuldades enfrentadas neste processo. Neste sentido a Museóloga ressaltou que a reconstrução desta memória de guerra ocorreu através da intenção dos veteranos em fundarem a Associação, para continuarem a evocar sua memória. Segundo ela, este o principal motivo que levou a esta reconstrução e é a razão de ser da instituição. As dificuldades enfrentadas neste processo, de acordo a Museóloga, é a falta de recursos para manter a instituição. Essa dificuldade existe desde o início, sendo que no começo o Exército ajudava. Hoje essa dificuldade persiste, e a Associação recebe menos doações e mais propostas de vendas, inclusive de peças o acervo. Assim sendo, é possível compreender que, a falta de amparo e assistência aos veteranos para construírem sua memória, também foi uma questão apontada pela Associação, como vimos também a partir das reflexões de Tomaim (2008).

Continuando o roteiro da entrevista, partiu-se para as perguntas do eixo História. Neste sentido, foi perguntado como foi a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Ao responder esta questão, a Museóloga ressaltou que a participação da FEB na Itália ocorreu através do rompimento do estado de neutralidade e a declaração de guerra ao Eixo, devido aos torpedeamentos do submarino alemão aos navios mercantes que ocasionaram a morte de vários passageiros e tripulantes. Ainda, segundo um folder disponibilizado pela instituição, consta-se a seguinte frase “[...] Para desagravo de nossa honra e soberania, o Governo brasileiro declarou guerra à Alemanha e à Itália, que haviam se juntado aos nazistas em 22 de agosto de 1942. Neste sentido, é possível perceber que o Museu destaca a visão tradicional do Estado-nação, ao enfatizar a soberania (Aguiar,

2007). Ainda, menciona os torpedeamentos como motivo da declaração de guerra, conforme ressaltou Moura (2003).

Em outro ponto da entrevista, foi perguntado se ela poderia comentar um pouco sobre as batalhas dos praças brasileiros com os soldados inimigos, e também, sobre a Campanha da FEB na Itália. Conforme foi ressaltado pela Museóloga, as tropas da FEB foram integradas ao IV de exército Americano para combater as tropas inimigas na Campanha da Itália. Cita-se um trecho da entrevista:

Os pracinhas enfrentaram as tropas inimigas na linha de frente, tendo ao mesmo tempo que enfrentar o clima severo do inverno europeu, sob um terreno montanhoso e, ainda, combatendo com tropas altamente experientes.

Ainda nesta questão, ela ressaltou que as principais batalhas travadas pela FEB em combate na Itália, ocorrem-se em Camaiori, Montese, Castelnuovo, Montese e Fornovo. E a partir de um painel presente no Museu, ela comentou alguns dados sobre essas batalhas. Neste sentido, ela ressaltou que o efetivo total da FEB era de 25.334 integrantes. Desse total, 457 morreram no campo de guerra, 1.577 foram feridos em ação por arma de guerra, 487 foram feridos em acidentes em ação de combate, e 658 soldados foram feridos em acidentes fora das linhas de combate. A museóloga concluiu enfatizando que, para alguns a guerra resultou em morte, e para os que conseguiram se manterem vivos, em muitos as lesões foram inevitáveis. Neste sentido, percebe-se neste que a Associação quer destacar a guerra para além de perspectiva heroica, dando ênfase também, no que ela resultou em muitos dos ex-combatentes.

Em seguida, pediu-se para a Museóloga comentar sobre como aconteceu o retorno dos soldados brasileiros ao país, quando finalizada a guerra. Nesta questão, ela ressaltou que ao chegarem no país, os veteranos foram recebidos pelo Exército e pelos familiares como vitoriosos da guerra, como heróis. Mas esse prestígio não demorou muito, e muitos militares foram maltratados quando voltaram a paisano, retornando a vida civil, com pouca assistência do Exército para continuarem como civis. A Museóloga também ressaltou a questão dos traumas físicos e psicológicos que muitos ex-combatentes precisaram enfrentar, sem recursos financeiros e sem poder voltar normalmente para a vida que tinham antes de serem convocados para combaterem na Itália. Neste sentido, é possível perceber que a Associação quer destacar a desvalorização dos veteranos pelo Exército, enfatizando em seu discurso, através da fala da museóloga, que o retorno a vida civil não ocorreu de maneira fácil para estes sujeitos. Por outro lado, percebe-se que a

Associação silencia o envolvimento dos militares da FEB envolvidos com a ditadura militar, como refletiu Tomaim (2008).

Continuando o roteiro da entrevista, seguiu-se para as perguntas relacionadas ao Turismo. Ao ser perguntada sobre qual a visão da Associação sobre o Turismo, a museóloga ressaltou que, a presença dos turistas na instituição corresponde de 15 a 30 visitantes por semana. Assim sendo, considera-se esse fluxo positivo, porque ajudam na compra dos produtos vendidos na Associação, como livros, camisetas, chaveiros, adesivos, etc. Mas também ressaltou que, a Associação não cobra a entrada, e que ela se mantém através da anuidade paga por associados e por meio de patrocínios. E, que estão passando por um momento de crise financeira, onde quase perderam o prédio onde a instituição funciona. Neste sentido, é possível compreender que, a Associação percebe o turista como um consumidor. Porém, compreende-se a partir da fala da entrevistada, que a instituição passa por dificuldades devido à falta de recursos financeiros, e que, o turismo ajuda a enfrentar essa crise, mas que poderia ajudar ainda mais se cobrasse um valor para a entrada, como ocorre em várias instituições museais.

Em outro momento, perguntou-se sobre qual público visita a instituição com maior frequência, e o que ela achava desse público. Nesta questão, foi respondido que, são as escolas públicas que mais visita a Associação. Ainda, a museóloga ressaltou que, em sua opinião, ela acha importante, porque ajuda a evocar a memória dos veteranos os seus feitos históricos. Perguntou-se ainda, se a Associação realizava eventos e outras atividades abertas ao público geral e como as mesmas eram acompanhadas. Em resposta, a museóloga ressaltou que, a Associação realiza eventos abertos ao público geral, civil e militar, como Mostra de Cinema de filmes sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial, Visitação Itinerantes em Escolas e instituições militares, Exposições, Palestras sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial, entre outras. Todas as ações são acompanhadas pela Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Neste sentido, é possível perceber que a Associação quer divulgar essa memória de guerra para a sociedade em geral.

Continuando o roteiro, buscou-se descobrir se a através da Associação, era transmitido algum conhecimento aos visitantes. Nesta questão, a museóloga ressaltou que sim, eram transmitido um conhecimento histórico sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial e sobre os feitos históricos dos veteranos na guerra. Ainda, destacou-se, que todas as terças-feiras, a Biblioteca do Museu é aberta ao público. Por

último, ao ser perguntado se existe alguma parceria com os setores de turismo, foi ressaltado pela entrevista que não existe, somente é divulgada no IBRAM.

Neste sentido, perguntou-se se ela gostaria de firmar alguma parceria com os setores de turismo, e em resposta, ela ressaltou que sim, com as agências de turismo para auxiliar na divulgação da instituição. Assim sendo, é possível compreender que, essa memória de guerra também é construída pelo turismo, através da presença dos turistas na instituição. Porém, ainda é uma visita pouco desenvolvida, podendo o turismo auxiliar na divulgação da instituição e no aumento do fluxo de visitantes interessados em conhecer essa memória de guerra, desde que de maneira planejada para não virar consumo e contribuir para o espaço perder seu sentido cultural.

3.3 Síntese da Análise de Conteúdo

Ao ser refletido sobre a Análise de Conteúdo, é possível compreender que, a mesma é uma prática empírica, que busca compreender, analisar e sintetizar as comunicações a partir de palavras, imagens, textos e discursos vinculados a questões individuais e sociais como destacou Bardin (2010). Neste sentido, a partir deste método, coletou-se as narrativas que apareciam nos textos expositivos e na fala dos entrevistados do Monumento e da Associação, onde foram posteriormente, interpretadas pela Análise de Discurso. Assim sendo, para dar continuidade a esta análise, elaborou-se os quadros a seguir que contabilizam a frequência em que as Unidades de Registro aparecem nos contextos analisados.

Contextos Analisados Unidades de Registro	MNMSGM		ANVEFEB	
	Frequência em que aparece nas Entrevistas	Frequência em que aparece nos Textos Expositivos	Frequência em que aparece nas Entrevistas	Frequência em que aparece nos Textos Expositivos
Nação/Nacionalidade	01	0	0	0
Pátria	12	08	05	03
Estado	0	0	0	0
Governo	08	05	04	0
Herói/Heroísmo	16	09	08	06
Defesa	12	05	05	05
Luta/Batalha	18	13	08	07
Sufrimento	0	0	03	0
Modernização	0	0	0	0
Autoridade	0	0	0	0
Civil	22	09	08	03
Militar	16	07	05	05
Interesse Nacional	0	0	0	0
Identidade Nacional	0	01	0	0
Política	0	0	0	0

Neste sentido, é possível observar que nos contextos analisados não aparecem as seguintes unidades de registro: Estado, Modernização, Autoridade, Interesse Nacional, e Política. Já a unidade Pátria, uma visão bem tradicional de Nação, está presente em ambos os contextos e aparecem tanto nas entrevistas, quanto nos textos expositivos. Verificou-

se que, essa unidade está mais relacionada com a unidade de Defesa, para ressaltar a “Defesa da Pátria”. A unidade Pátria também é acompanhada da palavra retorno, aparecendo com relação ao “Retorno a Pátria”. Ainda, a unidade Herói, também é vinculada a unidade Pátria, junto das unidades Luta/Batalha e Sofrimento. Porém, essa última não aparece exposta no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.

As unidades civil e militar, também quase sempre aparecem relacionadas, e acompanhadas da palavra público ou população, para a palavra civil. No sentido de “Público civil - militar”, e “População civil”. Neste sentido, é possível perceber uma tentativa de fortalecer os laços civis-militares, que é algo mais contemporâneo e relacionado a democracia. Porém, é possível refletir a partir de Winand; Saint – Pierre (2007), que mesmo com determinados avanços após a ditadura militar, sobre as relações civis – militares, ainda não é possível afirmar que o Brasil vive uma democracia plena, com a autonomia civil sobre as Forças Armadas. A unidade identidade nacional, somente aparece exposta em um dos painéis do Monumento, e se relaciona a palavra Forças Armadas.

Contextos Analisados Unidades de Registro	MNMSGM		ANVEFEB	
	Frequência em que aparece nas Entrevistas	Frequência em que aparece nos Textos Expositivos	Frequência em que aparece nas Entrevistas	Frequência em que aparece nos Textos Expositivos
Generais	12	05	0	03
Praças/Expedicionários	28	25	13	07
Presidente	05	03	0	0
Políticos	0	0	0	0
Diplomatas	0	0	0	0

Com relação as unidades de Registro voltadas aos personagens, verificou-se que, as unidades Gerais, Praças/Expedicionários e Presidente. Aparecem com frequência nos contextos analisados. A unidade General aparece constantemente para mencionar o ex-comandante da FEB, o general Mascarenhas de Moraes. E também, para mencionar os generais das divisões italianas e alemãs. A unidade Praças/Expedicionários foi a unidade que mais apareceu nos contextos, para mencionar os “Pracinhas sepultados no Monumento” “Pracinhas mortos nos campos de batalha” E também, relacionado as unidades Luta/Batalha e Defesa. Já, a unidade Presidente, aparece somente no Monumento para mencionar o “Presidente da Comissão de Repatriamento”, o “Presidente Juscelino Kubitschek depositou a urna do Soldado Desconhecido no Monumento”. Assim sendo, percebe-se outra narrativa mais contemporânea, que quer transmitir a valorização dos Praças e não só dos Gerais.

Com relação aos museus e as Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC’s, segundo o IBRAM (2014), os museus ainda precisam superar os desafios que os impedem de se adequar ao mundo crescentemente virtual, para que assim, possam também aumentar o fluxo de visitantes. Ou seja, muitos museus continuam se apresentando como espaços estáticos, sem a possibilidade de interação com as tecnologias e a virtualidade, enquanto outros, se esforçam para se adequar a essa nova realidade. Nesse contexto, as relações de tempo e espaço que envolvem os museus, também são reconfiguradas através das tecnologias, e como um exemplo a ser destacado, ressalta-se os chamados “tour virtual”, onde é possível o sujeito visitar virtualmente determinado espaço museal. O Museu Memorial de Aushwitz Bikernau é um dos poucos museus que já aderiu a essa ferramenta e a disponibilizou em seu website.

No caso dos museus pesquisados nesta dissertação e sua relação com as TIC’s, observou-se que, o MNMSGM possui algumas ferramentas tecnológicas que possibilitam ao sujeito visitante uma interação e um maior aproveitamento do espaço museal. Ressalta-se que, a instituição dispõe de dois totens na área interna onde é possível acessar todo o conteúdo descrito no Monumento, como por exemplo, todos os painéis explicativos e também as informações sobre o acervo e a instituição como um todo. Na área do mausoléu, existe um outro totem onde o visitante consegue acessar fichas contendo os dados de todos os ex-combatentes sepultados no local, como por exemplo, nome, patente, data de nascimento e data de falecimento. Além disso, o MNMSGM disponibiliza no ambiente virtual, um website atualizado.

Já o Museu da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, não disponibiliza de ferramentas tecnológicas em seu ambiente físico, somente no ambiente virtual, através de um website atualizado e de uma página no Facebook.

Neste sentido, compreende-se que, por um lado, estes museus destacam as narrativas tradicionais, como apontou esta análise de conteúdo (pátria, povo, soldado herói) e não incluem muito as minorias (mulheres, civis), necessitando atualizar suas narrativas para se adequar mais a sociedade pós-moderna. Por outro, observou-se que, ambos os museus se esforçam para se adequar a este cenário tecnológico e a sociedade em rede, e para possibilitar uma experiência interativa e virtual com os visitantes, mesmo que não seja de forma totalmente completa ou suficiente. Assim sendo, conclui-se que ambos são museus importantes, que contribuem para evocar a memória de guerra, as relações civis-militares e para destacar o papel constitucional do Exército Brasileiro quanto sua atuação externa de defesa do Estado-Nação das ameaças externas. Reflexões estas possíveis através da Análise de Conteúdo no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial e no Museu da Associação Nacional aos Veteranos da FEB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscou-se compreender como a memória da Segunda Guerra Mundial é (re)construída através do patrimônio cultural e do turismo, na sociedade brasileira contemporânea. Neste sentido, desenvolve-se através da pesquisa de campo, uma análise sociológica nos espaços de memória, que abordam essa memória de guerra, quais sejam: o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial e o Museu da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, ambos localizados no Rio de Janeiro-RJ.

Para possibilitar essa análise, coube antes buscar compreender a importância dos estudos sobre a memória coletiva e o patrimônio cultural, para entender as relações sociais nas sociedades contemporâneas. Assim sendo, refletiu-se sobre a memória como uma construção social no presente, onde as relações de poder influenciam o que será lembrado e como será lembrado. O patrimônio cultural é um agente seletor dessa memória, nesse sentido, a lembrança e o esquecimento se aproximam e, a memória coletiva é disputada por aqueles que tem o poder de torná-la memorável.

Ainda, buscou-se refletir sobre o papel do turismo na seleção de memórias e sua relação com o patrimônio cultural. E a partir das reflexões teóricas de Gomes (2015), compreendeu-se que o turismo também é um agente seletor da memória coletiva. Na sua relação com o patrimônio e, através de ações e práticas, pode tanto valorizar, quanto invisibilizar a memória dos sujeitos e grupos sociais. Ou seja, o turismo pode determinar quem será lembrado e quem será esquecido. A relação do turismo com o patrimônio cultural é complexa e pode refletir impactos, tanto negativos quanto positivos. Por um lado, pode reforçar a cultura como mercadoria, o enobrecimento urbano e a valorização simbólica de grupos historicamente hegemônicos. Mas, por outro lado, pode atuar a partir de seu papel de educar, possibilitando a emergência de grupos sociais, antes invisibilizados, o encontro de diferentes culturas e a geração de emprego e renda, de forma controlada por planejamento e políticas públicas.

Em outro ponto desta dissertação, buscou-se debater sobre o papel do Exército Brasileiro na sociedade contemporânea. Neste sentido, realizou-se antes uma reflexão sobre o Estado-Nação e a identidade nacional. Compreendeu-se a partir de Weber (2011), que o Estado Moderno pode ser entendido como uma forma avançada de organização

social e, que detém o monopólio organizado da força, onde ressalta-se as Forças Armadas para garantir a soberania do território. Assim sendo, compreendeu-se a partir de Aguiar, (2007), que a visão tradicional define o Estado-Nação a partir do tripé: soberania, povo e território. Mas as transformações geradas pela globalização e o informacionalismo, a partir do ano de 1960, resultaram na crise do Estado-Nação, na contemporaneidade e em sem seu enfraquecimento, como apontou Castells (1999). De um lado, a conexão dos indivíduos com uma cultura universal, fez com que o Estado-Nação perdesse o seu papel de garantir uma identidade nacional como única e coesa, para ser compartilhada entre seus membros. De outro lado, a financeirização e globalização do capital, enfraqueceu o Estado como gestores das relações econômicas e sociais.

Há um pluralismo cultural positivo, no enfraquecimento da ideia de Nação; mas há uma fragilidade dos direitos sociais no enfraquecimento do Estado. Percebeu-se a partir das reflexões deste autor, que o papel do Estado perante essa dinâmica global e capitalista, seria garantir o Bem-estar Social, assegurando a assistência e segurança de que necessitam os indivíduos, mesmo que permitisse identidades mais complexas e fragmentas que a nacional. As reflexões de Hall (2011), corroboram que na pós-modernidade a identidade cultural se torna cada vez mais fragmentada e fluída. Neste sentido, a identidade nacional única não representa a todos, pode refletir desigualdades e, por isso, deve ser problematizada e atualizada.

Com relação ao papel constitucional do Exército Brasileiro na sociedade contemporânea, compreendeu-se, a partir de Winand e Saint-Pierre (2007), que, em uma democracia, os militares tem um papel a desempenhar, mas devem estar sujeitos ao poder civil e, atualmente, as relações civis-militares ainda encontram barreiras que dificultam alcançar uma democracia plena. Os museus e o turismo podem contribuir para difundir esse debate, através de seu papel educador.

Com base nestas reflexões, buscou-se também contextualizar os aspectos sociais e históricos, em torno da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, para compreender como essa memória é reconstruída no presente. Neste sentido, também se refletiu de forma breve, sobre a memória do Exército Brasileiro, onde compreendeu-se que ela também é disputada através dos vários acontecimentos que construíram essa memória da instituição. Dentre eles, refletiu-se sobre a Ditadura Militar, a Defesa da Amazônia, o culto a Caxias e também, sobre a memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, no cinema, na literatura, no patrimônio cultural e no turismo.

Ainda, a pesquisa refletiu sobre a atuação dúbia do Exército Brasileiro, onde as atuações internas mostram-se historicamente confusas; no passado, com ditaduras, no presente, com intervenções militares em comunidades civis. Portanto, compreendeu-se que a falta de memória sobre a ditadura militar, as intervenções militares no presente e o discurso não democrático e em defesa da tortura de alguns líderes políticos; ao lado da pouca valorização das políticas de memória sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial; são fatores decisivos que prejudicam o não entendimento da população civil sobre o papel constitucional do Exército Brasileiro como defensor da soberania do território contra as ameaças externas. Ainda que a instituição se esforce para atualizar sua memória na contemporaneidade, estes impasses influenciam diretamente no alcance de objetivos, como a reconciliação com a sociedade civil, a conquista da democracia plena e a própria estabilidade democrática do país.

Outra reflexão desenvolvida na dissertação, visou contribuir para os debates sobre turismo na sociologia. Assim sendo, refletiu-se sobre o turismo como um fenômeno social, e um objeto de conhecimento presente nas Ciências Sociais. A partir de Moesch (2000), vimos a complexidade do turismo como um fenômeno marcado pelas múltiplas relações com os aspectos econômicos, culturais e sociais das comunidades em que se insere. A autora também enfatiza, que o turismo não deve ter sua compreensão limitada apenas pelo viés econômico, que reduz o tratamento epistemológico dado ao fenômeno. Logo, ela ressalta que ele deve ser tratado cientificamente como um objeto de conhecimento. Considera-se que a interdisciplinaridade é fundamental, para analisar o turismo enquanto um fenômeno social. E de acordo com Barreto (2003), compreende-se que, a partir da relação do turismo com outras áreas científicas, poderá ocorrer a minimização dos impactos negativos e a maximização dos impactos positivos, gerados pelo turismo nas comunidades em que se insere.

A dissertação também buscou elaborar um mapeamento dos patrimônios culturais, que trabalham a memória da Segunda Guerra Mundial no Brasil. Neste sentido, realizou-se uma pesquisa exploratória no site do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Assim sendo, verificou-se através do mapeamento, que existem 18 espaços de memória distribuídos nas diversas regiões do país. Observou-se que, alguns destes espaços não abordam exclusivamente a memória dessa memória de guerra. Porém, seu acervo apresenta peças sobre essa temática da Segunda Guerra. Ressalta-se ainda, que até o

momento, sabe-se que somente o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, possui o título de patrimônio.

Através da análise desenvolvida no capítulo 3, buscou-se compreender os diferentes discursos sobre a memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que emergem no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial e no Museu da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Neste sentido, compreende-se através de Jodelet (2011) que o Túmulo do Soldado Desconhecido presente no Monumento, também é um objeto de representação social, uma vez que ele transmite uma ideia carregada com um sentido simbólico, que relaciona os vínculos do sujeito a uma identidade e, neste caso, os soldados com a identidade nacional. E diante das cerimônias e eventos que a instituição promove envolvendo o Túmulo do Soldado Desconhecido, percebeu-se que além do Monumento querer transmitir o reconhecimento ao sacrifício dos ex-combatentes, que morreram na guerra, também quer valorizar a todos os militares que morreram na guerra e que não puderam ser identificados, destacando-os em suas narrativas, como sendo heróis.

Ainda, a presença dos ex-combatentes nas solenidades e cerimônias promovidas pela instituição, aponta que estes sujeitos querem ser lembrados no presente. Assim sendo, podemos entender a partir de Pollack (1989), lembrar esses acontecimentos dolorosos, ajuda a fortalecer o grupo social envolvido. Ou seja, essa lembrança dolorosa da guerra, ajuda no fortalecimento da memória dos ex-combatentes e dos seus feitos no conflito.

Através da análise das narrativas no Monumento, é interessante destacar que a palavra “civis” aparece significativamente nas narrativas, reforçando esse espaço de memória como promovedor de diálogos. E, percebe-se que o Monumento quer valorizar também, além dos ex-combatentes mortos, as outras vítimas deste conflito. Logo, a construção da memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, por este patrimônio, também envolve os acontecimentos das outras forças no conflito. No entanto, o destaque maior é dado para os acontecimentos do Exército e para os ex-combatentes. O Monumento também possui peças que fazem uma referência a instituição, e querem valorizá-la, como a pirâmide presente na plataforma.

Compreendeu-se que a instituição reforça a visão tradicional sobre o Estado-Nação, firmado no tripé: soberania, povo e território (Aguiar, 2007), ao se referir a

sociedade civil como “Povo” e a utilizar inúmeras vezes a palavra “Pátria”. Mas, também, esforça-se para incluir a população na narrativa sobre a guerra, além do Exército, inovando ao procurar reforçar as relações civis-militares. Apesar da narrativa ser em grande parte tradicional, percebeu-se o enfoque na valorização das instituições analisadas à participação das mulheres na Segunda Guerra Mundial. Principalmente, percebe-se que o Museu da Associação quer incluí-las nessa memória de guerra, que está sendo por ele construída.

Foi possível perceber que o Monumento também tem uma crítica ao não reconhecimento da população aos ex-combatentes, pelos seus feitos na guerra. Contudo, o Monumento também não aborda uma crítica sobre o próprio Exército e o Estado, os quais, de acordo com as reflexões de Tomaim (2008), também foram responsáveis por essa falta de reconhecimento. A instituição não faz uma crítica ao Exército e ao Estado sobre o retorno dos ex-combatentes à vida comum. Neste sentido, percebeu-se que o sofrimento dos ex-combatentes na guerra e a falta de amparo quando dela retornaram, não aparecem nas narrativas da instituição, onde compreende-se o reforço do Monumento ao mito do soldado guerreiro.

Ainda, observou-se que o Monumento quer destacar o papel do expedicionário na “defesa do Brasil durante a Segunda Guerra”. Neste sentido, o Monumento colabora ao reforçar o entendimento sobre a importância da garantia das fronteiras soberanas do Estado-Nação – soberania, povo e território – pelo Exército no seu papel de defensor das ameaças externas, garantindo a segurança e estabilidade do sistema internacional. Observou-se também, que o Monumento relaciona a Segunda Guerra Mundial com a identidade nacional como unificada. Neste sentido, critica-se essa visão de identidade nacional unificada que o Museu quer transmitir, entendendo que é preciso problematizá-las, pois ela não representa a todos e nem a complexidade da sociedade contemporânea.

Com relação ao turismo e sua relação com o Monumento, compreendeu-se que o turismo também constrói essa memória de guerra junto a instituição, auxiliando na visitação ao espaço. É possível compreender que a relação do Monumento com o turismo, começou pela escolha do local de construção (o Aterro é uma área que até hoje é destacada, e rodeada de atrativos turísticos). Contudo, critica-se a forma como o turismo auxilia na visitação a esse Monumento – como foi refletido na análise, o turista é visto, por vezes, como apenas um consumidor, apresentando-se a ele apenas aquilo que vende

mais (carnaval e praia) ou transformando essa memória em algo comercializável (em lembrancinhas).

Neste sentido, reforça-se a importância das reflexões de Gastal e Moesch (2007) sobre “um outro turismo é possível”, o qual possa contribuir para transformar as relações entre o turismo, as cidades e os patrimônios, para além do consumo. Os entrevistados do Monumento também demonstraram interesse em tornar o espaço mais visitado com objetivo de fomentar a educação e a memória, afirmando que a divulgação do mesmo através do turismo pode contribuir para aumentar o fluxo de visitantes na instituição interessados em conhecer essa memória de guerra.

Ainda foi possível perceber, que o Monumento não aborda a questão do sofrimento dos ex-combatentes no campo de batalha, nem as relações entre o Exército Brasileiro com o Exército Norte-americano, durante a Campanha da Itália. Silencia também, os sentimentos destes soldados com relação à guerra e o significado que ela teve para eles. Logo, compreendeu-se que o Monumento quer transmitir apenas os detalhes históricos do conflito. Porém, compreende-se que, ressaltar a guerra diante do ponto de vista dos sujeitos que dela participaram diretamente, poderia atualizar essa memória de guerra construída por este patrimônio. Ainda, a construção dessa memória de guerra pela instituição, silencia as possíveis dificuldades enfrentadas no retorno dos ex-combatentes após o conflito.

Neste sentido, critica-se esse silêncio do Monumento, ao entender que a desvalorização destes sujeitos sociais que o Monumento quer transmitir, poderia ser melhor refletida se os discursos estivessem expostos no Monumento. Ainda, percebeu-se que o Monumento quer transmitir um conhecimento sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. Considera-se isso importante, contudo, entende-se que deve ser mais problematizada a questão de como o Monumento representa os ex-combatentes. Uma vez que, esse conhecimento histórico poderá reforçar o mito sobre a construção social dos ex-combatentes como um soldado guerreiro, silenciando seus sofrimentos e significados sociais da guerra.

Ao refletir sobre a análise no Museu da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, percebeu-se o esforço da Associação para incluir as mulheres em suas narrativas. Assim sendo, a memória da FEB construída por essa instituição, também quer lembrar essas mulheres. Neste sentido, diante das reflexões de

Pollack (1989), isso é positivo porque busca atualizar essa memória de guerra, a partir da inclusão das minorias sujeitadas a uma memória subterrânea. Porém, notou-se nenhum destaque sobre as vítimas militares e também civis, dos torpedeamentos das Marinhas Mercantes e de Guerra. Neste sentido, ainda que depois tenha sido ressaltado, que a Associação participa de cerimônias relativas a memória desses mortos, poderia existir no Museu painéis expositivos, que abordassem narrativas sobre estes acontecimentos, para melhor refletir-se sobre a memória dessas vítimas.

Diante da análise, percebeu-se que a Associação quer reforçar o papel das Forças Armadas na defesa do Estado-Nação contra as ameaças externas. Ainda, percebeu-se que a Associação destaca o esquecimento a memória da FEB. Neste sentido é possível compreender que o Exército, por mais que não divulgue adequadamente a memória da FEB, ajuda a evocar, a comemorar essa memória de guerra, essa memória da FEB e dos seus feitos. Ainda, é possível perceber que o Museu destaca a visão tradicional do Estado-Nação, ao destacar a soberania (Aguiar, 2007). E, ressaltar os torpedeamentos como motivo da declaração de guerra, deixando silenciado outros motivos (como a relação com os EUA) conforme os ressaltados por Moura (2003).

Percebeu-se também que, a Associação quer destacar a guerra além de perspectiva heroica, enfatizando também a perspectiva humana, sobre o que ela resultou em muitos dos ex-combatentes. Neste sentido, foi possível perceber que a Associação quer destacar a desvalorização dos veteranos pelo Exército e Estado, destacando que o retorno à vida civil não ocorreu de maneira fácil para muitos destes sujeitos. Mas, também percebeu-se que a Associação silencia a questão dos militares da FEB envolvidos com a ditadura militar, como refletiu Tomaim (2008).

Ainda, compreendeu-se que, a relação da Associação com o Turismo, é complexa, no sentido que a Associação percebe o turista como um gerador de recursos, tal como um consumidor. Porém, ressaltou-se que a instituição enfrenta uma crise financeira e que o turismo poderia ajudar a amenizar essa crise, se cobrasse um valor para a entrada, como ocorre em várias instituições museais. Neste sentido, compreende-se que através dessas práticas relacionadas ao turismo, poderia ocorrer possíveis benefícios, além do aumento da receita da instituição. Por exemplo, poderia ter mais painéis expositivos que, abordassem o significado da guerra para os veteranos e expusessem melhor, a forma como gostariam de serem lembrados. No entanto, seria também problemático que o turista fosse visto apenas como um consumidor e gerador de riquezas, pois isso favoreceria a lógica

do consumo cultural tão problematizado. Ainda diante dessa complexidade entre turismo e museu, percebeu-se que o Museu da Associação se vê tanto como um patrimônio cultural que promove um conhecimento histórico cultural sobre a Segunda Guerra Mundial e a FEB; como também um equipamento turístico possível de ser consumido pelos turistas culturais. Logo, a relação deste museu com o turismo é mais destacada pelo viés econômico.

Por fim, entende-se que os objetivos desta dissertação foram alcançados. E deseja-se contribuir para a Sociologia através deste estudo sociológico, que buscou refletir sobre a Memória Coletiva, a Lembrança e o Esquecimento como um tema sociológico associado aos Discursos e as Representações Coletivas. Para isso, refletiu-se sobre as importantes contribuições de Durkheim sobre o conceito de representações coletivas, que enfatizou a característica simbólica da vida social e inspirou outros autores a pensar sobre essa questão. Deste modo, também buscou-se refletir sobre o pensamento de Halbwachs, discípulo de Durkheim, que entendeu a memória coletiva como uma construção no presente. Para compreender como esse presente foi construído, refletiu-se sobre o pensamento de Foucault e, sobre como o saber foi construído e refletido em verdade, através do discurso.

Neste sentido, ressalta-se que esses temas são clássicos, contemporâneos e que buscou-se dar um olhar para eles junto com o turismo diante da importância da interdisciplinaridade, que destaca a necessidade de compreendê-lo, como um fenômeno social e um objeto de conhecimento das Ciências Sociais. Assim como buscou-se refletir sobre o tema das relações civis-militares, que também precisa ser compreendido pelas diferentes áreas do conhecimento e de diversas formas, como por exemplo, o museu e o turismo. Neste sentido é que se pensou e construiu esta dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Renan. Ciência Política e Teoria do Estado. In: MACIEL, José Fabio Rodrigues (coord.). **Formação Humanística em Direito**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- ALEXANDER, Jeffrey. **O Novo Movimento Teórico**. In: ANPOCS, São Paulo, 1986.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Tradução de Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de; RIBEIRO, Marco Aurélio de Sá. A Gestão do Conhecimento nas Forças Armadas: o desenvolvimento e a aplicação das Ciências Militares. In: GOMES, Ten Cel César; SCHAFFEL, Sarita Léa; DURAN, Débora (orgs.). **Ciências Militares: em foco**. Rio de Janeiro: CEP/FDC, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BARRETO, Margaritta. **Cultura e Turismo: discussões contemporâneas**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.
- BARRETO, Margaritta. **O Imprescindível Aporte das Ciências Sociais para a Compreensão e o Planejamento do Turismo**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n.20, p. 15-29, outubro de 2003.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BAUER, Caroline Silveira. **Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz – 15.ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CANCLINI, Néstor García. (1999) Los usos sociales del patrimonio cultural. In: Aguilar, E. (Org.). **Patrimônio Etnológico: Nuevas perspectivas de estudio**. Sevilla: Consejería de Cultura. Junta de Andalucía.
- CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, n.23, p.94-115, 1994.
- CASTRO, Celso. **Exército e Nação: estudos sobre a História do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. I: Sociedade em Rede. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAGAS, Mario. Memória política e Política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (orgs.). **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 141-170.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado – 3.ed. – São paulo: UNESP, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

DABÈNE, Olivier. **América Latina no Século XX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Lisboa, Vega, 1998.

FARR, Robert. **Representações Sociais: A Teoria e sua História**. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A Guerra que não Acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. Londrina: Edual, 2003.

FERREIRA, Oliveiros S. **A Crise da Política Externa: autonomia ou subordinação**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

FLICK, Uwe. Métodos de Pesquisa. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. – 3.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio – 5.ed –São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8.ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2012.

FURTADO, Ana Vanessa Pereira. **Turismo Militar no Concelho de Peniche**. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, dezembro de 2011.

GASTAL, Susana. MOESCH, Marutschka. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GOMES, Mariana Selister; SANTOS, Carlos Moisés; VASCONCELOS, Cyndiane; ARAGÃO, Hevida; BRITTO, Sabrina; ANDRADE, Talita. **Turismo Cultural, Educação Patrimonial e Cidadania: Uma Experiência entre Universidade, Escola e Museu em Sergipe**. Revista Rosa dos Ventos -Turismo e Hospitalidade, v. 7, n. 3, 2015.

GOMES, Mariana Selister. Narrativas Patrimoniais e Turísticas em Salvador: (des)(re)construções do mito da democracia racial brasileira. **38º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2014.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro – 11. ed., 1. reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOBBSBAWM, Erick J.; RANGER, Terence. (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante – 2. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita; Revisão Técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995

IBRAM. **Museu e Turismo: Estratégias de Cooperação**. Brasília, IBRAN, 2014.

JODELET, Denise. **Representações Sociais: Um Domínio em Expansão**. In: JODELET, Denise (org). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro, UERJ, 2001.

LEE, Alison; PETERSEN, Alan. **Análise do Discurso**. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (orgs.). *Teoria e Métodos de Pesquisa Social*. Rio de Janeiro, Vozes, 2015.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-Usos da Cidade: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea**. Campinas, SP: Editora UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **Os Agenciamentos da Memória Política na América Latina**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n.85. 2014.

MARTINS, Estevão de Rezende. **Cultura e Poder**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MOESCH, Marutschka Martini. **A Produção do Saber Turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MONTEIRO, Jaqueline de Oliveira; CARVALHO E SILVA, Erly Maria; MONTEIRO, Jéssica de Oliveira. **Turismo Macabro: Conhecer para Entender; Entender para (Des)construir**. *Anais do VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, São Paulo, 2010.

MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil (1939-1950): mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. 1a ed. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

MORAIS, Isabela Andrade de Lima; SILVEIRA, Carla Borba de Mota. **Museu e Turismo Cultural: análise do perfil dos turistas culturais no Museu do Homem do Nordeste**. *Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR*, Penedo, v. 1, n. 2, p. 49-60, 2011.

MUNHOZ, Patrícia. **A influência da Segunda Guerra Mundial na produção literária de Saint-Exupéry**. 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

NASCIMENTO, Aline Ribeiro. **Ferramentas e Ferrugens: Apontamentos sobre o Conceito de Representação Social**. *Mnemosine*, v.9, n.2. 2013.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Comissão da Verdade e o abandono da Lei 12.428. In: MONTEIRO, Álvaro Augusto Dias; WINAND, Érica, C. A; GOLDONI, Luiz Rogério Franco (orgs.). **Defesa da Amazônia: VII ENABED**. São Cristóvão, Editora UFS, 2014

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v.2, n. 3. 1989.

RIBEIRO, Marcelo; SANTOS, Eurico. **Turismo Cultural como Ferramenta de Educação Patrimonial para as Comunidades Locais**. *Revista Itinerarium*, v.1, 2008.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise de Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. *ALEA*, v. 7 n.2, p. 305-322, jul-dez. 2005.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil Vai à Guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. 3ª ed. São Paulo: Manole, 2003.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência**. Psicologia USP, São Paulo, 4 (1/2), 285-298, 1993.

SILVEIRA, Joaquim Xavier. **Cruzes Brancas: diário de um pracinha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto. **Arquivo, História e Memória**: Possibilidades de Diálogo entre Luhmann e Foucault. Lua Nova. São Paulo, 97: 173-190, 2016.

SQUIRE, Corinne. **O que é narrativa?**. Civitas. Porto Alegre: v. 14, n. 2, p. 272-284, maio-ago. 2014.

TEDESCO, João Carlos. **Ruminantes de memórias**: sentimentos, experiências e silêncios deliberados. História: Debates e Tendências – v. 13, n. 2, p. 343-353, jul./dez. 2013.

TOMAIM, Cássio dos Santos. **Entrincheirados no tempo**: a FEB e os ex-combatentes no cinema documentário. 2008. 307 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2008.

TOTA, Pedro. Segunda Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

VEYNE, PAUL. **Como se Escreve a História e Foucault Revoluciona a História**. 4.ed. Brasília, UnB, 2008.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2011.

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. O Legado da Transição na Agenda Democrática para a Defesa: Os casos brasileiro e argentino. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis (org.). **Controle Civil sobre os Militares e Política de Defesa no Brasil, no Chile e no Uruguai**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

XAVIER, Ingrid Muller; KOHAN, Walter Omar; VEIGA-NETO, Alfredo. Prólogo à Edição Brasileira. In: CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

APÊNDICE A

PESQUISA DE CAMPO: MONUMENTO NACIONAL AOS MORTOS DA II GUERRA MUNDIAL E MUSEU DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS VETERANOS DA FEB.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

HISTÓRIA

1. Como foi a participação do Brasil na II Guerra Mundial?
2. Quais os motivos e as dificuldades da entrada do país no conflito?
3. O Sr. poderia comentar um pouco sobre as batalhas dos praças brasileiros com os soldados inimigos? E também sobre as campanhas da FEB nas operações italianas?
4. Como aconteceu o retorno dos soldados brasileiros ao país, quando a guerra chegou ao fim?
5. Como estes soldados veteranos foram recebidos pelos militares brasileiros e pela sociedade?

MEMÓRIA

6. A memória da II Guerra Mundial no Brasil deveria ser mais valorizada pelos militares e pela sociedade em geral?
7. Porque essa memória não é tão valorizada?
8. Como ocorreu a reconstrução dessa memória de guerra? Quais os motivos que levaram a essa reconstrução? Quais as dificuldades enfrentadas nesse processo?
9. Como surgiu a instituição?
10. Como a instituição contribui para a manutenção dessa memória?

TURISMO

11. Qual a visão da instituição sobre o Turismo?
12. Qual público visita a instituição com maior frequência? O que o Sr. acha desse público?
13. A instituição realiza eventos e outras atividades abertas ao público em geral? Como as mesmas são acompanhadas?
14. O Sr. acha que através da instituição é transmitido algum conhecimento/aprendizado para os visitantes? Se sim, qual(is)?
15. Existe alguma parceria com os setores de turismo? Se sim, qual(is)?